

UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PRPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JILMÁRIA MARQUES RAMOS

VOZES QUE ENSINARAM E SILÊNCIOS QUE RESISTIRAM: MEMÓRIAS DE
PROFESSORAS PRIMÁRIAS APOSENTADAS EM ITAPICURU/BA (1960- 1980)

ARACAJU

2025

JILMÁRIA MARQUES RAMOS

**VOZES QUE ENSINARAM E SILÊNCIOS QUE RESISTIRAM: MEMÓRIAS DE
PROFESSORAS PRIMÁRIAS APOSENTADAS EM ITAPICURU/BA (1960- 1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Educação e Formação Docente

Orientador: Prof. Dr. Rony Rei do Nascimento


**ARACAJU
2025**

JILMÁRIA MARQUES RAMOS


VOZES QUE ENSINARAM E SILÊNCIOS QUE RESISTIRAM: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS APOSENTADAS EM ITAPICURU/BA (1960- 1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado, como requisito para a obtenção do título de mestre.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 RONY REI DO NASCIMENTO SILVA
Data: 27/11/2025 09:31:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Orientador: Prof. Dr. Rony Rei do Nascimento

Documento assinado digitalmente
 ESTER FRAGA VILAS BOAS CARVALHO DO NASC
Data: 27/11/2025 10:27:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento (Interno-UNIT)

Documento assinado digitalmente
 MARIA NEIDE SOBRAL
Data: 01/12/2025 15:16:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Neide Sobral (Interno-UNIT)

Documento assinado digitalmente
 JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
Data: 27/11/2025 17:55:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento (Externo- UFS)

**ARACAJU
2025**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

R175v Ramos, Jilmária Marques.
Vozes que ensinaram e silêncios que resistiram [manuscrito] :
memórias de professoras primárias em Itapicuru/BA (1960-1980) /
Jilmária Marques Ramos. – Aracaju, 2025.
110 f.: il. ; color.

Orientador: Prof. O Dr. Rony Rei do Nascimento Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Tiradentes, Programa
de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Cultura escolar. 2. História oral. 3. Professoras. 4. Bahia. I.
Silva, Rony Rei do Nascimento, orientador. II. Título.

CDU 37.091.2(81-3 Itapicuru)"1960/1980"
CDD 370.92

Ficha elaborada pela bibliotecária documentalista Joyce Dayse de Oliveira Santos (CRB-5/SE-002005)

A meus pais, Maria Marques dos Santos e
Domingos Avelino Ramos.

AGRADECIMENTOS

Ao escrever esta dissertação, vivi momentos de indecisões, tristezas, emoções e alegrias. No entanto, percebo que, apesar de muitas vezes imaginar-me sozinha, não trilhei esse caminho sem companhia. É, portanto, com gratidão que reservo este espaço para agradecer às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e bênçãos diárias para seguir e concluir esta etapa.

Aos meus pais, Domingos Avelino Ramos e Maria Marques dos Santos (em memória). Como eu gostaria que estivessem aqui para compartilhar essa conquista!

Ao meu orientador, professor Dr. Rony Rei do Nascimento Silva, expressei minha profunda admiração. Agradeço pelas orientações criteriosas, pela paciência, pelos incentivos, que tanto contribuíram para minha formação e para o amadurecimento desta pesquisa. Muito obrigada por acreditar neste trabalho.

Aos meus irmãos, que, mesmo sem compreender plenamente o significado desta etapa para minha vida pessoal e profissional, ofereceram apoio incondicional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), da turma de 2024, em especial à professora Dr. Maria Neide Sobral, agradeço pelos ensinamentos e pela partilha de saberes ao longo da trajetória.

Aos colegas do Mestrado em Educação – Turma 2024/1 –, especialmente a Yone Oliveira dos Santos, minha gratidão pelas trocas enriquecedoras e pelos momentos de parceria vivenciados em eventos acadêmicos, como o Enfope e o Sempesq, Semped entre outros.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), agradeço pelos direcionamentos assertivos e pela atenção dedicada durante a busca por documentos e acervos essenciais à pesquisa.

Por fim, e não menos importante, minha gratidão às professoras entrevistadas do município de Itapicuru, Maria Antônia Moreira Caldas, Maria Da Glória Barreto Dantas, Maria Valdete Anunciação, Helena Nascimento Fonseca e Valmira Candida dos Santos, pela generosidade ao acolherem esta pesquisa com tanto carinho e por compartilharem suas memórias de forma tão sensível e valiosa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender a trajetória de vida, formação e atuação das professoras primárias aposentadas do município de Itapicuru, Bahia, no período de 1960 a 1980. O estudo fundamenta-se na História Cultural, conforme Chartier (1990), e adota a História Oral como metodologia, em diálogo com Alberti (2005) e Thompson (1998). Além dos relatos orais, foram consultadas fontes documentais localizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e no Núcleo Territorial de Educação de Alagoinhas (NTE 18). A pesquisa contribui para a valorização e registro da memória educacional, refletindo sobre a influência do passado nas práticas pedagógicas contemporâneas e evidenciando a relevância das trajetórias dessas professoras aposentadas, frequentemente invisibilizadas, na configuração da educação itapecuruense. Os resultados apontam que as trajetórias de vida e formação das professoras foram condicionadas pelas circunstâncias materiais e intelectuais de seu tempo, revelando o peso das condições sociais, econômicas e políticas na constituição do ofício docente no interior da Bahia. Suas práticas de ensino foram constituídas tanto pelas normativas educacionais quanto pelos saberes da experiência. Conclui-se que essas professoras desempenharam papel central no processo de institucionalização da educação básica no município de Itapicuru, deixando marcas significativas para a história da educação local.

Palavras-chave: história oral; memórias de professoras; educação no interior; Itapicuru-BA.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the life trajectories, education, and professional practice of retired primary school teachers from the municipality of Itapicuru, Bahia, between 1960 and 1980. The study is grounded in Cultural History, as proposed by Chartier (1990), and adopts Oral History as its methodology, in dialogue with Alberti (2005) and Thompson (1998). In addition to oral accounts, documentary sources located in the Public Archive of the State of Bahia (APEB) and the Territorial Education Center of Alagoinhas (NTE 18) were consulted. The research contributes to the appreciation and preservation of educational memory, reflecting on how the past influences contemporary pedagogical practices and highlighting the relevance of these often-invisible retired teachers in shaping education in Itapicuru. The findings reveal that the teachers' life and training trajectories were shaped by the material and intellectual circumstances of their time, exposing the weight of social, economic, and political conditions in the construction of the teaching profession in Bahia's interior. Their teaching practices were informed both by educational policies and by experiential knowledge. It is concluded that these teachers played a central role in the institutionalization of basic education in the municipality of Itapicuru, leaving a significant mark on the history of local education.

Keywords: oral history; teachers' memories; education in the countryside; Itapicuru-BA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Identificação das entrevistadas.....	20
Quadro 2	- Identificação das produções acadêmicas selecionadas para referencial teórico.....	22
Quadro 3	- Registro das professoras no ato da entrevista.....	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Visita ao acervo da APEB.....	26
Figura 2	- Visita ao acervo da APEB.....	27
Figura 3	- Mapa da cidade de Itapicuru.....	36
Figura 4	- Maria Antônia Moreira Caldas.....	40
Figura 5	- Valmiria Cândia dos Santos.....	41
Figura 6	- Maria Valdete de Anunciação.....	42
Figura 7	- Helena do Nascimento Almeida.....	43
Figura 8	- Maria da Glória Barreto Dantas.....	45
Figura 10	- Imagem do Grupo Escolar Dr. João Pondé (1945).....	55
Figura 11	- Relatório sobre as escolas do interior 1949- Lagoa Redonda, Vila de Olindina e Arraial de Tapera do Lima.....	58
Figura 12	- Informações sobre as escolas de Sambaíba, Crisópolis, Umbuzeiro, Canabrava e Mosquete 1949.....	61
Figura 13	- Relatório sobre as escolas da Varzinha e a escola municipal Arraial de Tanquinho (1949).....	64
Figura 14	- Diploma de Professor Primário da professora Maria Antônia Moreira Caldas (1955).....	76
Figura 15	- A professora Valmira Cândida dos Santos com alunos em processo final do estágio na escola Cardeal da Silva em Salvador (1968).....	77
Figura 16	- Valmira Cândida dos Santos escrevendo no quadro (1968)...	78
Figura 17	- Valmira Cândida dos Santos recebendo seu anel de formatura (1969).....	79

Figura 18	- Diploma professor primário(1969).....	80
Figura 19	- Maria Antônia Moreira Caldas.....	98
Figura 20	- Folha de pagamento 1960.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CME	Conselho Municipal de Educação
CPDE	Centro de Pesquisa, Documentação e Memória da Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAE	Fundação de Amparo ao Estudante
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaías Alves
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NTE 18	Núcleo Estadual de Educação de Alagoinhas
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPED	Programa de Pós-graduação em Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
Unit	Universidade Tiradentes
UVA	Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EU E MEU OBJETO, UMA HISTÓRIA EM COMUM	12
2 DOS ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	26
3 DOS PRIMEIROS RABISCOS AO O BÊ-A-BÁ”: ASPECTOS EDUCACIONAIS DE ITAPICURU/BA	36
3.1 Os filhos teus expiram a luz: aspectos biográficos das professoras primárias aposentadas	37
3.2 “Parece que estou vendo a escola”: lembranças da primeira professora e da escola em Itapicuru na década (1940)	47
3.3 “Ela ficava no birô”: Métodos de ensino das primeiras professoras	65
4 “LEVANTE-SE E LEIA”: A SALA DE AULA VISTA POR DENTRO	73
4.1 A formação no ICEIA e a prática docente	74
4.2 “Cada um para sua sala” A prática docente	80
4.3 O curso Casinha Feliz e a prática pedagógica	96
4.4 “Ensinar o aluno a ler e escrever”: Reflexões sobre a educação e as práticas	97
4.5 Entre o Reconhecimento e a Invisibilidade: Considerações sobre a aposentadoria.	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO: EU E MEU OBJETO, UMA HISTÓRIA EM COMUM

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fica ou tece enquanto ouve a história (Benjamin, 1985, p. 205).

Inspirada na reflexão de Benjamin, esta dissertação tem como objetivo compreender a trajetória de vida, formação e atuação das professoras primárias aposentadas do município de Itapicuru, Bahia, no período de 1960 a 1980. Assim como o ato de narrar, que, segundo o autor, é essencial para a continuidade das experiências, este estudo busca registrar e transmitir histórias que, de outra forma, poderiam se perder com o tempo. A dissertação inicia-se com uma seção introdutória, na qual são apresentados os fios que conectam a trajetória da pesquisadora ao tema investigado, evidenciando aspectos da experiência pessoal que, em muitos momentos, se entrelaçam ao objeto de estudo. Nesse sentido, contar histórias, como sugere Benjamin (1985), é não apenas recordar, mas também conservar, preservar e legar ao futuro experiências que dão sentido ao passado e iluminam o presente.

Nascida na zona rural de Itapicuru, Bahia. Filha de pais Domingos Avelino Ramos e Maria Marques dos Santos, eram agricultores e donos da Fazenda Baité. Caçula de seis irmãos e viveu a infância na fazenda, onde brincou livremente, sem brinquedos industrializados, mas com tudo o que a natureza oferecia. A vida girava em torno da roça, do plantio e da colheita, sem limites ou regras rígidas, apenas com a alegria e a liberdade de uma criança do interior.

A vida estudantil teve início aos oito anos. Em 1986, matriculada no primeiro ano da Escola Municipal Ana Nery. Escola essa construída na gestão do prefeito Ruy Leal Barreto Dantas, no ano de 1968, com a denominação de Escola de Sambaíba, sendo legalizada a sua função através do Decreto Municipal nº 20/11/1972, baixado pelo prefeito Gilberto José de Góis, passando a chamar-se Escola Ana Nery, em homenagem à primeira profissional da saúde brasileira que serviu como voluntária na Guerra do Paraguai, Ana Justina Ferreira Neri, nascida na vila de Cachoeira do Paraguaçu, Bahia.

Dos momentos de alegria, recordo-me com muito carinho da minha primeira professora, Maria da Conceição Barreto, conhecida como “Conceição de Gelson”. O jeito simples da professora, bem como a forma paciente e acolhedora com que me recebeu, marcaram-me profundamente. Também permanecem vivas em minha memória as atitudes do professor Eduardo Reis de Oliveira, conhecido como “Dudu”, que conduzia seus ensinamentos com uma pedagogia alicerçada nos fundamentos da concepção católica; com essa perspectiva, apropriei-me de conhecimentos valiosos para a minha formação.

Permaneci nessa escola por cinco anos e fui aluna da professora Helena Nascimento Almeida. Recordo que, em alguns momentos, era chamada ao quadro-negro para escrever corretamente alguma palavra que havia errado anteriormente e, apesar do desconforto, da vergonha e da exposição, foi por meio desse ato — que me colocava diante da turma — que comecei a despertar o interesse pela profissão do magistério. A partir de então, sempre que retornava à fazenda Baité, brincava de escola com minhas bonecas feitas de espigas de milho, assumindo o papel de professora. Permaneci nessa escola por cinco anos, pois repeti a 4ª série.

Nesses retornos, deparo-me com as memórias da velha caixa de brinquedos. Parafraseando Walter Benjamin: “Um poeta contemporâneo disse que para cada homem há uma imagem que faz o mundo inteiro desaparecer, para quantos essa imagem não surge de uma velha caixa de brinquedos?” (Benjamin, 1985, p. 205). Benjamin refere-se a uma imagem poderosa que, em algum momento da vida, suspende o mundo exterior — uma imagem íntima, construída na infância, carregada de afeto, que transcende o tempo. Essa imagem frequentemente surge de objetos simples, como brinquedos, que alimentam a imaginação da criança de forma autônoma, criativa e sensível.

Em 1991, iniciei o ginásio, que abrangia da 5ª à 8ª série, sendo matriculada no Colégio Municipal Abelardo Barreto do Rosário, localizado na cidade de Tobias Barreto, no estado de Sergipe. A escola, embora fosse a mais próxima, situava-se a cinco quilômetros da fazenda Baité. No Colégio Abelardo Barreto do Rosário, passei a enfrentar uma nova realidade educacional, na qual as disciplinas eram ministradas separadamente e cada uma delas contava com um professor específico. A adaptação a essa nova dinâmica trouxe desafios, especialmente com a temida Matemática, disciplina com a qual sempre tive dificuldades. O professor Manuel, alto

e magro, intensificava meu medo e insegurança, fazendo-me sentir menos capaz que os demais. Aos poucos, fui adaptando-me à escola, aprendendo a superar as incertezas e a lidar com essa nova fase de aprendizado e crescimento pessoal.

No início da década de 1990, meus pais tomaram a difícil decisão de mudar-se da fazenda Baité para o distrito de Sambaíba, em busca de melhores condições para garantir a continuidade dos estudos dos filhos. Essa mudança foi motivada pela alteração nas rotas do transporte escolar, que anteriormente levava os alunos até Tobias Barreto. Com a nova gestão da prefeitura de Itapicuru, sob o comando do prefeito José Caldas de Almeida Filho, o transporte passou a direcionar os estudantes da zona rural para as escolas da cidade de Itapicuru, situada a 22 quilômetros de distância. Embora a nova rota fosse mais longa, havia a garantia de transporte regular.

Essa mudança de cenário educacional resultou em minha matrícula, em 1993, no Colégio João Carlos Tourinho Dantas, em Itapicuru, onde iniciei a 7ª série. Nesse período, fui aluna da professora Maria Antônia Moreira Caldas, responsável pela disciplina de Língua Portuguesa, e da professora Maria da Glória Barreto Dantas, que lecionava Artes e História.

Em 1995, ao iniciar o Ensino Médio no mesmo colégio, minha trajetória tomou um rumo decisivo em direção à profissionalização. Naquele período, o município de Itapicuru ofertava apenas dois cursos: Contabilidade e Magistério. O curso de Magistério era a principal formação para quem desejava atuar na educação básica. No entanto, com a promulgação da Lei nº 9.394/1996, a formação em nível superior passou a ser prioritária. A escolha do Magistério não foi difícil para mim, pois sempre tive o desejo de aproximar-me do universo da educação. Assim, optei por esse curso, motivada pela vontade de contribuir para o ensino e participar ativamente do contexto educacional.

O início do curso de Magistério, em 1995, trouxe muitos desafios, a começar pelo turno noturno e pelo trajeto diário até a escola. O transporte, cedido pela prefeitura local, era um ônibus que atendia alunos de diversas localidades pertencentes a Itapicuru, como Lagoa Redonda, Sambaíba, Boa Vista, Muniz e Catu Grande, entre outras. As frequentes paradas ao longo do percurso atrasavam a viagem, tornando necessário sair de casa às 17h30 para chegar pontualmente às aulas, que começavam às 19h e terminavam às 22h. Diariamente, só retornava para casa por volta das 23h30, o que tornava a rotina bastante cansativa.

O curso de Magistério teve duração de três anos e, durante esse período, fui aluna das professoras Maria Antônia Moreira Caldas e Maria da Glória Barreto Dantas, cujas histórias de vida e formação são abordadas nesta pesquisa como objeto de estudo. Concluí o Ensino Médio, na modalidade de curso de Magistério, no Colégio João Carlos Tourinho Dantas, em dezembro de 1997. À época, a Lei nº 9.394/1996 já estava em vigor, determinando que o Ensino Médio deveria proporcionar “formação geral para o exercício da cidadania e preparar o estudante para a continuidade dos estudos e o mundo do trabalho” (Brasil, 1996, art. 35). Essa etapa educacional cumpriu exatamente esse propósito.

No ano seguinte, em 1998, prestei concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Itapicuru para professora do ensino básico e fui aprovada. Ao assumir a vaga, fui designada para uma sala de aula na Escola Municipal Ana Nery, localizada no distrito de Sambaíba, a mesma escola em que estudei, mas que, naquele ano, já havia alcançado avanços estruturais e pedagógicos significativos. A ampliação da estrutura física aumentou o número de salas e permitiu a inclusão de novos níveis de ensino, abrangendo desde a educação infantil até a 8ª série (atualmente Ensino Fundamental com nove anos, conforme a Lei nº 11.274/2006). Além disso, a escola passou a ofertar vagas para o Ensino Médio e para a EJA.

Ao ingressar na escola como professora primária, percebi que teria como colegas de trabalho algumas docentes que, anteriormente, haviam sido minhas professoras — como Helena Nascimento Almeida, Maria Antônia Moreira Caldas e Maria da Glória Barreto Dantas, esta última atuando, à época, como secretária de educação. Essas professoras tornaram-se verdadeiras “companheiras de destino”.

Minha primeira experiência no magistério ocorreu em uma turma de alfabetização composta por crianças de cinco a seis anos, o que representou um desafio constante, uma vez que não me sentia suficientemente preparada para exercer tal função. Parte dessa vivência foi registrada no capítulo “*Entre o aprender e o ensinar: desafios da alfabetização na minha jornada pelo magistério (1995-2000)*”, publicado no livro *Escritas de Si, memórias escolares e de formação docente* (2025, p. 211-230), no qual compartilho reflexões sobre minha trajetória e os desafios enfrentados no processo de ensinar e aprender.

Nos anos seguintes, passei a lecionar em outras turmas, incluindo as da 3ª e 4ª séries. Motivada pela diretora da Escola Ana Nery, à época a professora Moema Andreza Virginiano Caldas, decidi dar continuidade à minha formação. Nesse

sentido, prestei vestibular em 2002 com o objetivo de ingressar no curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes (UNIT), em Aracaju (SE). Após a aprovação, ainda no mesmo ano, passei a lecionar também no ginásio, em turmas da 5ª e 6ª séries. A partir desse momento, tornou-se necessário conciliar a rotina de trabalho com as viagens diárias até Aracaju.

Minha jornada diária incluía viagens de três a quatro horas, contando com o transporte oferecido por meio da parceria entre as prefeituras de Itapicuru (BA) e Tobias Barreto (SE). Ao fim de um dia de trabalho e estudos, que começava às 7h e só terminava às 22h, chegava em casa por volta da 1h da manhã. Enfrentar esse desafio exigiu muita disciplina, organização e persistência, além de fortalecer-me para superar os obstáculos que surgiram ao longo do curso. Em 2005, concluí a graduação em Pedagogia, com o sentimento de conquista e com uma experiência que me transformou tanto pessoal quanto profissionalmente, fortalecendo minha escolha de ser professora em minha comunidade.

Em 2008, avancei um pouco mais e passei a ensinar alunos na modalidade de Ensino Médio, no programa de EJA, lecionando as disciplinas de História, Filosofia e Sociologia no turno noturno. A experiência de docência nesses diferentes níveis de ensino e disciplinas ampliou minha compreensão pedagógica e fortaleceu minhas habilidades na gestão do tempo e do conteúdo, essenciais para conciliar as demandas profissionais com a vida pessoal e os deslocamentos, visto que, naquele ano, já residia em Feira de Santana (BA).

Em 2010, ingressei no curso de graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A formação foi realizada no polo de Feira de Santana, na modalidade semipresencial, caracterizada por aulas presenciais em um ou dois dias da semana, enquanto as demais atividades eram conduzidas remotamente. Inicialmente, a adaptação a essa nova modalidade de ensino foi desafiadora, sobretudo devido à falta de domínio das ferramentas tecnológicas necessárias para acompanhar as aulas e desenvolver as atividades de maneira autônoma.

No entanto, a experiência de já ter cursado uma graduação presencial foi um dos fatores determinantes para minha adaptação gradual ao modelo semipresencial. Ao final do período letivo, em 2014, concluí a licenciatura em História, alcançando os objetivos de formação e desenvolvendo competências tanto na área específica quanto no uso de tecnologias educacionais.

Nos últimos anos, passei a refletir diretamente sobre minha prática docente e toda a minha formação acadêmica, como pedagoga e professora de História no distrito de Sambaíba. Com mais de duas décadas de experiência na docência, já havia atuado em todas as modalidades de ensino, além de ter exercido, entre 2020 e 2022, a presidência do Conselho Municipal de Educação (CME) e, no mesmo período, a função de vice-diretora da Escola Ana Nery. Cheguei à conclusão de que precisava avançar, ampliar meus conhecimentos e construir algo mais prazeroso e significativo dentro de minha prática pedagógica.

Perguntava-me como poderia relacionar o desejo latente de contribuir com meu município à minha prática docente e, conseqüentemente, à minha ascensão intelectual. Considerei, então, o Mestrado, por entender que o curso poderia abrir portas para novas oportunidades de carreira e permitir-me fazer contribuições significativas para o campo da educação. No entanto, questionava-me: como fazer isso? Que contribuição poderia trazer para a História da Educação do município de forma concreta? Um estudo que considerasse aspectos educacionais, culturais, políticos e sociais parecia o caminho mais adequado. Em suma, minha problemática central era compreender como se originou a educação em Itapicuru.

Passei, assim, a refletir sobre as professoras que contribuíram para minha formação profissional, com seus modos de educar. Em fevereiro de 2024, fui aprovada no Mestrado em Educação (PPED/UNIT) e, ao iniciar o curso, apresentei ao meu orientador, professor doutor Rony Rei do Nascimento Silva, as dúvidas e inquietações relacionadas à escolha do objeto de pesquisa, que foi sendo modificado e aprimorado ao longo do processo de escrita. O orientador, ao perceber meu interesse e afinidade com os temas da história, da memória e da oralidade, auxiliou-me a dimensionar melhor a proposta, alinhando-a ao projeto “História da Educação no Brasil: perspectivas temáticas (séculos XX e XXI)” e ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória da Educação (CPDE).

Dessa forma, surgiu meu interesse em levantar questionamentos e reunir informações sobre a trajetória de vida e de formação das professoras de Itapicuru, considerando suas concepções de mundo, relações sociais e experiências cotidianas que conferem sentido ao ato de ensinar, especialmente daquelas que contribuíram para minha formação e que hoje se encontram aposentadas.

Na trajetória da pesquisa, encontrei outras professoras que foram incluídas como sujeitos de investigação. Para (re)construir essas trajetórias, o recorte

temporal abrangeu períodos relacionados à infância, à formação e à prática profissional das docentes pesquisadas. Além do vínculo afetivo que mantenho com o município, a seleção das participantes seguiu critérios previamente definidos: maioria, tempo de serviço prestado à educação local e disponibilidade para participar do estudo.

Em síntese, minha história e meu objeto de pesquisa se entrelaçam. O estudo parte do pressuposto de que as narrativas compartilhadas pelas professoras aposentadas, a partir de suas memórias, refletem e constituem a configuração da educação em Itapicuru no período e no espaço delimitados. Assim, investigar a memória, a oralidade e a educação, a partir das lembranças e dos esquecimentos dessas docentes, tornou-se o eixo central do estudo. Foi a partir dessas experiências e reflexões que concebi a presente pesquisa, intitulada: “Vozes que ensinaram e silêncios que resistiram: memórias de professoras primárias aposentadas em Itapicuru/BA (1960-1980)”.

Para alcançar o que se propõe, definiu-se a questão norteadora: O que revelam as narrativas das professoras aposentadas sobre si mesmas e sobre a prática docente em Itapicuru entre os anos de 1960 e 1980? A essa indagação somaram-se questões complementares: Como se configuram os percursos de vida, formação e atuação profissional dessas professoras primárias? De que maneira se expressam as relações entre o prescrito pelos documentos oficiais e o vivido no cotidiano escolar?

Dessa forma, a partir das perguntas norteadoras e das fontes analisadas, estabeleceram-se os seguintes objetivos:

- Objetivo geral: compreender, por meio das narrativas de cinco professoras primárias aposentadas, a trajetória de vida, formação e atuação das docentes primárias do município de Itapicuru, Bahia, no período de 1960 a 1980.
- Objetivos específicos:
 - evidenciar, por meio das narrativas das professoras, elementos do percurso de vida, formação e atuação docente;
 - analisar os modos de educar desenvolvidos em Itapicuru entre 1960 e 1980;
 - tensionar as relações entre o prescrito pelos documentos oficiais e o vivido pelas professoras aposentadas.

O marco temporal definido para este estudo abrange o período de 1960 a 1980, correspondente a três décadas em que as professoras pesquisadas atuaram conjuntamente na educação municipal. A escolha desse recorte justifica-se pela relevância para compreender, de forma consistente, a prática docente e os vínculos estabelecidos no contexto educacional de Itapicuru durante o tempo em que suas trajetórias profissionais se entrecruzaram. Conforme destaca Bosi (2023), a memória não é apenas um exercício individual, mas um fenômeno social, que se organiza em função de grupos e experiências compartilhadas, o que reforça a pertinência desse período como referência para a evocação das memórias e das práticas educativas das professoras entrevistadas.

O Quadro 1 apresenta as professoras primárias elencadas pela ordem decrescente de idade, com seus nomes, endereços atuais e tempo de serviço prestado ao município de Itapicuru.

Quadro 1 - Identificação das entrevistadas

Nome	Endereço	Idade	Tempo de serviço
Maria Antônia Moreira Caldas	Itapicuru/ Bahia	93 ANOS	36 anos
Maria Valdete Anunciação	Sambaiba/Itapicuru	86 anos	27 anos
Valmira Cândida dos Santos	Estância/ Sergipe	83 ANOS	15 anos antes do chamado vocacional
Florinda Caldas Barreto de Oliveira ¹	Itapicuru/ Bahia	80 ANOS	30 anos
Helena Nascimento Almeida	Sambaiba/ Itapicuru	76 ANOS	26 anos
Maria da Glória Barreto Dantas	Itapicuru/ Bahia	71 ANOS	26 anos

Fonte: elaborado por Jilmária Marques Ramos, 2025.

Com o objeto de estudo definido, busca-se revelar uma história pouco explorada da trajetória educacional itapecuruense, a partir da memória de professoras cujas narrativas emergem em vozes cansadas, silêncios interrompidos, lembranças e esquecimentos opacas, visto que seus nomes ainda não circulam na academia e não figuram entre as “filhas ilustres” de sua cidade. Entretanto, observa-se, em suas palavras e vozes trêmulas, a experiência de mulheres simples, nascidas e criadas no interior da Bahia no século XX. Essas narrativas foram transcritas de forma fiel, preservando erros semânticos e sintáticos característicos de seus contextos socioculturais.

Dessa forma, para além da singularidade de cada relato, evidencia-se a pluralidade histórica de uma classe, de um grupo, de uma comunidade e de uma instituição. As experiências registradas não se configuram apenas como fontes de pesquisa, mas como elementos constitutivos deste estudo, fundamentais para a compreensão da história da educação baiana.

Com a intenção de identificar possíveis lacunas e justificar a necessidade desta pesquisa, destacando aproximações e distanciamentos em relação aos estudos já existentes, optou-se pela utilização do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, uma base de dados de domínio público amplamente reconhecida por sua relevância e pela abrangência de seus acervos no que se refere à produção científica brasileira.

A busca inicial foi realizada com filtros para teses e dissertações publicadas entre os anos de 2013 e 2023. Utilizaram-se como descritores de pesquisa: “modos

¹ A professora faleceu antes da concessão da entrevista no dia 24/04/2025. Optou-se por manter o nome da professora em decorrência da sua representatividade local enquanto Secretária Municipal de Educação, Vice-prefeita por 4 anos e professora durante 30 anos.

de educar das professoras primárias no nordeste da Bahia, especialmente na “cidade de Itapicuru”. Contudo, não foram encontrados estudos que abordassem essa temática no espaço geográfico e no período delimitado. Tal constatação reforça a escassez de investigações voltadas para esse tema no referido contexto, conferindo ao presente estudo um caráter inédito.

Diante desse contexto, redefiniram-se os descritores e ampliou-se o campo de investigação para estudos em todo o território brasileiro, no período de 2013 a 2023, utilizando-se o descritor “memórias e trajetórias de professoras primárias”. Foram encontrados 2.984 resultados, sendo 1.830 dissertações e 673 teses. Após a seleção inicial, foram escolhidos 97 trabalhos, distribuídos da seguinte forma: 34 doutorados, 54 mestrados, 8 mestrados profissionais e 1 mestrado profissionalizante.

Realizou-se um refinamento do material selecionado, excluindo-se trabalhos duplicados, pesquisas que não se caracterizavam como de natureza histórica com base nas memórias ou na formação de professores, por fim, as que não explicitaram a temporalidade da pesquisa, seja no título, seja no resumo.

Dos trabalhos encontrados em circulação na área, foram enfatizadas cinco. O quadro 2 apresenta o autor, o ano, o título bem como a Instituição da realização da escrita.

Quadro 2 - Identificação das produções acadêmicas selecionadas para referencial teórico

Autor	Ano	Título	Instituição
Leonice de Lima Mançur Lins	2013	Trajetórias de mulheres “das canetas”: um olhar sobre a educação em Alagoinhas (Ba) na segunda metade do século XX.	Universidade estadual da Bahia –UNEB-Salvador
Débora Magali Miranda vieira.	2013	A escola normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890 - 1914)	Universidade federal da Bahia - UFBA
Rita de Cássia Oliveira carneiro.	2018	Quando a casa é a escola: trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia (1950 -1980).	Universidade estadual da Bahia – UNEB-Salvador. -
Marlon Messias Santana Cruz	2023	Memórias de formação e atuação docente: construção da educação física escolar na cidade de Guanambi na oralidade de seus professores (1950 a 2000)	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Luzinete Moreira da Silva	2022	As irmãs Militão e a escola Santa Terezinha em Senhor do Bonfim, Bahia: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola.	Universidade Tiradentes-UNIT-PPED-

Fonte: Elaborado por Jilmária Marques Ramos, 2025.

Após a leitura dos referidos trabalhos, compreende-se que a pesquisa qualitativa se apresenta como uma abordagem essencial para o aprimoramento do processo educacional. Essa abordagem possibilita a compreensão da realidade em sua totalidade, considerando as particularidades de cada cenário e identificando as melhores formas de atuação no processo de aprendizagem. Além disso, promove a construção de reflexões voltadas para atender às demandas específicas de cada contexto e período delimitado.

Com destaque para o estudo de Lins (2013) que estabelece diálogos diretos com esta dissertação, pois ambas partem de narrativas femininas para compreender a história da educação no interior da Bahia. Assim como Lins buscou resgatar as experiências de professoras formadas no Colégio Santíssimo Sacramento, em Alagoinhas, aqui também se pretende evidenciar a atuação e as memórias de mulheres que, em diferentes contextos, marcaram a formação educacional itapecuruense.

O estudo de Vieira (2016), analisa o papel da Escola Normal na preparação de professoras, que moldaram a formação feminina nesse período. Em diálogo com

a presente dissertação, percebe-se que as trajetórias de duas professoras primárias de Itapicuru, são atravessadas por essa herança formativa da Escola Normal na Bahia. Tanto em Salvador quanto no interior, as práticas docentes carregaram marcas de um modelo educacional pautado por valores de rigor, disciplina e compromisso moral, evidenciando a continuidade histórica da formação das mulheres para o magistério na Bahia.

O estudo de Silva e Ferronato (2020) investiga as trajetórias de duas educadoras negras que, na segunda metade do século XX, mantiveram uma casa-escola no município de Senhor do Bonfim, na Bahia. A pesquisa destaca como essas mulheres, sem formação acadêmica formal, desempenharam um papel crucial na educação local, oferecendo ensino em um contexto de escassez de escolas públicas e enfrentando desafios relacionados ao racismo e à exclusão social.

Quatro desses estudos fizeram uso da História Oral como metodologia, uma vez que esse método possui a capacidade singular de acessar as experiências daqueles que, frequentemente, se encontram à margem do poder. São sujeitos cujas vozes permanecem ocultas, dado que suas vidas, em grande parte, não são documentadas nos arquivos oficiais. Observa-se, nos estudos consultados, que as experiências relacionadas ao envelhecimento e à velhice ainda são notavelmente invisibilizadas, o que reforça a importância de pesquisas que valorizam essas memórias e lhes deem visibilidade.

Nos estudos, observa-se a valorização das memórias docentes como fonte histórica, o que permite reconhecer que a construção da escolarização no interior baiano esteve profundamente ligada à presença e ao protagonismo feminino no magistério. Portanto, ao dialogar com esses estudos, esta dissertação reforça a perspectiva de que as professoras, muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas oficiais, foram agentes fundamentais na constituição da educação básica no interior da Bahia, deixando marcas significativas que precisam ser registradas e analisadas para a compreensão mais ampla da história da educação no estado.

Nesta perspectiva, a estrutura desta dissertação ficou estabelecida em quatro seções, além das considerações finais. Na seção de introdução, elaborada através de um prólogo, intitulado “Eu e meu objeto: uma história em comum”. A segunda seção apresenta o referencial teórico e metodológico que fundamenta este estudo. Parte-se da História Cultural, conforme as contribuições de Chartier (1990), que propõe compreender as práticas e representações culturais em seus contextos

históricos, evidenciando os modos pelos quais os sujeitos atribuem sentidos às suas experiências. Nesse horizonte, a pesquisa adota a História Oral como metodologia, em diálogo com Alberti (2005), que destaca a relevância da narrativa como fonte legítima para o resgate das memórias, e com Thompson (1998), que enfatiza a valorização das vozes daqueles que, muitas vezes, permanecem à margem da documentação oficial. Assim, a articulação desses referenciais possibilita uma análise das trajetórias docentes a partir das memórias individuais e coletivas, compreendendo-as como construções sociais e históricas que atravessam as práticas educativas.

A Terceira seção, intitulada “Dos primeiros rabiscos ao o bê-a-bá”: Aspectos educacionais de Itapicuru/BA apresenta brevemente as participantes da pesquisa períodos relacionados à infância e aborda o panorama educacional desse município, destacando os achados documentais do APEB referente às instituições educativas e aspectos históricos, com o objetivo de compor um quadro educacional representativo da realidade local no período estudado. Além das narrativas dos sujeitos da pesquisa são consideradas fotografias e outras fontes locais, permitindo uma reflexão aprofundada sobre os modos de educar presentes no tempo e no território analisados.

A quarta seção, intitulada “Levante-se e Leia”: A sala de aula vista por dentro busca abranger, formação e atuação das professoras pesquisadas a partir das lembranças e esquecimentos das professoras, analisa os aspectos das práticas escolares estabelecidas tanto no interior quanto no exterior das escolas. A partir das narrativas de professores aposentados, são trazidos para a pesquisa elementos arquitetônicos, materiais didáticos, festividades e práticas escolares, materializados por meio do currículo escolar. Para compreender como esses aspectos influenciaram a organização e funcionamento do ensino em Itapicuru. Na construção dessas histórias, a pesquisadora identifica, a partir de suas próprias memórias e das narrativas das professoras entrevistadas, indícios, marcas e vestígios deixados nas pedras das ruas e nas estradas de terra molhada de Itapicuru e de seus distritos.

Por fim, a conclusão evidencia as contribuições do estudo para a salvaguardar a memória educacional e reflete sobre a influência do passado nas práticas pedagógicas atuais, trazendo importantes contribuições para a construção do lugar ocupado por mulheres professoras primárias no cenário socioeconômico e

sociocultural, ficando evidente a importância dessas professoras, frequentemente invisibilizadas, e reconhecendo sua relevância na configuração da educação local.

2 O ALICERCE DA PESQUISA: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Essa abordagem está alinhada com as ideias do historiador Roger Chartier (1990) sobre práticas e representações. Por compreender que todo conhecimento produzido advém de uma cultura e que sua análise não deve ser dissociada do contexto espaço-temporal em que foi produzido, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios da História Cultural, que é utilizada como referencial teórico, pois considera que o conhecimento deve ser analisado em relação à cultura na qual esteve inserido e foi produzido. Nesse sentido, esta pesquisa se apoia nos conceitos de representação, prática e apropriação, conforme proposto por Chartier (1990). Dessa forma, busca-se compreender as diferenças, as reproduções e as representações dos modos de educar no contexto social e individual das professoras pesquisadas.

Nesta perspectiva, a História Cultural privilegia a voz a sujeitos historicamente marginalizados, permitindo que indivíduos considerados anônimos na história, como as professoras aqui pesquisadas, exponham suas experiências, emoções, sentimentos, imagens, memórias e representações. Durante décadas, a História Social da Cultura foi considerada um objeto de pouco valor dentro das pesquisas históricas tradicionais. No entanto, com a revolução historiográfica impulsionada pela circulação dos *Annales*, essa perspectiva passou a ser ressignificada, desenvolvendo pesquisas que, até então, eram pouco exploradas no campo da História.

O movimento historiográfico dos *Annales* surgiu na França e se consolidou por meio da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que apresentava críticas à historiografia positivista. A partir dessa abordagem, a História da Educação passou a incorporar categorias analíticas de outras áreas das ciências humanas, como etnia, classes sociais e gênero, todas fundamentais para a compreensão de diferentes realidades educacionais e do contexto histórico em que os fatos educativos ocorreram (Souza, 2015).

Essa abordagem permite distanciar-se de uma narrativa focada exclusivamente nas estruturas econômicas e sociais, propondo a investigação dos modos pelos quais as práticas sociais são representadas, apropriadas e interpretadas pelos sujeitos históricos. Aplicando essa perspectiva ao estudo das memórias e vivências, as narrativas de professoras aposentadas não devem ser

interpretadas apenas como relatos objetivos de fatos, mas como construções que expressam os significados atribuídos por esses indivíduos. “as representações sociais podem ser compreendidas como “[...] dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado” (Chartier, 1990, p. 20).

De fato, não é possível resgatar ou reviver o passado, sobretudo porque ele não pode ser apropriado diretamente. Assim, busca-se compreendê-lo por meio de imagens, sons, sentidos e percepções que hoje povoam a memória de pessoas que vivenciaram e construíram essa história. São lugares, tempos, indivíduos e objetos materializados no passado longínquo, acessíveis apenas no presente por meio do ato de lembrar (Santos; Silva, 2012).

Chartier (1990) apresenta os conceitos de representação e apropriação como fundamentais para a compreensão das práticas culturais e da construção do conhecimento histórico. Para o autor, as representações constituem formas pelas quais os sujeitos constroem e expressam sentidos sobre o mundo. Essas representações são historicamente situadas, ou seja, não são universais ou atemporais, e socialmente produzidas, uma vez que emergem de relações de poder e das estruturas sociais vigentes.

As representações, segundo Chartier (1990), são responsáveis por tornar visíveis as identidades sociais, valores e crenças de uma coletividade, bem como por sustentar a ordem simbólica e política de uma determinada sociedade. O autor afirma que as representações sociais são historicamente construídas por grupos ou indivíduos com o objetivo de assegurar a continuidade de suas práticas e a estabilidade de seus modos de ver e compreender o mundo (Chartier, 1990).

Por outro lado, o conceito de apropriação refere-se à forma como distintos grupos sociais utilizam, interpretam e ressignificam os objetos culturais, como livros, normas escolares, rituais ou discursos. Para Chartier (1990), a apropriação não é um processo passivo: os sujeitos não apenas recebem a cultura, mas também a reinterpretam, moldando-a conforme suas próprias condições sociais, institucionais e culturais. Dessa maneira, um mesmo objeto cultural pode ser apropriado de formas diversas por diferentes grupos. Nesse contexto, a apropriação expressa uma história social das leituras e dos usos, revelando o que os sujeitos fazem com os elementos culturais que lhes são oferecidos. Como explica o autor, mais do que determinar o

que o texto ‘quer dizer’, trata-se de perguntar o que ele faz, como circula, quem são seus leitores e quais são as formas concretas de sua apropriação (Chartier, 1990).

A análise de Chartier (1990) enfatiza a interação dos indivíduos com os objetos culturais, permitindo compreender as trajetórias de vida como um espaço dinâmico de práticas e representações. Assim, essa abordagem possibilita uma visão mais ampla sobre a construção do conhecimento no contexto educacional, especialmente no que se refere aos modos de educar das professoras em Itapicuru.

Para acessar a “caixa preta²” da escola, nos termos de Julia (2001), utilizou-se a metodologia da história oral, conforme os aportes de Alberti (2005) e Thompson (1998). Assim, as memórias institucionais e sociais devem ser lembradas e reconhecidas como essenciais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

A metodologia da História Oral é particularmente adequada para o estudo das memórias e das representações do passado, uma vez que permite a constituição e formalização dessas lembranças entendida a interpretação das histórias e das mutáveis sociedades e culturas, ao longo do tempo e espaço, através da escrita das pessoas e dos registros de suas lembranças e experiências. Assim explica Alberti (2005, p. 27):

A metodologia da História Oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado. Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas.

Alberti (2005) ressalta que essa escolha metodológica reconhece na memória uma via de conhecimento de si e das experiências vividas, assumindo o indivíduo como portador de uma história pessoal relevante para a compreensão das situações investigadas. Ela também enfatiza que, embora a memória seja uma construção psíquica baseada em representações seletivas do passado, ela nunca é apenas individual, mas também coletiva, trazendo consigo as marcas do contexto social e familiar de quem lembra.

A história oral também é entendida como um método interdisciplinar pois dialoga entre os sociólogos, os antropólogos e historiadores entre outros, que funde um interesse pelo passado bem como pelo presente. Essa perspectiva enfatiza o

² A expressão “caixa-preta” da escola, nos termos do historiador francês Dominique Julia (2001), refere-se à ideia de que a vida cotidiana escolar — suas práticas, rituais, rotinas, relações e experiências vividas — muitas vezes permanece invisível, pouco documentada e inacessível nas fontes tradicionais da história da educação.

cultivo da memória e a compreensão do sentido da história não apenas como um registro de significados, mas como um processo dinâmico de produção de sentido. A História Oral como instrumento de pesquisa permite a aproximação com o passado através das narrativas dos sujeitos participantes. Sobre essa perspectiva, Alberti (2005, p. 15) esclarece que:

A presença de um interlocutor nos torna mais próximos do passado, como se pudéssemos estabelecer uma continuidade com aquilo que já não volta mais [...]. Mas concordamos todos que a impossibilidade de restabelecer o vivido é coisa dada. Não existe filme sem cortes, edições, mudanças de cenário. Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado.

A memória é compreendida como um fenômeno multimodal, o que leva os estudiosos a recorrerem a diversos pensadores que se debruçaram sobre esse campo teórico. Com base nos estudos sobre memória, os relatos das professoras evidenciam uma dimensão tanto social quanto individual, pois se relacionam com experiências vividas dentro de grupos sociais específicos, sendo moldadas pelas recordações partilhadas nesse contexto.

Dessa maneira, as narrativas tornam-se essenciais para a análise da História Oral, pois revelam muito mais do que uma simples versão do passado. Conforme Thompson (1998), a História Oral é uma metodologia que busca inserir sujeitos marginalizados no processo histórico. Assim, a História Oral deve: “[...] tratar daquilo que, de alguma forma, carece de fonte; como registro, ela cumpre função fundamental nos estudos sobre o normal, sobre o corriqueiro” (Thompson, 1998, p. 45).

Embora as entrevistas compunham parte das fontes utilizadas pelo historiador, é fundamental que ele reflita sobre o processo de reconstrução dessas fontes. Essa análise não se restringe apenas às fontes orais, mas também abrange documentos impressos, fotografias e relatórios. Gil (2009) destaca que a entrevista é uma das técnicas mais relevantes para a obtenção de informações em pesquisas. No entanto, o autor também alerta para a importância de que os resultados obtidos por meio das entrevistas sejam confrontados com outros instrumentos complementares, como a observação e a análise documental, a fim de garantir maior fidedignidade às informações coletadas.

Para a coleta de depoimentos, foram entrevistadas³ cinco (05) professoras já aposentadas, que atuavam na cidade de Itapicuru. De acordo com Alberti (2005, p. 1)

[...] os testemunhos colhidos por meio da História Oral ampliam a interpretação do passado, pois possuem o potencial de revelar histórias particulares inseridas no contexto histórico mais amplo, além de evidenciar características próprias de determinados grupos sociais”.

Neste caso, o grupo de mulheres, especificamente professoras aposentadas.

As experiências relatadas, em certa medida, podem refletir comportamentos sociais predominantes. Contudo, é necessário enfatizar que não se pretende, com este estudo, generalizar e universalizar os relatos das depoentes, tampouco considerá-los como representativos da totalidade das mulheres e professoras do município de Itapicuru no período analisado.

As professoras participantes da pesquisa foram encontradas por meio de caminhos semelhantes, envolvendo contatos pessoais e indicações feitas por colegas por meio de redes de relacionamento estabelecidas com as próprias professoras ou com seus familiares. De forma geral todos os contatos foram marcados por um padrão, sendo que no primeiro momento, por ligação telefônica, em que expõe-se os motivos da entrevista e em linhas gerais os objetivos do estudo. As entrevistas foram realizadas nas residências das professoras participantes. Todo o processo foi conduzido com cuidado, respeito e sensibilidade, priorizando o acolhimento e a escuta atenta das narradoras, o que possibilitou uma relação de confiança e carinho entre pesquisadora e entrevistadas.

A escolha de professoras idosas justifica-se nos pressupostos de Bosi (2023), em seu livro “Memória e Sociedade: Lembranças de velhos”, que enfatiza a rememoração como um processo reflexivo. O estudo também busca ampliar memórias dos participantes e reunir artefatos preservados, como fotografias e relatórios. O intuito é revelar e confrontar suas vozes com o que foi instituído como práticas escolares, com o que foi vivido. O quadro 3 mostra as professoras, o local e a data das entrevistas.

³ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unit (CEP/Unit), mediante Cadastro de Atividades de Pesquisa (CAAPE) 85471924400005371. As entrevistas foram cedidas pelas professoras, em suas residências, a partir da leitura do TCLE, dispondo sobre os direitos e deveres das entrevistadas, bem como o esclarecimento sobre uso das entrevistas para fins de pesquisa acadêmica. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo. As mesmas foram devidamente transcritas em Google Meet e sua duração demorou aproximadamente 1 h/s cada. Estas se encontram armazenadas no acervo digital.

Quadro 3- Registro das professoras primárias no ato da entrevista

<p>Maria Antônia Moreira Caldas em Itapicuru 17 de fevereiro de 2025</p>	<p>Valmira Cândida dos Santos em Tobias Barreto 26 de agosto de 2025.</p>
	
<p>Maria Valdete Anunciação em Sambaiba 8 de fevereiro de 2025</p>	<p>Helena Nascimento Almeida em Sambaiba, 17 de fevereiro de 2025</p>
	
<p>Maria da Glória Barreto Dantas em Itapicuru, 29 de março de 2025</p>	
	

Fonte: Elaborado por Jilmária Marques Ramos, 2025.

As entrevistas foram realizadas nas residências das professoras entre os meses de fevereiro e agosto de 2025. Para tanto, utilizou-se um roteiro semi estruturado, seguindo os modelos geral, específico e parcial de acordo com Alberti (2005). O tratamento dos dados seguiu um conjunto de técnicas da História Oral, tais como: Elaboração do roteiro de entrevistas; Definição de questões alinhadas aos objetivos da pesquisa; Realização das entrevistas; Captura de percepções e narrativas pessoais e coletivas sobre eventos, práticas sociais e culturais da época; Gravação e transcrição: utilização de recursos audiovisuais, com posterior transcrição literal com a ajuda da Inteligência Artificial (IA); Análise das narrativas: interpretação das memórias coletadas, considerando seu potencial para ressignificar vivências.

Em diversos momentos, o envolvimento das professoras com suas recordações era tão intenso que as levavam às lágrimas, ou a silêncios longos com olhares perdidos no tempo, demonstrando a força emotiva presente nas vivências compartilhadas. Essa experiência remete à perspectiva de Bosi (2023), que associa o ato de ouvir as memórias de pessoas idosas à colheita de lembranças dotadas de grande valor. A autora destaca que o envolvimento do pesquisador com seu objeto de estudo é um aspecto esperado e significativo no processo investigativo, conferindo profundidade à pesquisa e respeito às subjetividades envolvidas.

[...] somos ao mesmo tempo sujeito e objeto, sujeito enquanto indagamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registramos, sendo como um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças. (Bosi, 2023. p. 40-41).

A coleta de dados contemplou a integração entre depoimentos orais e outras fontes documentais e imagéticas, como fotografias e registros escolares. Muitos desses materiais, a exemplo de diplomas e fotos, foram obtidos em momentos posteriores às entrevistas, uma vez que algumas professoras não se recordavam de onde estava arquivado aquela lembrança física. Duas dessas professoras têm dificuldades de mobilidade, em razão da idade avançada, como dores articulares, impossibilidade de locomoção, uso de cadeira de rodas e lapsos de memória. Conforme Bosi (2023, p. 41), a memória constitui “um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”, e a autora enfatiza que “frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista [...]. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito”.

Durante o processo de entrevista, as participantes tiveram total liberdade para interromper a conversa ou recusar-se a responder perguntas que as deixassem desconfortáveis, o que, entretanto, não foi observado ao longo da pesquisa. Ressalta-se ainda que foi necessário manter o contato com as professoras, ao longo da escrita, este, foi feito por meio de ligações telefônicas, ou visitas às suas residências, de modo a alinhar os registros com as narrativas apresentadas.

Para a realização dessa pesquisa se fez necessário cinco idas ao Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Essa pesquisa se fazia, inicialmente, pelo envio de e-mails solicitando agendamento e indicando a numeração das caixas dos documentos pretendidos. Já no Arquivo, a busca se tornou mais leve com o apoio dos arquivistas Professora Emília Couto e o senhor Antônio Moraes, que com sua experiência, zelo e expertise me ouviu e se propôs ajudar nessa investida. Recordo a busca e o cuidado ao manusear os documentos amarelados pelo tempo que se desfazem em minhas mãos inseguras. Entre tentativas encontrei documentos estatísticos, folhas de pagamentos dos professores, relatórios de Delegada escolar e de diretores da Instrução Pública, fotografias, entre outros. As Figuras 1 e 2 mostram as visitas ao acervo da APEB:

Figura 1– Visita ao acervo da APEB



Fonte: Acervo pessoal de Jilmária Marques Ramos, 2025.

Para atender ao objetivo proposto foi necessário também, uma ida a Secretaria de Educação de Salvador. E uma ida ao NTE 18. Vale ressaltar, que também foram enviados dois ofícios solicitando visitas a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores e Secretária de Educação de Itapicuru. No entanto, houve retorno das instituições.

Figura 2 – Visita ao acervo da APEB



Fonte: Acervo pessoal de Jilmária Marques Ramos, 2025.

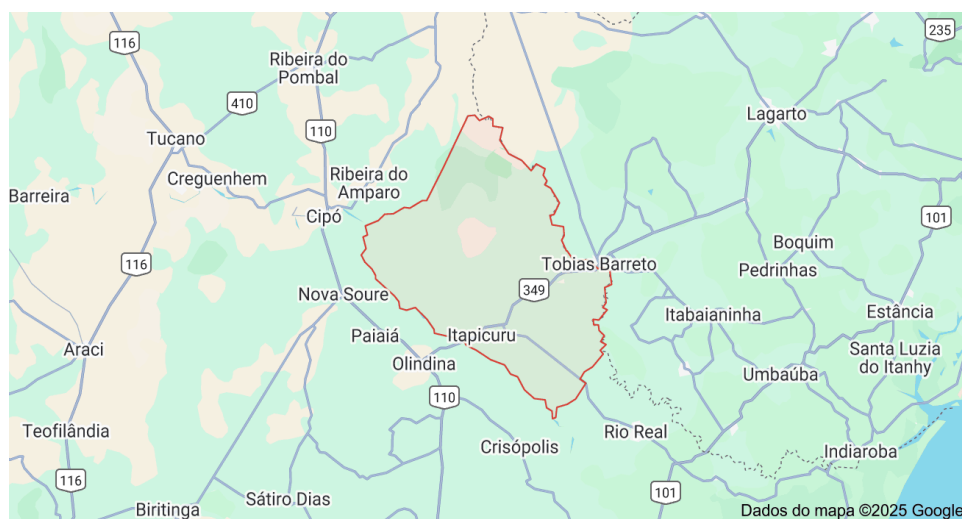
Dentre todas as experiências de pesquisa, a vivência de folhear os arquivos na APEB permanece intensamente na memória. Dessa forma, as trajetórias das professoras aposentadas constituem o cerne deste estudo. Estes e outros aspectos, que serão adiante mencionados, compõem um quadro que vai se delineando pelos documentos oficiais, pelas memórias dessas professoras, pelos modos com que elas foram educadas e educaram, pela instauração do saber escolarizado, pelo desenvolvimento da educação, sobretudo, pelas experiências de pessoas comuns que busca evidenciar a importância da preservação da história educacional em Itapicuru.

3 DOS PRIMEIROS RABISCOS AO O BÊ-A-BÁ”: ASPECTOS EDUCACIONAIS DE ITAPICURU/BA

Cidade grandeza,
Itapicuru!
és linda terra que só prega o amor
Os filhos teus expiram a luz do Criador!
Fonte: Hino do município

O trecho do hino do município de Itapicuru, ao fazer referência à religiosidade de seu povo, projeta sobre o município elementos identitários que contribuem para o fortalecimento dos vínculos entre a população e o território que habita. Esta seção apresenta brevemente os aspectos biográficos das participantes da pesquisa, contemplando aspectos relacionados à infância e às primeiras experiências escolares, bem como as memórias acerca de suas primeiras professoras. Além disso, descreve o panorama educacional do município de Itapicuru, com base nos achados da pesquisa realizada no APEB, que evidenciam informações sobre instituições escolares e aspectos históricos relevantes. O objetivo é compor um quadro educacional representativo da realidade local antes e durante o período delimitado entre as décadas de 1960 e 1980. Para essa análise, utilizam-se como fontes as narrativas das professoras, fotografias, entrevistas e registros documentais, os quais possibilitam uma reflexão aprofundada sobre os modos de educar presentes naquele tempo e território. A Figura 3, mostra o mapa territorial da cidade de Itapicuru, Bahia.

Figura 3 - Mapa da cidade de Itapicuru



Fonte: Google Dados do mapa 2025.

Conforme indicado no mapa apresentado, o município de Itapicuru faz divisa com as cidades de Olindina, Nova Soure, Crisópolis, Ribeira do Amparo, Rio Real, Cipó e com o município sergipano de Tobias Barreto. A sede municipal está situada a aproximadamente 233 km da capital do estado, Salvador.

Dentre os múltiplos aspectos que compõem uma cidade, destaca-se o panorama educacional. Este, por sua vez, será revelado, sobretudo, pelas biografias, pelas vozes e silêncios das entrevistadas. As relações específicas que os sujeitos estabelecem com a natureza, bem como as interações que constroem em torno dessas relações, produzem objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades que fundamentam o modo de vida, o autoconhecimento e a apreensão do mundo. Dessa forma, não podemos apartar esses elementos, sob pena de separarmos a vida dos sujeitos de seu processo de construção dos saberes institucionais e locais. Nesse sentido, Bosi (2023, p. 70) afirma que “a memória dos velhos desdobra de tal maneira os horizontes da história do lugar que cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história”.

3.1 Os filhos teus expiram a luz: aspectos biográficos das professoras primárias aposentadas

O trecho do hino do município “Os filhos teus expiram a luz” serve de mote para desvelar os aspectos históricos, socioculturais e educacionais da cidade de Itapicuru o que contribui para a compreensão das trajetórias de vida das professoras que constituem o objeto deste estudo. Os trajetos percorridos por essas professoras demarcam lugares de memória, espaços que não apenas ecoam lembranças, mas se entrelaçam com as experiências vividas ao longo de estradas de chão batido, ruas calçadas, praças, escolas e até mesmo no interior de suas residências.

É importante destacar que, dentre as cinco professoras primárias pesquisadas, uma delas não nasceu em Itapicuru, a professora Maria da Glória Barreto Dantas. Contudo, considera-se itapecuruense em razão do vínculo afetivo construído com o município, local onde cresceu, formou-se, casou-se e onde também nasceram seus três filhos. Essa percepção de pertencimento remete à reflexão de Bosi (2023), para quem a memória é um espaço de construção de

identidades individuais e coletivas, capaz de ressignificar os lugares e transformá-los em territórios de afeto. Assim, a trajetória de Maria da Glória demonstra como as experiências vividas no cotidiano da comunidade contribuem para consolidar uma identidade local, que ultrapassa a questão do nascimento e se ancora na vivência e no sentimento de enraizamento.

As experiências dessas mulheres, protagonistas de suas próprias trajetórias, revelam-se por meio da produção e da análise de suas narrativas, nas quais emergem lembranças da família, da escola e dos deslocamentos vividos, sejam eles geográficos, simbólicos, geracionais ou escolares, aspectos destacados ao longo deste estudo. Em articulação com documentos escritos localizados no arquivo Público do estado da Bahia, tais narrativas possibilitaram a construção de novos caminhos para contar a história de como foram educadas e de seus modos de educar. Trata-se de mulheres professoras cujas trajetórias foram marcadas, sobretudo, pelas experiências no ensino primário e pela formação no curso normal do magistério em Itapicuru.

Na construção dessas histórias, esta pesquisadora identifica, a partir de suas próprias memórias e das narrativas das professoras entrevistadas, indícios, marcas e vestígios deixados nas pedras das ruas e nas estradas de terra molhada de Itapicuru e de seus distritos. Nesse contexto, a trajetória de vida da pesquisadora se encontra e se conecta com a das professoras participantes e com o território investigado. Essa conexão pessoal justifica, metodologicamente, a escolha pelo viés autobiográfico e pela história oral, uma vez que, ao ter vivenciado parte do mesmo percurso profissional e comunitário das entrevistadas, a pesquisadora amplia a compreensão do objeto de estudo. Tal perspectiva, como ressalta Nóvoa (1995), fortalece a legitimidade das narrativas docentes ao articular a memória individual à memória coletiva, tornando visível a historicidade das práticas educativas.

A professora Maria Antônia Moreira Caldas nasceu em 13 de março de 1932, na Fazenda “Mamão”, localizada no município de Itapicuru, no estado da Bahia. Atualmente, aos 93 anos de idade, relembra sua trajetória no contexto educacional em que esteve inserida por 36 anos neste município. Filha de Antônio Moreira Caldas, pecuarista e Amélia Caldas, dona de casa, teve dois irmãos, Lígia Moreira Caldas e Humberto Moreira Caldas, ambos já falecidos. Não casou e não teve filhos biológicos, mas cuidou de uma criança, a quem educou com o zelo e o afeto materno.

Sua trajetória educacional não teve início no ambiente familiar. Os primeiros aprendizados em leitura e escrita ocorreram em casa, na Fazenda “Mamão”, sob a orientação de sua mãe, Amélia Caldas. Apenas aos nove anos ingressou na escola formal, já apresentando domínio dos rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo. Sua primeira instituição de ensino foi a Escola Dr. João Pondé, localizada na Praça da Bandeira, no centro de Itapicuru, onde foi aluna da professora Maria Freire.

Posteriormente, cursou o magistério no Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA)⁴, situado em Salvador, Bahia, concluindo o Curso Normal aos 21 anos, em 1954. Iniciou sua carreira docente aos 22 anos, em 1955, após ser aprovada em concurso público para professora do Estado da Bahia. Devido à ausência de vagas em Itapicuru, começou a lecionar no município vizinho de Nova Soure.

Durante sua carreira, atuou em dois vínculos, estadual e municipal, e lecionou em diversas escolas do município de Itapicuru, incluindo a Escola Dr. João Pondé, onde iniciou seus estudos, a Escola João Carlos Tourinho Dantas, localizada na sede do município e as escolas Luiz Viana Neto e Ana Nery, ambas situadas no distrito de Sambaíba. Além da atuação como docente, também exerceu funções administrativas, como diretora escolar, supervisora de ensino, bem como o cargo de coordenadora das merendeiras do município. Sua aposentadoria ocorreu em dois momentos, a primeira em 1991 e, posteriormente, em 2003. A Figura 4 apresenta a professora Maria Antônia Moreira Caldas:

⁴ O ICEIA, fundado em 1836 no bairro do Barbalho, em Salvador. Além de sua importância histórica, o ICEIA também pode ser analisado dentro das lutas por inclusão racial na educação baiana, como destaca a professora Ione Celeste Sousa (2020), sua análise traz dimensões sócio-históricas muitas vezes esquecidas, contribuindo para compreender o ICEIA não apenas como uma instituição de ensino, mas como espaço de construção de identidades e resistências na Bahia.

Figura 4 - Maria Antônia Moreira Caldas



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Antônia, 2025.

Legenda: A esquerda: Maria Antônia Moreira Caldas com 25 anos. A direita: Atualmente com 93 anos.

A Professora Valmira Cândida dos Santos, tem 83 anos e nasceu em 14 de novembro de 1942, no distrito de Itapicuru, chamado Lagoa Redonda, estado da Bahia. Filha de José Cândido dos Santos e Maria da Glória dos Santos, teve seis irmãos, dos quais apenas dois ainda são vivos fisicamente. Aprendeu as primeiras letras em escolas particulares no município de Tobias Barreto, no estado de Sergipe. E, com aproximadamente oito anos de idade e já dominando algumas letras e palavras, ingressou na escola da Lagoa Redonda, chamada Escola João da Costa Pinto Dantas.

Após concluir o curso primário, Valmira Cândida dos Santos realizou o exame de admissão ao ginásio e, em seguida, passou a estudar no Instituto Isaías Alves, em Salvador. Concluiu o curso normal em 1969 e, logo após, foi aprovada em concurso público para assumir uma vaga de professora primária do Estado da Bahia. Durante 15 anos, atuou em diversas escolas, sendo a primeira delas a Escola Rural de Sambaíba, seguida da Escola João da Costa Pinto Dantas, em Lagoa Redonda. Ensinou também em várias escolas no município de Tobias Barreto/SE, bem como ajudou na criação de diversas escolinhas de alfabetização na cidade sergipana. Contudo, sua vivência diária e o envolvimento com as atividades catequéticas na Igreja Católica em Tobias Barreto a levaram a refletir sobre sua vocação e posteriormente, atender ao chamado religioso.

Em 1983, escolheu abdicar da a sala de aula para ingressar na vida religiosa. Ingressou no Convento das Irmãs Carmelitas, passou a integrar a congregação e, em razão de suas funções, teve a oportunidade de realizar viagens a diversos países. Atualmente, reside entre as cidades de Tobias Barreto e Estância, no estado de Sergipe. Valmira Cândia dos Santos se destaca por sua trajetória singular, marcada pela transição do magistério para a vida religiosa. Início da docência aos 26 anos em 1969. Em 1983, a professora compreendeu que sua vocação ia além da sala de aula. A Figura 5 apresenta a professora Valmira Cândia dos Santos:

Figura 5 - Valmiria Cândia dos Santos



Fonte: Acervo pessoal de Jilmária Marques Ramos, 2025.

Legenda: A esquerda: Valmira Cândia dos Santos, com 22 anos. A direita: Atualmente com 83 anos, Serva de Deus, pertencente ao convento 'Irmãs Carmelita' com sede em Estância/ Sergipe.

A professora Maria Valdete de Anunciação com 86 anos, nasceu no distrito de Sambaíba, município de Itapicuru, em 8 de maio de 1938. É filha de Jonas Rogério da Anunciação e Maria Francisca da Anunciação. Tem 4 irmãos. Nunca se casou, não teve filhos e, atualmente, reside sozinha no distrito de Sambaíba. Iniciou sua vida escolar aos oito anos de idade, embora já tivesse começado a aprender em casa com sua mãe. Relata que não se considerava uma boa aluna, devido a problemas de saúde que a impediam de frequentar as aulas com regularidade. A primeira instituição que frequentou foi a Escola Rural de Sambaíba, tendo como primeira professora Ernestina Ribeiro Moura. A escola contava com uma estrutura simples, composta por um salão amplo e uma casa destinada à moradia da professora. A escola de Sambaíba, posteriormente passou a se chamar Escola Luiz

Viana Neto, atualmente desativada, tendo seu prédio acampado pela Escola Municipal Ana Nery.

A professora Maria Valdete de Anunciação, concluiu seus estudos até a 4º ano do Ensino Primário, por opção pessoal e pela falta de oportunidade de continuar os estudos próximo à sua residência. Com isso, não realizou o Exame de Admissão ao Ginásio para dar sequência à sua formação. Iniciou sua carreira como professora aos 25 anos, sem ter o diploma de professora primária, ou seja, uma professora Leiga. Mesmo acreditando não ter paciência com crianças, afirmava que seu verdadeiro interesse estava na costura e no bordado, atividades valorizadas na região de Sambaíba na época. Apesar de inicialmente não se identificar com a docência, sua trajetória profissional na educação teve início em 1976, quando assumiu uma turma da primeira série, por indicação de um político local, substituindo uma professora transferida para outra cidade. Atuou como professora leiga por 27 anos, até se aposentar em 2003, deixando sua contribuição à educação local. A Figura 6 apresenta a professora Maria Valdete de Anunciação:

Figura 6 - Maria Valdete de Anunciação



Fonte: Acervo pessoal de Jilmária Marques Ramos, 2025.

Legenda: A esquerda: Valdete de Anunciação com 25 anos. A direita: Atualmente com 86 anos.

A professora Helena do Nascimento Almeida, atualmente com 76 anos, nasceu no distrito de Sambaíba, município de Itapicuru, Bahia. É filha de João Ferreira do Nascimento e Maria Madalena de Jesus Ferreira, com uma irmã mais

nova, Raimunda do Nascimento Almeida. Nunca se casou e não teve filhos. Ingressou na escola aos oito anos, já alfabetizada em casa por sua mãe, Maria Madalena de Jesus. A primeira escola que frequentou foi a Escola Rural de Sambaíba, sendo sua primeira professora Ursula, vinda de Salvador, que lecionava e residia na própria escola. A professora Helena, concluiu o curso primário na escola de sambaíba e por indicação política e após passar em uma prova aplicada pela supervisora de ensino em Itapicuru, começou a ensinar aos 22 anos.

Em 1972, deu continuidade à sua formação no Curso de Magistério, na cidade de Cipó/Ba, concluindo-o em 1978, quando recebeu o diploma de professora primária. Permaneceu na atividade docente por meio de sucessivos contratos com a Prefeitura de Itapicuru, até ser aprovada em concurso público para o cargo de professora primária em 1998. Exerceu toda a sua trajetória profissional na Escola Ana Nery, em Sambaíba, onde permaneceu até sua aposentadoria, em 2014. A Figura 7 apresenta a professora Helena do Nascimento Almeida:

Figura 7 - Helena do Nascimento Almeida



Fonte: Acervo pessoal de Jilmária Marques Ramos, 2025.

Legenda: A esquerda foto 3x4 de Helena do Nascimento mais jovem. A direita Helena do Nascimento Almeida 76 anos foto atual.

A professora Maria da Glória Barreto Dantas tem 71 anos e nasceu em 14 de agosto de 1954, no município de Buerarema, localizado no sul da Bahia. É filha de Ernestina Maria de Jesus e de Manuel Quirino de Oliveira, ambos lavradores. Teve quatro irmãos. Ainda na infância, aos seis anos, foi adotada por sua madrinha, Luísa Maria de Jesus, que exerceu papel fundamental em sua educação inicial,

ensinando-lhe as primeiras letras em casa, com o uso do tradicional *ABC*. Iniciou seus estudos formais aos sete anos, em uma Escola Rural localizada em uma fazenda no município de Buerarema. No entanto, permaneceu pouco tempo nessa escola e, por isso, não se recorda do nome da instituição nem da primeira professora. Logo após, mudou-se para a sede do município de Buerarema e nunca mais teve notícias de seus pais biológicos. Na cidade de Buerarema, frequentou a Escola Estadual Eneida Oliveira, onde concluiu o 4º ano primário. Em seguida, mudou-se com sua madrinha para o município de Itabuna, também no sul da Bahia, onde foi aprovada no Exame de Admissão ao Ginásio.

A chegada da professora Maria da Glória Barreto Dantas ao município de Itapicuru ocorreu na década de 1970, quando tinha 16 anos, acompanhada de sua madrinha. Já estabelecida na cidade, casou-se, teve três filhos e, posteriormente, concluiu o curso de Magistério, formando-se como professora primária, em 1980, no Colégio Municipal João Carlos Tourinho Dantas.

Sua trajetória profissional teve início em 1982, por meio de contratos temporários com a Prefeitura Municipal de Itapicuru, atuando em escolas das redes municipal e estadual. Ao longo da carreira, especializou-se na Educação Infantil, iniciando sua docência na Escola Estadual Antônio Carlos Magalhães em uma salinha destinada para a turma infantil e posteriormente para turmas maiores no Colégio João Carlos Tourinho Dantas, na mesma escola na qual se formou.

Além de sua atuação como docente, exerceu a função de secretária municipal de Educação por oito anos, período em que contribuiu para a capacitação de educadores e para a implementação de programas de formação continuada voltados a professoras leigas, bem como a professores interessados em prosseguir os estudos na graduação em Pedagogia. Ela própria deu o primeiro passo nessa direção, graduando-se em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Exerceu a profissão por 25 anos, aposentando-se em 2007. Atualmente, reside em Itapicuru, onde vive acompanhada de cuidadoras e sob os cuidados próximos de seus filhos. A Figura 8 apresenta a professora Maria da Glória Barreto Dantas.

Figura 8 - Maria da Glória Barreto Dantas



Fonte: Acervo pessoal de Jilmária Marques Ramos, 2025.

Legenda: Maria da Glória Barreto Dantas tem 71 anos foto atual.

Os aspectos biográficos das professoras entrevistadas guardam similitudes e divergências em suas trajetórias singulares, muitas vezes invisibilizadas nos registros oficiais, mas fundamentais para compreender a História da profissão docente no Brasil, na passagem do século XX e início do XXI. Cinco professoras — Maria Antônia Moreira Caldas, Valmiria Cândia dos Santos, Maria Valdete de Anunciação, Helena do Nascimento Almeida e Maria da Glória Barreto Dantas — representam, em suas vivências, o cenário educacional de um tempo e lugar, marcado pela política de expansão do ensino primário rural, conforme Silva (2016, p. 18):

[...] a expansão do ensino primário rural ocorreu de maneira mais acentuada no Brasil entre 1930 e 1970. Em tal período foram implantadas políticas de escolarização voltadas para construção de escolas e melhoria da educação na zona rural. Tal avanço é resultado de acordos entre o governo federal e os estados, com base na Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946). Tal iniciativa visou especialmente estruturar e dar maior organicidade a este tipo de escolarização. Somam-se a essa, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946) e a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946), cujo objetivo principal era prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.

O ingresso das mulheres no processo de educação, por muito tempo, aconteceu no interior dos seus lares, voltada para os destinos e funções que lhes caberiam: o matrimônio, a maternidade e os afazeres domésticos. Os percursos atravessados pelas cinco professoras resultam também das condições sociais e políticas específicas, essas educadoras tiveram em comum o início das suas

experiências com o mundo letrado majoritariamente no âmbito doméstico, prática comum em um país onde o acesso à escola pública só era possível para quem se atrevesse a buscá-la nos grandes centros urbanos.

Em meados dos anos 1940 aproximadamente: “77,04% da população vivia na zona rural, contra 22,96% na zona urbana” (Silva, 2016, p. 18). Essa educação ofertada no âmbito doméstico, sobretudo pelas mães, foi, em muitos casos, a porta de entrada para o Ensino Primário institucionalizado.

Outro ponto em comum, foi o início de suas práticas docentes mesmo que em tempos de atuação distintos, por meio de contratos temporários, muitas vezes, por indicação de um político local, bem como, por influências de políticos regionais, uma realidade frequente em contextos onde o magistério, sobretudo nas zonas rurais, era menos institucionalizado. Esse tipo de ingresso revela tanto a precarização das relações de trabalho quanto a notoriedade local dos seus saberes. Duas dessas professoras, Valmira Cândia dos Santos e Maria Antônia Moreira Caldas, estudaram o curso Normal no Instituto Central de Educação Isaiás Alves (ICEIA), em um tempo em que tal instituição era expoente na formação de professores no estado da Bahia.

Vale salientar que uma dessas professoras, Maria Valdete de Anunciação, não teve a formação específica para atuar no magistério, ou seja era uma professora leiga. A presença das professoras leigas no cenário educacional brasileiro foi marcante, sobretudo nas zonas rurais e em pequenas cidades, onde a escassez de profissionais formados impunha a necessidade de improvisar a docência. Maria Valdete de Anunciação representa esse grupo de educadoras, que, mesmo sem a formação específica para o magistério, desempenharam papel central na escolarização de inúmeras crianças, garantindo o acesso à educação em contextos de precariedade estrutural. Segundo Souza (2008), as professoras leigas assumiram uma função social indispensável, pois, apesar da ausência de formação pedagógica formal, eram legitimadas pela comunidade e pelo Estado como mediadoras do saber escolar.

No entanto, esse modelo de docência começou a ser questionado a partir das reformas educacionais do século XX. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971 – Lei nº 5.692/71 — determinou a exigência de habilitação mínima em curso de magistério para o exercício da docência no ensino primário, estabelecendo, assim, o fim progressivo da atuação das professoras leigas. Como destaca Faria Filho (2000), esse movimento expressa um processo de

profissionalização e institucionalização do magistério, alinhado ao projeto de modernização do Estado brasileiro.

Dessa forma, as trajetórias de mulheres como Maria Valdete revelam não apenas a importância social das professoras leigas, mas também as contradições de um sistema educacional que, ao mesmo tempo em que dependia dessas educadoras para garantir a expansão do ensino, buscava, por meio da reforma, consolidar um modelo profissionalizante e regulado pela formação formal.

Vale destacar que quatro dessas professoras não se casaram, uma decisão que pode ser interpretada com o entendimento de incompatibilidade entre trabalho e casamento, o que reforçava a opção dessas professoras pelo magistério. Vale ressaltar que essa situação das mulheres sós, ocupando um posto de docência, já havia acontecido na Europa, no final do século XIX e o celibato feminino inscrevia-se profundamente na lógica econômica ocidental. A escolha pela docência, nesse contexto, representa não apenas a “vocação pelo ofício”, mas a imagem socialmente construída da figura da professora abnegada e dedicada ao magistério.

As narrativas das professoras primárias revelam um percurso educacional que também foi vivenciado por outras docentes em Itapicuru, incluindo a própria pesquisadora: o de transitar do papel de aluna ao de professora na mesma escola em que estudou, garantindo a continuidade do processo educativo dentro da própria comunidade. Esse ciclo formativo-profissional reforça a ideia de pertencimento e compromisso com o território, evidenciando um elo entre memória e prática pedagógica.

3.2 “Parece que estou vendo a escola”: lembranças da primeira professora e da escola em Itapicuru na década (1940)

A ausência de instituições escolares para mulheres no cenário nacional, nas décadas de 1940 a 1960, levou muitas famílias a assumirem diretamente a responsabilidade pela alfabetização das crianças. como aponta Vidal (2006), essa prática não apenas supria a ausência de instituições formais, mas também transmitia valores e saberes tradicionais, integrando o aprendizado escolar às experiências cotidianas da vida no campo. Nesse contexto, práticas educativas informais, realizadas no ambiente doméstico, tornaram-se fundamentais para o acesso inicial à leitura e à escrita. Esse cenário é exemplificado no relato das professoras

pesquisadas que descrevem como, na infância, aprenderam a ler em casa, sob a orientação materna. lembra que para tomar a lição a mãe que assumia o papel de professora fazia uso do ABC , recordando que:

Eu aprendi a ler em casa, na fazenda mamão, minha mãe ensinando, naquela época não tinha escola. Ela ensinou o ABC, naquele tempo as letras, né? Primeiro, vinha o ABC. Corrido. A, B, C, D. Depois ela levava assim, coisa que só via uma letra. Salteado. Talvez você já conheça a letra L, a letra M, assim. Depois entrava na sílaba. Bê-á-bá, Bê-é-bé Ensino muito rudimentar, aquele método antigo.. Sim. Mas era da época, não era professor. Ela ensinava a gente, a mim e a Lígia [fazendo referência a sua irmã] (Caldas, 2025, informação oral).

A narrativa apresentada por Caldas (2025) oferece um valioso relato sobre à educação no âmbito doméstico, em um tempo marcado pela ausência do Estado na oferta educacional institucionalizada na zona urbana e rural em Itapicuru. Ao refletir sobre sua infância e a dinâmica familiar, Maria Antônia descreve um ambiente familiar marcado por desafios e infelicidade, especialmente devido à separação de seus pais. Essa vivência influenciou profundamente sua trajetória e visão de mundo, moldando sua atuação enquanto educadora e sua relação com o ensino e a aprendizagem. Nesse contexto, a professora relembra que:

Eu não fiquei feliz porque... Os meus pais não foram felizes no casamento. E quando os pais não são felizes, não transmitem muita coisa boa aos filhos, né? Era aquele clima pesado. Não entendiam. Como a maioria dos casamentos, né? Tanto que, depois de muitos anos de casados, eles se separaram. Com 31 anos de casados. Então, eles não proporcionaram aos filhos muita coisa boa. Não Tivemos uma infância assim, feliz. Não Tivemos. Apesar de eles serem primos carnais. Meu pai era primo carnal de minha mãe. Casaram, mas não foram felizes. (Caldas, 2025, informação oral)

A professora acredita que a infelicidade dos pais, contribuiu para a complexidade da relação familiar com os filhos. Apesar de entre os filhos, ela foi a que sofreu menos com a separação, pois seu pai tinha um comportamento muito rude, acreditava que o pai não gostava de filho nenhum. Segundo a professora: “Lígia e Humberto gostavam muito dele, mas eu não me afinava. Não havia afinidade entre mim e ele” (Caldas, 2025, informação oral).

Ao contrário da professora Maria Antônia, a professora Maria Valdete de Anunciação recorda que sua infância foi marcada pela união familiar e por momentos felizes, apesar das dificuldades, como as doenças que acometeram seus pais, os quais se recuperaram após tratamento em Salvador. A professora relata que devido a problemas de saúde, demorou a aprender as letras, ensinadas em casa por sua mãe, relata que na época, não gostava de estudar e se sentia incapaz para

os estudos. Sua mãe trabalhava com bordado à mão, enquanto seu pai viajava para vender produtos em feiras. Nesse contexto, Maria Valdete de Anunciação também narrou sobre a produção artesanal no distrito de Sambaíba.

Eu não fui uma criança que aprende rápido, não. Eu era uma criança muito doente, não era sadia muito, perdia aula, mas sempre meus pais me ensinavam em casa, os vizinhos e tudo, pelo menos as letras, as letras principais já sabia alguma coisa, né quando entrei na escola. O trabalho aqui em sambaíba era em sandálias. Os homens e as mulheres também, na época, né? Só os mais novos que iam trabalhar, bordando, né? Trabalhando em bordado de máquina, ela me ensinava as letras em casa. E o papai viajava, tinha roça e viajava muito. Ele era ambulante, botava barraca na feira, como todo mundo aqui na Sambaíba. Nessa época, todo mundo era assim, era viajante, botando barraca na feira, na feira de Santana, nesses lugares, no interior todo da Bahia. E vendia sandálias, sapatos também, de couro. (Anunciação, 2025, informação oral).

Essa realidade com base na economia local, também foi lembrada pela professora Helena do Nascimento Almeida, ao recordar dos momentos da infância no distrito de Sambaíba, as ocupações de seus pais eram simples, mas significativas para sua formação. Conforme relata:

Papai, ele era lavrador e como negociante, porque ele viajava, negociava, com costura, chinelo, com essas coisas. E minha mãe era doméstica e tinha estudo era muito inteligente, costurava e bordava e também ensinava a nós (fazendo referência à sua irmã) em casa, né?” (Almeida, 2025, informação oral).

A professora Helena do Nascimento Almeida recorda sua infância com emoção, destacando aspectos da vida familiar e das experiências vividas. Ela relembra com carinho as frequentes idas, aos finais de semana, à cidade de Tobias Barreto/SE, acompanhando sua mãe na entrega de trabalhos de costura. Segundo ela: “ Íamos no sábado e só voltava na segunda, já em Tobias Barreto, íamos para a igreja, para as festinhas, tudo, era mais lá do que aqui, a infância da gente foi mais assim em Tobias Barreto. Era. Muito bom” (Almeida, 2025, informação oral).

A professora entrou na escola com oito anos, já alfabetizada pela sua mãe Maria Madalena de Jesus em casa. Ela lembra que:

Quando eu entrei na escola, tanto eu como a Raimunda, (citando a única irmã), eu sabia ler, sabia escrever. Nesse tempo tinha ABC, mas a gente não foi mais para o ABC, porque eu sabia ler. Quem ensinou foi minha mãe que sabia ler muito. Ela sabia ler, ela tinha muitos livros, a mãe sabia ler muito, porque a mãe nasceu na roça, mas não se criou na roça. Ela viveu mais em Aracaju e São Cristóvão, mais uma antiga dela e ela sabia muito ler. Ela comprava caderno, livro e tudo lá, e alfabetizou. tanto eu como a Raimunda, chegamos na escola sabendo. (Almeida, 2025, informação oral).

Ao recordar sobre aspectos de sua infância e da vida familiar, a professora Valmira Cândida dos Santos, em suas memórias destaca as brincadeiras com os irmãos, as histórias contadas pelo pai e a forte influência da igreja católica na vida familiar e comunitária. Diferente das professoras citadas anteriormente, a professora aprendeu as primeiras letras não em casa com a sua mãe, mas, em escolinhas particulares na cidade de Tobias Barreto/SE. Segundo ela: “meu pai era lavrador, trabalhava na roça, plantava milho, feijão e criava alguns animais para sustento da família” (Santos, 2025, informação oral). E segue lembrando:

Trabalhava na roça, tinha coisa de couro de fazer para fabricar sapatos. A gente chama até porque fabricava em lugares onde eu realmente tinha um lugar onde trabalhava. Botava vasos grandes, botava couro e desse couro para fazer sapatos. em Sambaíba e Lagoa Redonda o povo fazia, se comprava muitos sapatos. tempos depois, começou a haver questão de bordado também.. Mas eu me lembro bem que o povo era mais na roça e viajava para vender por aí sapatos, vender em outros lugares e também agricultura. Tinha feirinhas, feiras, todo mundo botava na feira para vender. Mas não tinha ninguém rico demais. Tinha muita dificuldade, muita pobreza. (Santos, 2025, informação oral).

As narrativas das professoras Maria Valdete de Anunciação, Helena Nascimento Almeida e Maria Candida dos Santos, revelam uma memória coletiva marcada pelo trabalho rural e artesanal, evidenciando a vivência em Itapicuru, nos distritos de Sambaíba e Lagoa Redonda, cuja subsistência estava vinculada à agricultura e à produção de sapatos de couro. Os relatos, embora referentes a décadas distintas, porém, próximos, enfatizam a centralidade do trabalho na roça como principal fonte de sustento, ao mesmo tempo em que apontam para a diversidade de atividades produtivas, da curtimenta de couro ao bordado, indicando a presença de uma economia local sustentada por saberes tradicionais e trocas regionais. A menção às feiras e à venda itinerante de sapatos evidencia uma lógica de sobrevivência construída em meio à escassez de recursos.

Em um cidade distante de Itapicuru, a professora Maria da Glória Barreto Dantas, sobre sua infância relata não ter sido feliz pois sentia muita saudades dos pais e dos irmãos, visto que aos seis anos a professora foi adotada por sua madrinha, Luísa Maria de Jesus, que desempenhou papel fundamental em sua educação. Com muita emoção, a professora relata que:

Enquanto eu estava com meus pais, a minha felicidade era estar brincando com meus irmãos, entendeu? Agora, depois que eu me separei deles, aí os momentos felizes foram poucos, porque eu sentia muita saudade da minha mãe, do meu pai, entendeu? E dos irmãos. Então a felicidade era, não era total, entendeu? [nesse momento a professora faz uma pausa na fala como

mergulhando nas lembranças profundas]. Ao retomar a fala a professora continua rememorando. Não, porque foi assim, meus pais me deram uma família para criar, entendeu? Eu tinha quatro irmãos, comigo eram cinco. Aí quando eles me deram, eu tinha seis anos. Aí eles foram embora de lá, de Buerarema, disseram que ia para o Paraná. E daí para lá eu não tive mais contato nem com o pai, nem com a mãe, nem com os irmãos. fui adotada, eles me deram a uma madrinha, que ela não tinha filha e queria ter, criar uma pessoa. Aí eles me deram, entendeu? Mas eu fui muito bem criada. Ela me criou, me dando tudo o que eu queria e, principalmente, os estudos, né? Que foi a minha principal riqueza, né? E eram essas as condições que eles me deixaram, né? (Dantas, 2025, informação oral).

Maria da Glória Barreto Dantas, na fazenda onde passou a morar com sua madrinha na zona rural da cidade de Buerarema, localizada na região sul do estado da Bahia. A professora lembra que já entrou na escola sabendo algumas palavras que aprendeu com sua madrinha. Maria da Glória Barreto Dantas recorda que:

Eu já sabia ler, porque naquele tempo tinha aquele 'ABC', né? A gente tinha que aprender em casa o 'ABC'. E minha madrinha, ela queria muito que eu aprendesse a ler, né? Aí comprava aqueles 'ABC' e pegava uma folha de papel, fazia um burquinho e ia botando em cima das letras. Para a gente ver, que letra é essa. Aí você dizia, 'A' Ela passava, primeiro ela ensinava todas até o 'z', depois ela saía saltando para ver se realmente a gente tinha memorizado e aprendido. (Dantas, 2025, informação oral).

A análise das narrativas revela diferentes percepções sobre a infância, evidenciando como fatores afetivos e familiares influenciaram diretamente na construção dessas memórias. Enquanto as professoras Maria Valdete, Helena Almeida e Valmira Santos recordam-se de uma infância feliz, mesmo diante de dificuldades econômicas e escassez de recursos, destacando a importância da união familiar e das experiências vividas no contexto rural, as professoras Maria Antonia Moreira Caldas e Maria da Glória Barreto Dantas, expressam lembranças marcadas pela ausência e pela tristeza. Maria Antônia relata não ter desfrutado de uma infância feliz por conta da infelicidade dos pais, mas, se considera uma professora moderna e não gostava de alfabetizar, e sim dar aulas para alunos maiores.

A professora Maria da Glória associa essa insatisfação ao fato de ter sido afastada dos pais do convívio diário com os irmãos. Apesar de reconhecer a atenção e os cuidados de sua madrinha que assumiu a função de mãe, no seu processo de vida. Afirma que sempre gostou de dar aulas para crianças e não gostava de séries para alunos maiores. Assim, percebe-se que, mais do que as condições materiais, o vínculo familiar e o afeto recebido foram elementos determinantes para a construção de uma memória positiva ou negativa da infância.

Ao analisar o contexto da educação brasileira no final do Império e início do século XX, Mortatti (2006) observa que o sistema escolar ainda se encontrava em processo de estruturação, marcado pela carência de prédios adequados, pela improvisação de salas de aula e pela escassez de materiais didáticos. Em muitas localidades, particularmente nas áreas rurais, a organização escolar era precária e caracterizada por turmas multisseriadas, reunindo estudantes de diferentes idades e níveis de escolarização em um mesmo espaço, o que exigia dos professores estratégias pedagógicas adaptadas. Faria Filho (2000) acrescenta que a escola primária brasileira, nesse período, assumia múltiplas funções sociais, sendo simultaneamente espaço de alfabetização, de socialização e de afirmação de valores cívicos e morais, operando, muitas vezes, em condições improvisadas e dependente do engajamento das comunidades.

Essa realidade também se refletia no município de Itapicuru, conforme demonstra documento encontrado no APEB, datado de 1949, no qual a Delegada Regional de Ensino e professora Everalina Paixão apresenta relatório ao Superintendente Geral de Educação. O documento, escrito a punho em quatro laudas, registra a existência de treze escolas em funcionamento: uma localizada na zona urbana, no centro da cidade; uma em área de transição próxima à zona urbana; e onze distribuídas em regiões rurais mais afastadas. Além de mapear a localização das unidades, o relatório descreve o estado de conservação e da mobília escolar, identifica as professoras responsáveis por cada escola e informa o número de alunos matriculados, discriminados por gênero, evidenciando a configuração e a distribuição da rede escolar no período.

Figura 19 – Relato sobre o Grupo Escolar Dr. João Pondé e a Escola do Camuciata,

1949

Como. S^{rs}. Dr. Superintendente Geral
de Educação.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
Escola de Protocolo Geral
Em 2 de Junho de 1949 (As. 16h.)
N.º 414, pod.
Naus.

Relatório

Tenho a honra de passar às mãos de V.ª S.
a relação das Escolas do Município de Itapicuru, sobre as quais exerce o cargo de Delegado
da Escolar Presidente, o relatório referente ao
mês de novembro do corrente ano.

— Grupos Escolares Dr. João Pondé: trabalham duas professoras, D. Maria Freire Anunciação Silva, com 46 meninas, tendo média de 27 e Everaldiva Paixão com 49, tendo média de 40.
O edifício do Grupo Escolar tanto interna-
mente como externamente foi reparado, estando em
ótimas condições.
Os seus móveis e o seu material didático
encontram-se em bom estado de conservação.

— Escola do Camuciata: É regida pela pro-
fessora interina Maria Angélica Nogueira
Lima, tem matriculados 40 alunos, de ambos
os sexos, tendo média masculina 24 e a femeni-
na 12. Os seus móveis e o seu material
didático encontram-se em ótimo estado de
conservação.

Fonte: APEB. 1949

Consta no documento analisado que o Grupo Escolar João Pondé se encontrava sob a responsabilidade das professoras Maria Freire Anunciação Silva e Everaldiva Paixão. Na época, a escola adotava um modelo de ensino com turmas separadas por gênero. A professora Maria Freire era responsável por uma turma feminina composta por 46 alunas, com uma frequência média de 27 estudantes. Já a professora Everaldiva Paixão ensinava para a turma masculina, que contava com 49 alunos, dos quais, em média, 46 frequentavam regularmente as aulas.

Nos relatos orais da professora Maria Antônia Moreira Caldas, foi possível perceber significativas informações sobre a vivência educacional da época. A professora recorda que já sabendo ler e escrever, a primeira escola que frequentou foi a Escola Dr. João Pondé, localizada na Praça da Bandeira, no centro de Itapicuru, Bahia, a professora segue recordando que: “a escola foi construída, por “tio Nini” o

pai de Teresinha Caldas... era o prefeito na época e foi quem construiu a escola com verba do Estado” (Caldas, 2025, informação oral).

De acordo com Carvalho (2008), Boaventura da Silva Caldas (conhecido carinhosamente na cidade como “Tio Nini”), lembrado anteriormente pela professora Maria Antônia, foi prefeito de Itapicuru entre os anos de 1939 a 1943 e posteriormente, a sua filha, Teresinha Caldas do Nascimento, foi eleita a primeira mulher prefeita em Itapicuru. Ao se referir à sua primeira escola e à sua primeira professora, Maria Antônia Moreira Caldas, rememora com carinho e riqueza de detalhes sua experiência educacional nesse espaço, afirmando que:

Parece que estou vendo a escola. Duas salas, depois construíram mais outra, a diretoria. Era pequena a escola. Funcionavam com duas professoras. A professora Maria Freire, como pessoa, era educada, alegre e comunicativa. Mas na sala de aula ela era, assim, muito ríspida. A sala estava superlotada, por falta de professora, talvez ela se sentisse nervosa com aquilo. Funcionava da primeira à quinta série, atrapalhava o ensino. Dona Maria Freire era muito inteligente, inteligente, mas ela não podia mostrar a verdadeira Maria Freire, a verdadeira inteligência por causa da superlotação da escola, da classe. E naquele tempo ainda se usavam os bolinhos. Palmatória. Sim, muito bem. Eu fui aluna da escola e fui professora. E depois cheguei a ser diretora da escola. Escola João Pondé⁵. (Caldas, 2025 informação oral).

A narrativa da pequena escola, com apenas duas salas de aula inicialmente e funcionamento com número reduzido de professoras, reflete o cenário comum da escolarização primária em regiões rurais do Brasil, sobretudo, no interior da Bahia. A figura da professora Maria Freire é ao mesmo tempo lembrada como educada, alegre e inteligente, também é descrita como ríspida em sala de aula, o que pode ser interpretado como resultado das condições de trabalho adversas. A carga emocional e física imposta pelo excesso de alunos, a cobrança por disciplina e o autoritarismo institucional muitas vezes exigiam dos professores um comportamento mais rígido, perpetuando práticas punitivas.

Ao mencionar que foi aluna, professora e, posteriormente, diretora da Escola João Pondé, Caldas (2025, informação oral) materializa o que Nóvoa (1995) descreve como a construção identitária docente ancorada na experiência e nas relações estabelecidas ao longo da trajetória escolar. Essa permanência no mesmo espaço educacional também pode ser compreendida como forma de preservação e fortalecimento das redes comunitárias de ensino, onde a escola se torna não apenas um local de aprendizagem, mas um núcleo de referência social e cultural.

⁵ Atualmente, o espaço onde funcionou a Escola Municipal “João Pondé” abriga a Universidade Aberta do Brasil (UAB), desempenhando um novo papel na formação educacional da região.

O uso da palmatória era comum até as décadas de 1970 e 1980 e reflete uma visão de educação centrada na disciplina, obediência e moralização. De acordo com Faria Filho (2000), o uso da palmatória era um instrumento de disciplinamento amplamente aceito nas escolas do século XIX e início do século XX. Para o autor, essa prática estava inserida em um contexto educacional em que a escola tinha um papel civilizador e punitivo, reforçando valores hierárquicos e normativos. Outro elemento que servia de dispositivo disciplinar, nos termos de Foucault (2019), eram os uniformes escolares. A Figura 10 apresenta informações sobre o Grupo Escolar Dr. João Pondé.

Figura 10 – Imagem do Grupo Escolar Dr. João Pondé (1945)



Fonte: Arquivo da professora Maria Antônia Moreira Caldas (1945).

O Grupo Escolar Dr. João Pondé foi construído a partir de uma arquitetura pedagógica que seguia a tendência do advento dos grupos escolares e, conforme analisa Souza (2008), representa um marco na consolidação do projeto de modernização da educação pública brasileira no início do século XX. Na Bahia, a formação dos grupos escolares marcou um processo de reorganização do ensino primário, fundamentado em princípios de ordem, disciplina e racionalidade pedagógica.

De acordo com Vieira (2016), a Reforma de 1890 e a criação da Escola Normal da Bahia foram fundamentais nesse movimento, uma vez que buscavam alinhar a instrução pública baiana aos ideais republicanos e positivistas. Nessa mesma perspectiva, Lins (2013), ao analisar a trajetória de professoras em Alagoinhas, evidencia que a estruturação dos grupos escolares possibilitou a inserção feminina no magistério como profissão legitimada socialmente. Complementarmente, Souza (2017), ao investigar as experiências de professoras leigas no interior, aponta que, mesmo com a presença dos grupos escolares, persistiram práticas educativas híbridas, nas quais a casa continuava a ser espaço de ensino. Assim, a experiência baiana com os grupos escolares deve ser compreendida em sua complexidade: como projeto de modernização e, ao mesmo tempo, como campo atravessado por tensões entre modelos oficiais e práticas locais, aspecto que também se evidencia na história da educação em Itapicuru.

De acordo com a professora, o nome escolhido para essa escola faz homenagem a família Pondé que tem raízes em Itapicuru. A professora Maria Antônia lembra que:

João Pondé era um grande homem, era um grande médico... não nasceu do município, mas frequentava muito, eles gostavam muito daqui, mas moravam lá em Salvador, o doutor João Pondé, o irmão que era advogado, Adriano Pondé, é uma família nobre. Funcionavam duas salas, com duas professoras, a dona Maria Freire ensinava as meninas e dona Everalina Paixão, ensinava aos meninos, só tinha duas salas. (Caldas, 2025, informação oral).

A professora Maria Antônia recorda com carinho sua primeira professora, Maria Freire, natural do distrito de Sambaíba e pertencente à família Esteves. Ao rememorar sua chegada à escola, descreve a experiência como “desagradável, devido à superlotação da sala de aula”, pois alunas de diversas séries eram agrupadas em um mesmo espaço, o que tornava o ambiente ainda mais desafiador. Sua primeira professora enfrentava grandes dificuldades decorrentes da falta de recursos e do elevado número de estudantes em turmas multisseriadas. O método de ensino era rudimentar, marcado pelo uso de carimbos para atribuição de notas e pela aplicação de castigos físicos como forma de disciplina, embora ela se recorda com emoção desse período.

A professora Maria Freire, às vezes, usava uma régua para dar reguadas leves nas alunas, principalmente quando não faziam a lição ou tinham mau comportamento. Eu nunca apanhei, mas Humberto (citando seu irmão), levou bolos [bateu na palma da mão] de Dona Everalina. Ela batia muito. Sendo que Dona Everalina era de lascar [risos]. Oh, professora terrível.

Aqueles alunos sofreram. Agora, Dona Maria Freire era mais polida. Era outra pessoa. (Caldas, 2025, informação oral).

Silva, Santos e Barreto (2012) discutem a utilização de castigos físicos no ambiente escolar como uma prática disciplinar voltada à correção de erros e ao arrependimento das crianças por suas faltas. De acordo com o autor:

Durante as sabinas – processo em que os alunos eram questionados pelos professores –, aqueles que não soubessem responder corretamente às perguntas recebiam punições, como os chamados "bolos" nas mãos. Em algumas ocasiões, a punição era aplicada pelo próprio professor ou por um colega que tivesse acertado a resposta, reforçando a prática do castigo como método de ensino e correção disciplinar. (Silva; Santos; Barreto, 2012, p. 77-87).

O uso da palmatória no Brasil foi uma prática amplamente utilizada no ensino tradicional como forma de disciplina e correção dos alunos. O controle disciplinar na época era rígido, e a aplicação de punições físicas era comum. Mesmo com a Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 que, entre diversas prescrições, incidiu a proibição dos castigos físicos nas escolas, substituindo-os pelo de cunho moral, os professores ainda desenvolviam essa prática. O uso da Palmatória também foi lembrado por todas as professoras entrevistadas conforme veremos posteriormente.

A escola primária localizada em áreas rurais representou uma realidade desafiadora de escolarização para milhares de pessoas em todo o território brasileiro. Na Bahia, conforme destaca Souza (2016), a consolidação do termo "escola isolada" no campo educacional ocorreu apenas após a promulgação da Lei nº 930, de 13 de agosto de 1904. Esses estabelecimentos enfrentaram inúmeras dificuldades, especialmente no que diz respeito ao acesso, já que, em sua maioria, estavam distantes dos centros urbanos, possuíam infraestrutura precária e careciam de estradas adequadas e meios de comunicação eficientes. No caso do município de Itapicuru, a Figura 11 apresenta informações sobre as condições das escolas rurais, abrangendo unidades situadas em Lagoa Redonda, Vila de Olindina e Arraial de Tapera do Lima.

Figura 11 – Relatório sobre as escolas do interior 1949- Lagoa Redonda, Vila de Olindina e Arraial de Tapera do Lima

Escola de Lagoa Redonda: "Dr. João Costa Pinto Dantas" é regida pela professora Adna Rocha Leão Veloso e tem, sob sua direção 44 alunos, sendo 19 do sexo masculino e 25 do sexo feminino, frequência média do sexo masculino 11 e do feminino 11.

O prédio em que tal escola funciona é na sua conservação regular, como regular é o seu material didático.

As escolas da Vila de Olindina são regidas pelas professoras Benigna Carvalho de Aguiar, Valmíria, Eunice Sousa Oliveira e Jara Côelho Moreira Caldas. A matrícula em todas as escolas eleva-se a 149 alunos de ambos sexos, tendo média masculina 44 e feminina 91.

O prédio onde funciona as Escolas tem uma das paredes prestes a desabar. Os móveis estão conservados regularmente.

Escola Rural de Olindina: regida pela prof.^a Laura Almeida Caldas. O prédio onde funciona a Escola é bem conservado, estando em ótimas condições, mas os móveis e o material didático.

Escola do arraial de Tapera do Lima. É sua regente a prof.^a Maria da Glória Amunçães. O prédio onde funciona a Escola é regular e o seu material didático está em péssimas condições, e mesmo os móveis.

Tem matriculados 24 meninos e 26 meninas, sendo a média masculina de 19 e a feminina

Fonte: APEB (1949).

De acordo com relatório, a Escola de Lagoa Redonda, denominada João da Costa Pinto Dantas, estava sob a responsabilidade da professora Adna Rocha Leão Veloso e contava com 44 alunos matriculados, sendo 19 meninos e 25 meninas, apresentando frequência média diária de 11 estudantes de cada sexo. O estado de conservação da escola foi classificado como regular, assim como o material didático disponível. Sobre essa instituição, a professora Valmira Cândida dos Santos recorda que, aos nove anos de idade, iniciou seus estudos na Escola João da Costa Pinto Dantas, tendo como primeiras docentes Dona Valdice e, posteriormente, a professora Clarice (sobrenome não lembrado). Segundo suas memórias, as aulas eram ministradas em uma casa adaptada para funcionar como escola, utilizando-se um dos cômodos da residência como sala de aula, onde bancos, mesas e cadeiras eram organizados de maneira improvisada para atender às necessidades do ensino naquele espaço. Em seu relato a professora destaca que:

Era do mesmo jeito comuns das casas, né? Pegava uma casa, porque tem essa sala aqui, tem a outra e pronto. Tentava se ajeitar nessa sala, com as casas. Eu me lembro que era uma casa. Tudo junto, homem e mulher, tudo

misturado não era uma série só, eram muitas séries. Muitas séries. A gente levava os nossos cadernos, livros, tinha quadro. Mas cada um levava seu livro, não tinha fatura, mas cada um tinha o necessário. O necessário o suficiente. eu me lembro que às vezes me chamava no quadro para escrever alguma coisa, ou escrever uma palavra. (Santos, 2025, informação oral).

A narrativa de Santos (2025) aponta a realidade da escolarização em contextos rurais, nas décadas iniciais do século XX, quando era comum a adaptação de espaços domésticos para fins escolares. Nessas condições, as casas eram utilizadas como escolas, com salas improvisadas que reuniam alunos de diferentes idades e níveis de conhecimento em uma única turma. Essa configuração, caracterizada como multisseriada — “tudo misturado... não era uma série só” —, impunha desafios significativos ao trabalho docente, exigindo dos professores estratégias didáticas adaptadas à diversidade de faixas etárias e graus de escolarização presentes no mesmo espaço, em um cenário marcado pela escassez de recursos materiais e estruturais.

A professora segue lembrando que além do ensino formal, as professoras também desempenhavam um papel fundamental no cuidado com as famílias, oferecendo orientações sobre alimentação saudável. A professora Valmira Candida dos Santos recorda que em Lagoa Redonda:

As professoras naquele tempo eram muito humanas. Eu me lembro que quando eu era aluna pequena, a professora também ensinava certas coisas para ensinar as mães, alguma coisa de alimentação, de saúde. E então, como a minha mãe tinha tido muitos filhos. Ela teve uma hemorragia, uma coisa assim. Eu era criança, e estava no meio percebendo, né? E ela ficou muito pálida, muito anêmica. E a professora foi em minha casa e percebeu. Então, essa professora, Clarice, ia ensinar a minha mãe como fazer vitamina, alimentos, para que ela ficasse mais forte. Ela ia fazer, ela ia fazer e ensinava a minha mãe a fazer.. Era uma pessoa muito humana, muito boa. (Santos, 2025, informação oral).

A narrativa da professora nos leva a refletir sobre um período em que a escola assumia funções higienistas, médicas e morais. A puericultura, entendida como o conjunto de saberes voltados à educação física, moral e sanitária das crianças, foi amplamente difundida pelas reformas educacionais da Primeira República e pelo movimento da Escola Nova, que buscavam formar um “cidadão saudável” para o projeto de modernização do país entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, na Bahia, Dick (2007) destaca que, inspirada nos ideais positivistas da Primeira República, o controle e o civismo, eram características que orientavam a educação daquele momento histórico. Além disso, evidenciava a preocupação com a

formação integral do professor e com a incorporação de saberes ligados à ciência e à saúde, influenciados pelas ideias higienistas.

A referência à docente ensinando às mães “alguma coisa de alimentação, de saúde” ilustra como, nesse contexto, o magistério feminino foi mobilizado como instrumento de intervenção no espaço doméstico, aproximando a escola das práticas de cuidado com a infância, especialmente em contextos populares. Nesse sentido Dick, 2007, mostra como as professoras passaram a atuar como mediadoras desses saberes, sendo formadas para observar, identificar e intervir em questões relacionadas à saúde, nutrição e comportamento das crianças, e até orientar as mães, como aparece no relato citado.

A Figura 12 complementa as informações sobre as escolas da zona rural de Itapicuru. A exemplo da escola de Sambaíba, Crisópolis, Umbuzeiro, Canabrava e Mosquete, dando destaque para a escola do distrito de Sambaíba, lembrada pelas professoras Maria Valdete Anunciação e Helena Nascimento Almeida.

Figura 12 - Informações sobre as escolas de Sambaíba, Crisópolis, Umbuzeiro, Canabrava e Mosquete 1949

de 18.

Escola de Sambaíba. É sua titular a prof.^a Ernestina Ribeiro de Moura. O prédio onde funciona a Escola é regular, e mesmo seu material didático e móveis. Tem matrícula dos 24 de sexo masculino e do feminino 39, tendo média masculina 21 e feminina 31.

Escola Masculina de Crisópolis "21 de Abril". É sua regente a prof.^a Maria Leonidia Dantas Fontes. Tem matriculados 60 alunos, tendo média de 44.

Escola Feminina de Crisópolis "Teradentes". É regida pela prof.^a Alice Martins de Sousa. Tem matrícula de 42 meninas e frequência de 32.

Escola de Umbuzeiro. É sua regente a professora Neusa Pereira Pereira. Tem matrícula de 57 de ambos os sexos e a média masculina de 24 e a feminina de 26.

Escola de Canabrava. É sua regente a prof.^a Eurides Araújo Góes, nada mais a informar.

Escola do Mosquete. É sua titular a prof.^a M.^{te} Dantas Costa. Tem matriculados 34 de sexo masculino e 14 de sexo feminino, tendo média de 25 de sexo masculino e 10 de sexo feminino.

Fonte: APEB 1949

Os dados evidenciam que a escola de Sambaíba estava sob a responsabilidade da professora Ernestina Ribeiro de Moura. O número total de alunos matriculados era de 24 meninos e 39 meninas, com uma frequência média de 21 meninos e 31 meninas. O relatório classifica a escola como regular, porém destaca a ausência de material didático e móveis. Essas ausências e inadequações dos assentos escolares, é lembrada nos relatos da professora Maria Valdete Anunciação, sobre a escola e sua primeira professora ela lembra que:

[...] A escola tinha dois salões grandes e tinha uma casa para a professora morar, a professora Ernestina mesmo morou lá. tinha uma casa, era o banheiro, os dois salões de ensino e tinha uma casa no colégio mesmo e tinha a área assim aberta, passando o telhado toda assim para a casa. a professora que eu aprendi se chamava, professora Ernestina Ribeiro Moura. Eu lembro, ela era escura, (fazendo referência a etnia da professora, negra) como professora, era muito boa, ensinava bem, agora só era um pouco o

quê? Ela era assim, generosa, né? (a professora ri e faz gestos com as mãos colocando uma batendo na outra). Facilitou... o bolo, ela dava bolo, né? Tinha, ainda a palmatória..., mas eu nunca apanhei, não, graças a Deus. Eu nunca levei nem um bolinho. tinha esse método de ensinar cobrindo letras, né? Tinha quadro de giz, tinha carteira, como as carteiras, antigamente, aquelas carteiras que sentavam duas crianças, duas. (Anunciação, 2025, informação oral).

A narrativa da professora Anunciação (2025) permite uma análise sobre a arquitetura da escola do distrito de Sambaíba. A referência à moradia da professora no próprio colégio destaca uma prática comum em contextos rurais, onde o Estado oferecia alojamento como forma de garantir a presença docente, revelando também a feminização e interiorização do magistério. Para compreender esse modelo de escola com residência para professor, é necessário considerar as relações entre estradas e escolas situadas no meio rural. Em entrevista concedida pelo professor Jorge Carvalho do Nascimento ao professor Rony Rei do Nascimento Silva, ficou claro que:

Os carros não eram como os que temos hoje, a velocidade média deles era muito menor, em uma média de 20 km por hora. Então você imagine quem ia para um povoado, que ia dar aula em um povoado, em uma pequena localidade, embrenhado do Sertão. [...] Você imagina o que era ser designada professora para lecionar em um povoado, no município de Canindé de São Francisco, ou naqueles povoados de Porto da Folha, Poço Verde... Então quer dizer, efetivamente tinha que se ter uma estrutura. Ninguém queria ir e a alternativa que eles encontraram nos anos 40 foi, no povoado, muitas vezes era em fazenda... Construir uma escola, que era uma sala de aula, um pátio de recreio e uma residência. Uma casa simples, que era a residência do professor. Era o único meio de ter escola nas condições que estavam postas. (Nascimento, 2014, informação oral).

A escola rural era composta pela classe de aula, um pátio de recreação, uma cantina, dois banheiros para ambos os sexos. A casa do professor era composta por uma sala de estar, dois quartos, cozinha e um banheiro, a casa era entregue e mobiliada pelo Estado. O modelo preconizado pelo Inep se difundiu no estado da Bahia. Tais escolas, segundo Peixoto e Andrade (2007, p. 123): “Apresentavam conforto muitas vezes maior do que os alunos tinham em casa, o prédio da escola estimulava neles a formação de novos hábitos de vida e de convivência social, valorizava a escola e a profissão docente”. Deste modo, a escola pretendia criar uma nova mentalidade nos alunos e professores, voltada para um aproveitamento inteligente das possibilidades do meio rural, tendo em vista cercar os alunos de outro quadro de influências. Desta forma, o espaço escolar poderia educar, pois:

Não apenas acontece educação dentro de um espaço determinado, o escolar, mas também que este, em sua projeção física e simbólica, cumpre

uma função educativa fundamental. Nessa perspectiva a ocupação do espaço escolar, sua divisão interna, suas aberturas para o espaço exterior, a delimitação de fronteiras entre o interno e o externo, e, mais que isso, a disposição e diferenciação dos sujeitos (alunos e professores) e dos objetos no espaço, na sala de aula, tudo isso cumpre um papel educativo da maior importância (Faria Filho, 2002, p. 17-18).

Tal movimento nos mostra uma cultura material escolar, uma vez que segundo Souza (2007, informação oral), “o estudo histórico dos materiais escolares pode ser um instrumento valioso para se decifrar a cultura escolar à medida que as práticas são mediatizadas, em muitos sentidos, pelas condições materiais”. Ainda segundo a autora, também é possível entender que através da: “[...] articulação entre saberes, práticas e materiais escolares é que se concretiza o fazer pedagógico que está no cerne da compreensão do funcionamento interno da escola e de sua função no tempo e espaço sócio-histórico” (Souza, 2007, p. 179-180).

Os termos descritos pela professora Maria Valdete, como mulher negra, generosa, representam a presença de professoras negras na formação das gerações, muitas vezes invisibilizadas pela historiografia oficial. Sua atuação reafirma o papel dessas mulheres na resistência cultural e promoção do saber, apesar das contradições do modelo disciplinar vigente. Gomes (2003), referência nacional nos estudos sobre relações étnico-raciais e educação, analisa a trajetória de professoras negras no Brasil, discutindo como raça, gênero e profissão se entrelaçam na construção de suas identidades docentes. A Figura 13 apresenta o final da escrita do relatório sobre as escolas da Varzinha e a escola municipal Arraial de Tanquinho.

Figura 13 - Relatório sobre as escolas da Varzinha e a escola municipal Arraial de Tanquinho (1949)

Na Escola de Varzinha: Era regida
 pela professora Carmem Guimarães que foi re-
 movida para o município de Inhambupe.
 Esta Escola se encontra fechada.

Escola Municipal do arraial de Tan-
 quinbo, sendo a sua regente D. Maria Ri-
 beiro da Cruz Carvalho, tendo matrícula de
 45 alunos de ambos os sexos.

Durante o ano não visitei as escolas, de-
 vido a falta de estagiária, não designada
 nenhuma.

Atenciosas saudações
 Everaldo L. dos Santos Farias
 Delegado Escolar

Escola Dr. João Fandi, sexo masculino da
 Cidade de Itapicuru, 15 de dezembro de
 1949

Fonte: APEB.1949

O relatório com as informações sobre a escola da Varzinha, na qual a delegada escolar informa que a instituição se encontrava fechada devido à transferência da professora Carmem Guimarães para o município de Inhambupe. Além disso, são fornecidos dados sobre a Escola Municipal do Arraial de Tanquinho, cuja regente era a professora Maria Ribeiro da Cruz Carvalho. A escola contava com 47 alunos matriculados, de ambos os sexos. Por fim, a delegada encerra o documento informando que, no ano em questão, não foi possível realizar visitas às escolas devido à ausência de estagiários, já que nenhum foi designado para atuar durante o período vigente.

3.3 “Ela ficava no birô”: Métodos de ensino das primeiras professoras

Quanto ao método de ensino adotado pela professora Maria Freire, em Itapicuru, a professora Maria Antônia Moreira Caldas, lembra que as aulas seguiam um modelo tradicional, no qual a professora chamava os alunos até seu birô para recitar lições e responder perguntas oralmente, assim recordando que:

Ela ficava no birô. E chamava para o aluno dar a lição. Todo dia tinha ditado. Às vezes era cópia, às vezes o ditado. Se você errasse uma palavra, copiava dez vezes aquela palavra... Até acertar. Até acertar. E dava nota. A nota era... Ela tinha um carimbinho e carimbava assim, é pela cor. Por exemplo, o azul representava a nota 10. O verde já era 9. Outra coisa era... ia descendo até... até a nota branca que era o zero. Agora os pais guardavam aquelas notas pra ver se no fim do ano era aprovado. (Caldas, 2025, informação oral).

A fala da professora Maria Antonia Moreira Caldas, revela práticas pedagógicas marcadas por rigidez disciplinar, em que o respeito à autoridade do professor se sobrepunha ao diálogo e à construção participativa do conhecimento. O castigo por erros, como a repetição exaustiva de palavras, evidencia uma metodologia centrada na memorização e na punição como forma de controle do comportamento e correção do aprendizado. Esse tipo de abordagem, recorrente em contextos escolares do passado, mostra como as relações entre professor e aluno eram pautadas pelo autoritarismo e pela obediência, refletindo um modelo educacional que pouco valorizava a autonomia do aluno ou sua subjetividade no processo de aprendizagem.

Ainda na recordação da professora Maria Antonia Moreira Caldas que como punição ao aluno, além das reguadas, tinha suspensão, sendo que era enviado um comunicado aos pais informando os motivos pelo qual aquele foi suspenso. Os saberes a serem ensinados no curso primário, ficaram ainda registrados em sua memória. “O aluno respeitava o professor acima de tudo. Era aquele respeito!. Não respondia. O aluno que respondesse era castigado” (Caldas, 2025, informação oral).

Para Vidal (2005), a palmatória como um símbolo da cultura escolar tradicional, associada a uma pedagogia do castigo físico. Ela enfatiza que, apesar de sua proibição progressiva ao longo do século XX, sua presença permaneceu na memória de muitos ex-alunos como um símbolo de repressão e medo, demonstrando como a escola, em muitos momentos, reproduziu práticas violentas no processo educativo.

A professora Maria Valdete de Anunciação recorda com carinho da professora Ernestina Ribeiro Moura, destacando seu respeito, o rigor no ensino e o ambiente acolhedor promovido em sala de aula. As metodologias utilizadas envolviam o letramento por meio de cartilhas, como a *Cartilha do Povo*: para ensinar a ler rapidamente, de Lourenço Filho (1956)⁶. O propósito desta cartilha:

[...] como o seu próprio título indica, continue a concorrer para a educação de crianças e adultos, mesmos os mais distanciados dos grandes centros, ensinando a ler e escrever milhões de brasileiros, da forma mais simples. A educação popular não se resume, certamente, nesse aprendizado. A leitura e a escrita representam apenas um instrumento, não trazem em si mesmas uma finalidade. Educar o povo será dar-lhe também o civismo, a capacidade de produção, a saúde, o emprego sadio das horas de lazer. (Lourenço Filho, 1956, p. 2).

Lourenço Filho teve uma relação estreita com o mercado editorial da época, traduzida em inúmeros títulos publicados, prefaciados ou organizados. Segundo Silva e Guimarães (2017, p. 43-82), a proposta de alfabetização de Lourenço Filho sintetizada em *Cartilha do Povo* “[...] correspondeu à tentativa de responder às demandas de erradicação do analfabetismo, sobretudo no que diz respeito a crianças e adultos”. A preocupação maior do autor consistia em ofertar, portanto, um instrumento de educação de alcance popular, correspondente à técnica do ler e do escrever, entendida como uma maneira de aquisição de cultura letrada.

Maria Valdete Anunciação classifica o método utilizado pela professora Ernestina Ribeiro Moura como tradicional, embora ressalte que as aulas eram conduzidas em um ambiente de respeito mútuo entre professor e aluno. Recorda que a professora era alegre e incentivava atividades extracurriculares, especialmente nas áreas cultural e teatral. Nesse contexto, Anunciação destaca seu gosto pela encenação, além do talento para a música e para a atuação, evidenciando sua participação em diversas apresentações. Relata, ainda, com entusiasmo, a visita de um supervisor escolar, ocasião que marcou significativamente sua trajetória estudantil:

Eu me lembro que quando uma vez, chegou um supervisor, em visita a escola, que eu não lembro o nome, era um homem, não me lembro não, minha filha do nome dele, lembro que na ocasião a professora Ernestina fez um discurso, para eu dizer dando as boas-vindas, eu disse toda o discurso. Aí o supervisor disse assim: "Mas que menininha sabida, quantos anos você tem?". Aí eu disse: "Vou completar 10 anos, em oito de maio". Aí ele disse: "Eu vou te dar um presente, eu estou com dois presentes aqui, um para a

⁶ Os números relativos à emblemática *Cartilha do Povo*: para ensinar rapidamente, teve sua primeira edição, pela Companhia Melhoramentos, em 1928, com uma tiragem de 1.080.000 exemplares. Durante muitas décadas, foi publicada sem o nome do autor. A cartilha permaneceu no catálogo da Editora Melhoramentos até o ano de 1995. A esse respeito, ver Silva e Guimarães (2017).

professora e o outro para a criança que me elogiou assim". Aí ele me deu um presente que era, uma caixa de sabonete e uma medalhinha, uma espécie de brochinho pra colocar na roupa... eu fiquei muito feliz! (risos) (Anunciação, 2025, informação oral).

No contexto educacional da época, a professora Maria Valdete de Anunciação destacou o respeito destinado aos professores e a presença do supervisor de ensino municipal, que realizava visitas periódicas às escolas. Embora não se recorde do nome do supervisor, sua lembrança revela a existência de uma estrutura de supervisão escolar voltada para garantir a organização do ensino nas escolas em Itapicuru.

Maria Valdete Anunciação relembra que, além das aulas, participou ativamente de diversas apresentações e eventos promovidos pela professora Ernestina Ribeiro Moura, os quais iam além dos limites da sala de aula e envolviam diretamente a comunidade local. Esses momentos culturais fortalecem os laços entre escola e sociedade, revelando o papel da escola como espaço de sociabilidade e formação integral. Sobre uma dessas experiências, a professora relata que:

A professora organizava juntamente com o povo daqui mesmo, tinha dona Emília, Emília mãe de Luci, ela organizava, fazia muitos tipos de teatro aqui, eu entrei em quase todos, desde criança até grande, cantando, vestida de anjo. A professora Ernestina, era muito festeira, dava muito gosto às crianças porque todo fim de ano tinha festa. Em junho também tinha festa, ela fazia. Em junho, comemorava assim, as festas de São João, as crianças, ela mandava as mães, todo mundo fazer os vestidinhos de quadrilha, ensinava quadrilha, essas coisas. (Anunciação, 2025, informação oral).

A presença contínua das comemorações no calendário escolar revela os valores sociais que devem ser preservados e celebrados por professores e alunos. Além de organizar a rotina das atividades educativas, o calendário define e seleciona as datas comemorativas, orientando o que merece ser rememorado. Conforme Ávila (2013), às festividades escolares são vivenciadas de acordo com os valores e crenças de cada comunidade, sendo a organização do tempo escolar influenciada pela forma como cada escola se apropria das determinações do calendário oficial. A inclusão de celebrações cívicas e religiosas nesse calendário também reflete uma forte conexão com a estruturação do tempo social.

Ainda no contexto da prática de ensino no distrito de Sambaíba, observa-se que, embora em décadas posteriores e com professoras diferentes, as memórias

das professoras convergem para a mesma instituição escolar. Nesse sentido, o relato da professora Helena do Nascimento Almeida evidencia aspectos sobre a estrutura física da primeira escola que frequentou, sendo a mesma escola frequentada pela professora Maria Valdete, sendo outra sua primeira professora, a Úrsula, que havia vindo de Salvador para ensinar e residir na própria escola. A esse respeito, a professora recorda que:

A minha primeira professora foi a professora Úrsula, lembro, ela ensinou muito tempo aqui, morava lá na escola de Sambaíba, a escola era uma sala de aula, e o pátio, sanitário e a outra área que era a casa pra professora morar. só tinha uma sala, E o pátio de brincar, no recreio, E na outra parte era a casa da professora, que a professora morava lá. A professora Úrsula, ela veio de Salvador, mas ela era de Petrolina. Mas a família dela, depois que ela veio para aqui, foram tudo para Salvador, morar em Salvador, e depois a mãe dela veio para aqui com as irmãs, tudo. Ela ensinava as matérias todas. tinha leitura, tinha quadro de giz, ela ensinava a fazer ditado. a professora Úrsula era muito meiga, todo mundo gostava dela! (nesse momento a professora dá uma pausa como que se perde nas lembranças, deixa transparecer uma emoção, saudosista) e retoma a fala... E tinha castigos, mas ela não era muito de castigar. Existia a ideia que seria castigado quem não acertasse, mas ela, a professora Úrsula, não era de botar de castigo, nem bater. Ela nem tinha régua nem para bater. Se tinha, ela não usava. (Almeida, 2025, informação oral).

O relato da professora Helena Nascimento Almeida sobre a Escola de Sambaíba permite compreender aspectos significativos da cultura escolar no interior baiano durante meados do século XX, especialmente em Itapicuru. A lembrança da professora Úrsula, que além de ensinar também residia no espaço escolar, revela uma prática comum em áreas rurais: a escola concebida não apenas como local de ensino, mas também como espaço de vida e moradia docente. A descrição da estrutura física, composta por uma sala de aula, um pátio para recreio, sanitários e a casa destinada à professora, evidencia a materialidade da escola enquanto parte constitutiva da prática educativa, articulando ensino, sociabilidade e cotidiano.

Essa configuração confirma o que Souza (2007) destaca ao analisar a cultura material escolar, ao afirmar que os espaços e os objetos da escola interferem diretamente na organização do trabalho pedagógico e na relação entre professores e alunos. A memória de Almeida, permeada por um tom saudosista, também sublinha a afetividade no vínculo com a professora Úrsula, lembrada como “meiga” e pouco adepta de práticas punitivas, diferentemente de outros contextos em que os castigos físicos ainda eram recorrentes. Assim, o depoimento permite perceber a intersecção entre a estrutura física da escola, as práticas pedagógicas e a dimensão

afetiva das relações estabelecidas, tornando visível como a escola de Sambaíba foi um espaço central de ensino e de vida comunitária.

A professora Helena do Nascimento Almeida, segue lembrando outras professoras que lhe ensinaram posteriormente e sobre o método de ensino usado nas aulas e se recorda principalmente dos castigos aplicados que ainda ressoam na sua memória.

Durante o meu curso primário, eu só tive três professoras. Minha segunda professora foi Dona Nilza, Nilza de Valdez. Ela foi a minha segunda professora. A terceira foi Dona Dalva. E a última foi Dona Nilza novamente. Porque ela foi embora para Alagoinhas e depois retornou. Na época aqui em sambaíba e em itapicuru funcionava da primeira à quinta série, aí eu estudei quando era até a quinta, que nesse ano era quinta, eram poucos alunos, eram quatro alunos. Eu, Maria Bela, Dermeval e Dundu Freire. Das minhas professoras a que mais batia era Dana Dalva foi uma pessoa que ela ensinava, ela se aposentou batendo aqui e na Lagoa Redonda, de régua, de palmatória, mas só comigo era, ela nunca bateu. Tinha uma turminha lá que não precisava apanhar. E tinha outros que elas pegavam mesmo. Apanhava aqueles que não sabia ler. Ela chamava os grupos para ler. Fazia o grupo de cinco ou seis. Aquele texto vinha um pedacinho. Se eu começasse, quando chegava num ponto final, a outra continuava. Se a outra gaguejasse, não passava. Já bastava não dizer três palavras. Ela já foi punida. Ela deixava em pé. E ela batia. Ela tinha régua, tinha palmatória. Não soubesse a tabuada. Ela chamava os grupos da tabuada. Não era o aluno que batia. Quem batia era ela. Agora eu nunca fui assim, de apanhar. Porque eu também estudava muito em casa e já levava tudo preparadinho. (Almeida, 2025, informação oral)

A narrativa da professora Helena Almeida evidencia um modelo de ensino ainda centrado na disciplina rígida, com práticas pedagógicas autoritárias, como o uso da régua e da palmatória para punir alunos que não sabiam ler ou recitar a tabuada. Essas práticas, hoje consideradas inaceitáveis e violentas, eram naturalizadas no contexto retratado, sendo vistas até como estratégias legítimas de ensino. A figura da professora Dona Dalva é especialmente simbólica. Embora lembrada por sua severidade — “ela se aposentou batendo” —, o depoente ressalta que nunca apanhou, o que associa à sua dedicação aos estudos em casa.

Entre idas e vindas em uma fazenda no interior da cidade de Buerarema, sul da Bahia, a professora Maria Da Glória Barreto Dantas guardou poucas recordações sobre a primeira escola e a sua primeira professora, de acordo com ela “Era uma escola assim, sala ampla, né? Com aquelas carteiras dupla que tinha antigamente, né? Que em cima você colocava o livro, e tinha o banco, sentava dois alunos em cada carteira, né?” (Dantas, 2025, informação oral). Sobre a sua primeira professora Maria Da Glória Barreto Dantas não tem muitas recordações, mas lembra bem sobre a rotina escolar, a professora rememora:

Todo dia quando ela chegava na escola, a gente rezava, o 'Pai Nosso', né? Para depois ela dar início à aula. Porque naquele tempo era tudo diferente de agora, né? O professor tinha mais atenção, se preocupava mais com a formação dos alunos, né? Com o comportamento. (Dantas, 2025, informação oral).

A professora lembra que ficou pouco tempo nessa escola na fazenda e logo depois, foi embora para a cidade de Itabuna, no sul da Bahia, com sua madrinha. Assim, a professora segue lembrando da escola e dos métodos de organização escolar.

Deixa-me ver se eu lembro... Estudei a quinta série no Colégio Professora Lúcia Oliveira, na cidade chamada de Itabuna BA. Lá era diferente, castigo era pouco, a gente era chamado a atenção, né? A diretora chamava a gente, conversava com a gente, né? Pedia para não repetir aquilo que estava errado que nós fizemos. Já tinha mais idade, né? E aí, a gente seguia sempre a orientação da diretora. Aí Quando eu fui para o Ginásio, a farda era saia cinza, blusa branca, sapato preto e meia branca, né? Mas a gente tinha que ir fardada. Eu adorava farda, porque eu acho que me identifico muito com o colégio que você estuda. A sua apresentação. Aí a gente tinha que ir bem arrumadinho, cabelo bem penteado. E se por acaso chegasse lá sem a farda, teria que voltar. Não, não entrava sem farda. Nessa aí eu estudei até a quinta série, e a sexta série, né? Que no caso aqui, é que eu tô presa mais na atualidade, né? Porque como teve essas mudanças, aí a gente, para relembrar, aí eu estudei lá só a quinta e a sexta série, que hoje é sexto ano, né? Aí de lá eu já vim para aqui, para Itapicuru. (Dantas, 2025, informação oral).

Quanto aos métodos punitivos presentes na escola frequentada pela professora Maria da Glória, observa-se que, apesar da distância geográfica entre as escolas no estado da Bahia, as práticas disciplinares eram semelhantes. Tal constatação indica que o hábito de punir alunos não se restringia a uma localidade específica, mas se configurava como prática disseminada em todo o território baiano. De acordo com Foucault (1987), as práticas punitivas nas instituições escolares refletem um modelo disciplinar mais amplo, que, ao longo da modernidade, buscou normalizar comportamentos e produzir corpos dóceis, revelando como a escola funcionava não apenas como espaço de ensino, mas também de controle e conformação social. Na recordação da professora Maria da Glória:

Quando você não estudava, não sabia a resposta, principalmente de Matemática, que as contas a gente tinha que saber, né? Somar, multiplicar, dividir. E aí, você tinha que multiplicar casa por casa, né? Aí quando você não sabia, você ficava de castigo. Você levava aquele bolo na mão, que ela dava, né? Ela mandava estudar em casa, a casa dos seis, de multiplicar. Aí você tinha que multiplicar, $6 \times 1 = 6$, $6 \times 2 = 12$, até o final. Se você esquecesse algum número daqueles, ou você voltava para estudar de novo, e se você voltasse, estudasse e errasse de novo. Aí você sabia que tinha um castigo, que era levar a palmada, né? (Dantas, 2025, informação oral).

Sobre os recursos didáticos disponíveis, as professoras descrevem a precariedade e a escassez das escolas naquela época. na memória da professora Maria Antonia Moreira Caldas;

Ai! Minha filha, não tinha nada, nada, nada. Só tinha a casa, naquele tempo, as paredes não tinham nenhum mapa do Brasil. Não tinha... Quadro negro tinha. Tinha carteira. Duas numa carteira. A carteira, assim, pra duas. Sim. Já feita assim. Eu e você, numa carteira, né? mas tinha lugar para as duas. (Caldas, 2025, informação oral).

Na perspectiva de Faria Filho (2000), os objetos, espaços e práticas escolares fazem parte de um universo simbólico essencial à constituição da cultura escolar. Para o autor, a cultura escolar não pode ser pensada apenas como um conjunto de conteúdo ou práticas pedagógicas, mas como um sistema mais amplo, que envolve a materialidade produzida, utilizada e apropriada pelos sujeitos escolares.

Esse tipo de estrutura remete ao que Mortatti (2006) aponta ao analisar o contexto educacional durante o Império brasileiro, quando a organização do ensino ainda era bastante precária. A autora explica que as poucas escolas existentes funcionavam, em geral, em salas improvisadas que abrigavam alunos de diferentes séries, muitas vezes instaladas em prédios inadequados. Nessa realidade, o funcionamento da escola dependia fortemente do esforço e do comprometimento tanto dos professores quanto dos alunos. Além da estrutura física deficitária, também havia carência de materiais pedagógicos, especialmente os voltados para o ensino da leitura, o que dificultava ainda mais o processo de aprendizagem.

O ensino multisseriado era outra prática comum nas poucas escolas existentes em Itapicuru e seus distritos no período estudado, todas as professoras evidenciaram a existência de alunos com diversas séries estudando na mesma sala sobre a Escola João da Costa Pinto Dantas, localizada em Lagoa Redonda. Sobre essa realidade a professora relembra que;

[...] não era uma série só, eram muitas séries. Muitas séries, não tinha muitas professoras. A gente levava os nossos cadernos, livro, tinha quadro. Mas cada um levava seu livro, não tinha fatura, mas cada um tinha o necessário. O necessário o suficiente. eu me lembro que às vezes me chamava no quadro para escrever alguma coisa, ou escrever uma palavra. As professoras Clarice e Valdice, nao me lembro os sobrenomes agora, Elas sempre ensinavam bem, e tinha educação física também, ensinando a gente a movimentar bem o corpo, e também botava gente pra cantar o hino nacional, toda semana tinha que cantar o hino nacional, o hino da bandeira. Não deixava passar nada toda data cívica tinha que cantar, era bom pois, mesmo nas situações precárias, que eu nem percebi que era tão precária assim a escola, que faltava tanta coisa, não tinha merenda, não tinha bancos para sentar direito, mas a gente estudava bem, em paz, com alegria (Santos,2025, informação oral).

Esse dado reflete a realidade educacional da época, marcada pela escassez de recursos e pela necessidade de adaptação das práticas pedagógicas às condições disponíveis. O ensino da época era fundamentado no método tradicional, com aulas ministradas tanto de forma individual quanto em grupo, tendo os cadernos e livros como principal material didático.

4 “LEVANTE-SE E LEIA”: A SALA DE AULA VISTA POR DENTRO

A terceira seção busca abranger períodos relacionados à formação e profissão das professoras pesquisadas a partir das lembranças e esquecimentos das professoras, analisa os aspectos das práticas escolares estabelecidas tanto no interior quanto no exterior das escolas. A partir das narrativas de professores aposentados, são trazidos para a pesquisa elementos arquitetônicos, materiais didáticos, festividades e práticas escolares, materializados por meio do currículo escolar. Para compreender como esses aspectos influenciaram a organização e funcionamento do ensino em Itapicuru.

Por meio das memórias narradas por cinco professoras aposentadas do município de Itapicuru, que delineiam suas trajetórias em diferentes tempos e espaços, um aspecto em particular chamou minha atenção: a idade da professora mais idosa entre as colaboradoras, Maria Antônia Moreira Caldas, que, aos 93 anos, mantém um estado mental lúcido, demonstrando vitalidade e um forte desejo de viver, sempre solicita as minhas perguntas e inquietações. No entanto, sua narrativa evidencia um sentimento de invisibilidade na sociedade contemporânea, onde suas experiências e vivências são frequentemente relegadas ao esquecimento.

Entretanto, suas narrativas também trazem à tona o sentimento de esquecimento que acompanha muitas professoras aposentadas. Caldas relata que, apesar de sua longa contribuição para a educação local, sente-se pouco lembrada na comunidade Itapecuruense. Sua participação na igreja católica, espaço de sociabilidade que sempre valorizou, foi comprometida devido a uma fratura no joelho que limita sua mobilidade, fazendo com que raramente recebe visitas. Essa percepção dialoga com a análise de Sobral (2021), ao refletir sobre o "lugar vazio" deixado pelas professoras aposentadas, cuja memória e experiência, fundamentais para a construção da identidade cultural e educacional de uma comunidade, tendem a ser negligenciadas pelo tempo e pela dinâmica social. Assim, o depoimento da professora Maria Antônia explicita a urgência de relembrar e valorizar essas trajetórias, reconhecendo-as como patrimônio histórico e pedagógico.

4.1 A formação no ICEIA e a prática docente

Após concluir o curso primário, Maria Antônia prestou o Exame de Admissão na época em que se realizava o Exame de Admissão, prática comum no sistema educacional, requisito obrigatório para ingressar no ginásio. A professora Maria Antônia Moreira Caldas relembra esse momento, destacando sua importância no processo de transição entre o ensino primário e os estudos de nível mais avançado. Sobre o exame a professora lembra que:

Era assim, você terminava o curso primário, seus pais lhe matricularam no colégio que tinha ginásio pra você prestar esse exame. Você só ingressa no ginásio se passar no exame de admissão. Não era aquela promoção, primeiro, segundo... Você ia prestar exame de admissão. Se você passasse, era matriculada no ginásio. No início só tinha em Salvador, eram poucas as escolas, e não era todo mundo que não. Tinha também uma escola chamada Salesiano, era um colégio de padre, mas o preço acessível. Era pago, mas também tinha parte de graça. Eles ensinavam artes, por exemplo, ser carpinteiro, se você tivesse tendência. Você aprendia de graça. Aí, era aluno espalhado por todo canto. Tinha Alagoinhas, tinha sede em Feira de Santana. (Caldas, 2025, informação oral).

Instituído pela Reforma Francisco Campos, através do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, o Exame de Admissão ao Ginásio tinha como objetivo avaliar a aptidão intelectual dos estudantes, mas, segundo Valdemarin (2004), acabou reforçando as desigualdades sociais e educacionais do país. Com um conteúdo exigente e padronizado, o exame favorecia alunos oriundos de famílias com maior “capital cultural”, nos termos de Bourdieu (2007), e acesso a escolas preparatórias, enquanto representava uma barreira quase intransponível para estudantes da rede pública primária ou de áreas rurais e periféricas. Assim, o Exame de Admissão contribuiu para a manutenção de um sistema educacional seletivo e excludente, no qual o acesso ao ensino secundário era privilégio de poucos. Como ficou evidente na narrativa da professora Maria Antônia. A sua extinção do Exame de Admissão ocorreu em 1971, com a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei nº 5.692/71), marcou uma tentativa de democratizar o acesso à educação básica, ainda que os desafios da equidade permanecessem presentes no sistema educacional brasileiro.

Após a aprovação no exame, a professora Maria Antônia Moreira Caldas ingressou na Escola Normal localizada em Salvador, Bahia. De acordo com Vieira (2016), a criação da Escola Normal da Bahia foi instituída pela Lei n.º 37, de 14 de abril de 1836, sendo oficialmente instalada em 7 de outubro de 1841, no Teatro São João, no Distrito da Sé, em Salvador. O início efetivo de suas atividades ocorreu em

março de 1842, após o retorno de professores enviados à França para formação na Escola Normal de Paris. O primeiro diretor foi João Alves Portela, que também havia realizado seus estudos na capital francesa. Inicialmente, o curso normal possuía duração de um ano e contemplava duas cadeiras: uma voltada aos conteúdos didáticos e outra destinada às disciplinas de leitura, caligrafia, aritmética e gramática. A instituição passou por diversas transformações ao longo do tempo e, em 1968, recebeu a denominação de “Instituto Central de Educação Isaías Alves” (ICEIA), em homenagem ao professor e psicólogo Isaías Alves de Almeida.

O ICEIA consolidou-se como um marco na trajetória formativa das professoras primárias, ocupando lugar de destaque na história da educação baiana, sua relevância ultrapassou os limites da capital, alcançando também os municípios do interior e, em especial, no município de Itapicuru. Embora em décadas distintas, tanto a professora Maria Antônia Moreira Caldas quanto a professora Valmira Cândida dos Santos reconheceram essa instituição como espaço de referência para a preparação docente, desempenhando papel central na profissionalização do magistério no município.

A professora Maria Antônia Caldas concluiu o Curso Normal aos 21 anos, no ano de 1954, em 1955. Como pode ser constatado no diploma. A Figura 14 apresenta o diploma de Professor Primário conferido à professora Maria Antônia Moreira Caldas pelo Instituto Normal da Bahia, em 1955:

Figura 14 - Diploma de Professor Primário da professora Maria Antônia Moreira Caldas (1955)



Fonte: Acervo pessoal de Maria Antônia Moreira Caldas, 2025.

Como foi evidenciado no seu diploma anteriormente, a professora Maria Antônia Moreira Caldas, finalizou o curso para professora primária em 1955 em seguida prestou concurso para professor da rede estadual de ensino, Após a sua aprovação em 1955 para professor do Estado da Bahia, aguardou a ordem de classificação para nomeação.

A trajetória de professoras formadas pelo ICEIA evidencia a relevância dessa instituição como espaço de referência na formação docente em Itapicuru, Visto que, anos depois, essa trajetória foi seguida também pela professora Valmira Cândida dos Santos, após concluir o quarto ano primário e ter prestado o exame de admissão para o ginásio, a professora mudou-se para Salvador. Nesse processo de mudança, contou com a companhia de seu irmão, Raimundo Cândido, que também se estabeleceu na capital para cursar Direito. Sobre essa Instituição de ensino, a professora Valmira Cândida dos Santos recorda: “era um colégio muito respeitado, onde a gente aprendia com muito rigor, disciplina e dedicação. Era um orgulho estudar ali, e dali saíram muitas boas professoras” (Santos, 2025, informação oral). As figuras 15, 16 e 17 evidenciam a trajetória da professora Valmira Cândida dos Santos com alunos em processo final do estágio na escola Cardeal da Silva em Salvador (1968) até a conclusão do curso em (1969).

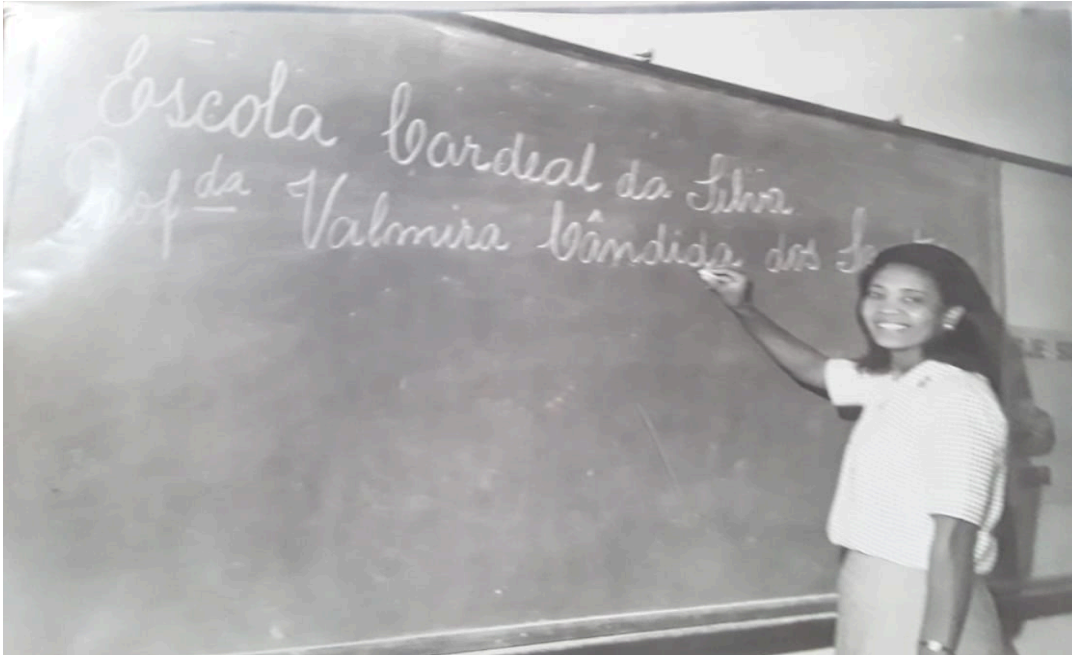
Figura 15- A professora Valmira Cândida dos Santos com alunos em processo final do estágio na escola Cardeal da Silva em Salvador (1968)



Fonte: Acervo pessoal da professora Valmira Cândida dos Santos, (1968)

A imagem da professora diante de alunos enfileirados em carteiras é emblemática de um modelo educacional da época, que buscava a padronização do ensino. Esse arranjo espacial reflete uma concepção de escola como espaço disciplinar, hierárquico e centrado na figura da autoridade docente. A disposição em filas ordenadas simboliza a racionalização do tempo e do espaço escolar, com o objetivo de maximizar o controle, a atenção e a transmissão de conteúdo. A professora, posicionada à frente da sala, representa a detentora do saber, enquanto os alunos são receptores passivos, aguardando instruções.

Figura 16 - Valmira Cândida dos Santos escrevendo no quadro (1968)



Fonte: Acervo pessoal da professora Valmira Candido dos Santos, (1968)

A imagem da professora Valmira Cândida dos Santos escrevendo no quadro negro representa um dos símbolos mais duradouros da escola moderna. O quadro tornou-se um recurso central para o ensino simultâneo, que substituiu os métodos individualizados ou mútuos anteriores. Com o avanço da escolarização pública, o quadro passou a representar também a democratização do acesso ao conteúdo, permitindo que um único professor ensinasse a muitos alunos ao mesmo tempo. A figura 17 mostra a professora Valmira Cândida dos Santos recebendo seu anel de formatura carregada de simbolismo e significado histórico.

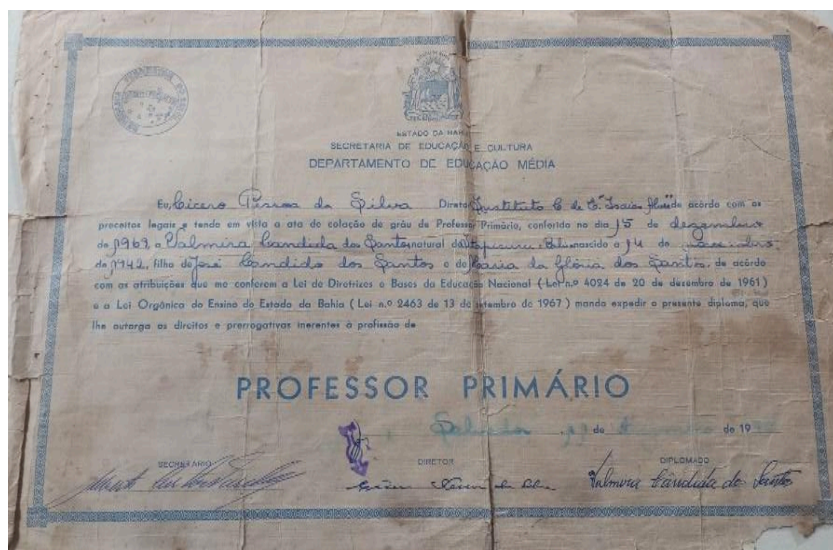
Figura 17 - Valmira Cândida dos Santos recebendo seu anel de formatura (1969)



Fonte: Acervo pessoal da professora Valmira Cândida dos Santos, (1969)

Ao receber seu anel de formatura carregada de simbolismo e significado histórico, esse ato representou a conclusão de um ciclo de formação. No contexto da História da Educação, esse rito de passagem marca a consolidação de trajetórias individuais que são, ao mesmo tempo, reflexos de grandes transformações educacionais, culturais e políticas, em um tempo marcado pela feminilização do magistério primário. A conclusão do curso ocorreu no ano de 1969, conforme registrado em seu diploma.

Figura 18 - Diploma professor primário(1969)



Fonte: Registro fotográfico feito por Jilmária Marques Ramos, documento disponibilizado pela professora no ato da entrevista, em 2025

A figura 18 mostra o diploma de professor primário de Valmira Candida dos Santos.

4.2 “Cada um para sua sala” A prática docente

O início da prática docente da professora Maria Antônia Moreira Caldas não ocorreu em Itapicuru, conforme era seu desejo, o que representou um desafio em virtude das dificuldades relacionadas ao transporte para deslocar-se diariamente a outra cidade. Após ser aprovada no concurso público para professora primária do estado da Bahia, em 1955, e diante da constatação da falta de vagas no município de Itapicuru, iniciou suas atividades docentes na cidade vizinha, Nova Soure. Sobre esse período, a professora relembra que:

Eu me formei em 1954, em 1955 houve concurso para professor do estado da Bahia e eu fiz. Passei, esperei a ordem de classificação para nomeação, como professora, aqui em Itapicuru. Porque tinha esse negócio de cadeira... O município só tem tantas cadeiras. Cadeira corresponde à vaga. Quem fazia essa nomeação era o governo do estado, nomeando o professor substituto. É, quem nomeava, que faziam a nomeação dos professores aqui, quem mandava eram os Pinto Dantas. E os Dantas Fontes. Eu e Lígia, minha irmã, começamos em Nova Soure, porque não tinha cadeira aqui há mais de duas. Depois criaram duas cadeiras. Ficou eu, Lígia, Moema e uma moça de Alagoinhas. (Caldas, 2025, informação oral).

Os concursos públicos para professores no Brasil na década de 1950 revelam aspectos centrais da política educacional e das relações de poder no interior do

sistema de ensino durante o período. Ainda que o concurso fosse, em tese, um instrumento de valorização da carreira docente e de acesso por mérito, na prática, ele refletia as desigualdades sociais, regionais e de gênero já presentes na sociedade brasileira. Em 1950, o país passava por um processo de expansão do ensino primário e de fortalecimento da profissionalização docente, em resposta às demandas de urbanização. Vale ressaltar, que os concursos muitas vezes mantinham caráter clientelista e político, sendo influenciados por interesses locais, coronelismo e favoritismos, especialmente nos municípios e estados onde o controle político das redes escolares era forte. Sobre esse aspecto, a professora lembra que:

Quando Dona Everaldina morreu, eu a substituí. Os políticos me ajudaram! Aí a Dona Everaldina era professora primária de Itapicuru. Batedeira nos meninos. Era da cor da sua roupa. Era negra. Quando dava um bolo era de rachar as mãos dos meninos. Horrível, odiada os meninos odiavam. E casou com sua paixão que era do povoado de Itapicuru denominado Varzinha. (Caldas, 2025, informação oral).

Com o falecimento de Everaldina Paixão, o ensino e as turmas foram reorganizados. A primeira e a segunda séries ficaram sob a responsabilidade de uma professora, enquanto a terceira e a quarta séries ficaram sob a orientação de outra docente. Essa reestruturação resultou em uma melhora no rendimento escolar, uma vez que o número de alunos por sala de aula foi reduzido. Ao assumir uma cadeira para lecionar no município de Itapicuru, a professora recorda que utilizava métodos tradicionais de ensino, embora buscasse modernizar as provas e atividades sempre que considerava necessário.

Quando se refere a organização escolar no início das atividades escolares, a professora Maria Antônia esclarece que em Itapicuru:

Eu fiquei com a turma do terceiro e quarto ano. Eu não gostava de alfabetizar. Eu não era boa alfabetizadora, não. Que é um dom. O povo acha, ai, me deram a quarta série, meu Deus! O pior é alfabetizar. Mas elas pensam que não é. Porque você sendo bem alfabetizada você é uma professora boa pro resto da vida. E se for mal alfabetizada. Pois bem, todo dia, eu formava duas filas na porta da escola. Para hastear a bandeira, cantando o hino, ou nacional, ou o hino da bandeira. Depois que cantava, rezava, tinha que se benzer, e entravam em fila, disciplinados. Hoje, entram como se fosse abrir as porteiças. No meu tempo não entravam, era tudo em fila, direitinho. Cada um para a sua sala. Cada um para a sua sala. (Caldas, 2025, informação oral).

A narrativa da professora Maria Antônia sobre o início de sua prática docente em Itapicuru revela a importância atribuída à alfabetização como base para toda a trajetória escolar, destacando que uma boa formação inicial poderia definir a

qualidade do trabalho docente ao longo da vida. Ela descreve a rotina escolar marcada por rituais de civismo e religiosidade, como o hasteamento da bandeira, o canto de hinos e as orações antes do início das aulas, práticas que reforçavam disciplina, respeito e pertencimento coletivo. A análise, à luz de Mortatti (2000) e Julia (2001), evidencia que essas práticas escolares funcionavam como mecanismos de socialização e transmissão de valores sociais e culturais, consolidando a autoridade do professor e a ordem escolar. Assim, a memória da docente permite compreender como a escola de Itapicuru, no século XX, esteve inserida em um contexto educacional fortemente marcado pela tradição, pelo civismo e pela moral cristã, elementos estruturantes do processo formativo.

Em relação à prática, a professora Maria Antônia relembra seu método de ensino, em Itapicuru em turmas multisseriadas, ao ministrar disciplinas como Portugues, Matemática e História afirmando que:

Eu dava assim. Eu deixava uma turma fazendo alguma atividade. E com outra dando a aula e depois trocava...Hoje os alunos não leem. Porque em meu tempo, já no ginásio, que eu ensinei no ginásio, o aluno lia. Era assim. Tinha um livro de leitura. A gente adotava o livro e eles compravam. E a gramática. Hoje foi extinta a gramática. Porque eu nunca vi se aprender português sem saber gramática. Aí adotei o livro. Livro muito bom. Reinaldo. Reinaldo não sabe de que lá. Me esqueço. Aí... Eu fiz a primeira leitura primeiro. Fazia bem alto, pra eles ouvirem. Quando acabar, mandava eles fazerem a leitura silenciosa. Depois mandava eles lerem alto. – ‘Levante-se Jilmária [simulou a cena], e leia até do primeiro ao terceiro parágrafo’. Aí você se levantava da carteira e lia. E os outros acompanhavam. Aí eu dizia, - ‘chega Jilmária! Agora leia ‘fulana’. Para ver se o aluno estava acompanhando... Era assim. Mandava, dava poesias para eles decorarem. E recitarem na sala. Pra eles aprenderem a falar em público. Como criança, não. Eles ainda tinham isto. Para ensinar a boa dicção, e entonação de voz, as mímicas. Aí me lembro da poesia de Machado de Assis⁷, ‘Meus oito anos’. Ai, que saudade que eu tenho da aurora da minha vida, da minha infância querida, que os anos não voltam mais. Eles recitavam. Por obrigação. A gente dava tantos dias para eles decorarem. E era chamado para recitar pra classe. Era assim. (Caldas, 2025, informação oral).

Quando se referia ao ensino da Matemática a professora Maria Antônia Moreira Caldas enfatiza que não era boa nessa área, mas recorda-se bem, de um conteúdo em específico:

A Matemática, eu não era boa. A matemática hoje é difícil. Veio a Matemática moderna. A gente ensinava fração...Tinha a fração decimal e a fração ordinária, né? Primeiro a gente ensinava a ler a fração. Três quartos, dois quintos, ensinava. Então, para somar a fração, precisa todas terem o mesmo denominador. Ou seja, o número de baixo, né. Aí você soma o numerador e dá o mesmo denominador. É o primeiro passo para aprender a fração. Depois vem o misto. Três quintos, mais dois quartos, mais... Já eram

⁷ A memória é plena de esquecimentos. O poema “Meus oito anos”, é de autoria de Casimiro de Abreu.

denominadores diferentes. Aí tinha que reduzir os denominadores ao denominador comum, através do múltiplo comum. Aí ia decompor o número pra ver. Era outra coisa, o menino aprendia, viu. Pouco ou muito, os que aprendiam muito, mas todos aprendiam. (Caldas, 2025, informação oral).

A narrativa remete a um período de transição metodológica marcado pela introdução da Matemática Moderna nas escolas, um movimento que, segundo Valente (2017), foi impulsionado por reformas educacionais nos anos 1960 e 1970 com forte influência de organismos internacionais, como a UNESCO e a OEI. Essa "modernização" trouxe uma ruptura com práticas tradicionais e um novo enfoque baseado em estruturas lógicas e linguagem formal, muitas vezes distante da realidade dos professores e alunos. A narrativa da professora Maria Antônia Moreira Caldas evidencia a permanência de conteúdos clássicos, como as frações, e destaca o domínio técnico e didático da professora, mesmo já cercamento no plano normativo e institucional os pressupostos da Matemática Moderna.

No que se refere ao ensino de História, a professora Maria Antônia Moreira Caldas lembra que:

A gente dava aula expositiva. Por exemplo, quem dividia o Brasil em capitanias hereditárias. Aí a gente dizia, né? Quantas capitanias foram divididas, quem... Ficou com cada uma das capitanias. Se a capitania de fulano prosperou mais do que a de Beltrano. Você dava aula expositiva.... Hoje elas dão apontamento com o livro aberto. Tem que dar aula expositiva. Explicar ao aluno. Hoje é assim. Eu vi aqui já em meu tempo. Era assim. Ponto. Porto de continuação. Isso não é aula. O professor tem que dar uma aula expositiva, né? (Caldas, 2025, informação oral).

Essa percepção dialoga com o que Bittencourt (2017) descreve como a centralidade do professor como figura transmissora do saber e a função dos conteúdos históricos como instrumentos de formação cívica e moral dos alunos. Bittencourt (2017) destaca que, ao longo do século XX, sobretudo no ensino de História, predominou o modelo da aula expositiva centrada na memorização de fatos e na autoridade do professor, com base em livros didáticos que servem mais como instrumento de controle do conteúdo do que de mediação pedagógica. Na narrativa da professora percebe-se uma valorização desse modelo tradicional, em que o professor "explica" e transmite o conhecimento, e o aluno escuta e aprende. A crítica à prática contemporânea de "dar apontamento com o livro aberto" reflete uma visão nostálgica de um tempo em que, na perspectiva da professora, o ensino era mais efetivo e o papel docente mais valorizado.

Além do ensino pautado em aulas expositivas, dentro de uma perspectiva histórica, a professora recorda também os grandes momentos festivos vivenciados na cidade de Itapicuru. Entre eles, destacavam-se as comemorações das datas cívicas, que mobilizaram escola e comunidade, conforme seu relato:

Veio a ordem da Secretaria da Educação da Bahia, para comemorar o centenário de João Pondé. Quando ele fez 100 anos. Já morto. Mas fazia cem anos. Foi uma festa!. A família veio. Não sei quantos ônibus da família. Os Pinto Dantas. O almoço foi lá na casa do Barão de Jeremoabo, o Camuciatá, oferecido pela família. E a tarde teve o desfile e o lanche. Foi por conta da escola. Veio dinheiro pra isso. Na gestão do prefeito Leobino Batista. Ele era pai de... Pai de Tony, ele era avô de Otoni, um grande, que é inteligente, viu a família. Otoni formou-se em Direito, um grande advogado, neto de Sr. Leobino, era boa pessoa. Mas foi um desfile lindo!. o tema foi: Os 'Juntos da Bahia'. A morte de 'Joana Angélica'. Mas fizeram o carro. Imitando o convento. Olha! Aqui tinha uma freira. Uma aluna freira. Que ela foi morta, né? O 'Batalhão dos Periquitos'. Tudo, todos juntos. Ah, um aluno lindo, representando o Dom Pedro I, 'Independência ou morte!' exclamou com o braço erguido, um cavalo lindo. Ele estava bem vestido, que as roupas eram lindas. Tinha esse desfile aqui naquela época. Dom Pedro I foi o filho de Moema, Zenatti. A roupa bonita. A espada foi emprestada por um coronel. Ele tirou a espada e disse: 'Independência ou morte!' [exclamou com o braço erguido]. Mas foi lindo demais!. Hoje, ó, Ave Maria, como diz a moça, nem uma bandeira se vê. O ensino caiu muito, viu. (Caldas, 2025, informação oral).

A narrativa da professora Maria Antônia Moreira Caldas revela não apenas a memória de um evento escolar festivo, mas também a centralidade que a escola assumia como espaço de construção de identidades e de preservação da memória histórica local. A comemoração do centenário de João Pondé, com desfiles cívicos e encenações teatrais, evidencia a forma como a escola se articula à comunidade, mobilizando famílias, autoridades e estudantes em torno de um ideal de civismo e pertencimento. Para a professora, esses momentos de celebração eram marcados por grande envolvimento coletivo, constituindo-se em práticas pedagógicas que iam além da sala de aula e reforçavam valores nacionais e comunitários. Os detalhes da encenação da proclamação da Independência por um aluno vestido como Dom Pedro ilustra como o passado era teatralizado para “inculcar” (nos termos de Julia (2001)), valores patrióticos e reforçar a narrativa oficial da história brasileira.

Essa perspectiva se aproxima da análise de Hilsdorf (2006), ao afirmar que a escola brasileira, sobretudo no século XX, foi um espaço de difusão de rituais cívicos e religiosos que buscavam formar não apenas o aluno enquanto sujeito escolar, mas também o cidadão integrado a um projeto de nação. Ao comparar o passado com o presente, a professora expressa certo saudosismo, destacando a perda de práticas de civismo e de valorização da memória histórica, que outrora conferiam vitalidade

ao ambiente escolar. Essa percepção demonstra como as festividades escolares funcionavam como práticas culturais e políticas, reafirmando laços comunitários e, ao mesmo tempo, produzindo sentidos de identidade coletiva.

A trajetória profissional da professora Maria Antônia não se restringiu ao Colégio João Pondé. Ela atuou nas redes estadual e municipal de ensino em Itapicuru bem como assumiu outros cargos no município, inclusive o cargo de Supervisora de ensino municipal, bem como, o cargo de coordenadora da merenda escolar. Ambos, exercido no governo do prefeito Gilberto José de Góis, aliás, a professora lembra que, no período em que estudava em Itapicuru e também quando iniciou sua carreira docente, não havia merenda escolar disponível. Segundo seu relato, a merenda passou a integrar o quadro de suprimentos das escolas do município durante a gestão do prefeito Gilberto José de Góis.

De acordo com Carvalho (2008), o prefeito citado anteriormente, administrou Itapicuru entre os anos de 1971 e 1973, sendo posteriormente reeleito para um segundo mandato, de 1977 a 1982. Em sua narrativa, a professora Maria Antônia Moreira Caldas, expressa satisfação ao recordar de sua atuação durante o exercício desses cargos, embora mencione que enfrentou alguns conflitos no exercício dessa função no que se refere à supervisão das professoras leigas, que era a maioria no município. Sobre a ordem do prefeito Gilberto José de Góis, carinhosamente chamado de seu Gil, ela organiza uma prova e depois aplica para medir a capacidade das professoras em assumir ou não uma sala de aula. Ela recorda que em em muitos momentos aconteciam conflitos ela recorda que:

Eu fazia uma Provinha com questões fáceis, fáceis, elas tadinhas sabiam muito pouco! e todas queriam, aliás, precisavam trabalhar, né? ai, lembro que teve uma ocasião em que umas não conseguiram passar na Provinha e ao serem reprovadas recorreram ao prefeito me criticando! (risos), aí o seu Gil, chegava e dizia, dona Maria Antônia, deixe as moças trabalhar, dê um jeito ai... e assim ia passando (risos). (Caldas, 2025, informação oral).

Ao rememorar o período em que exerceu a coordenação da merenda escolar, ela destaca situações ocorridas no Distrito de Sambaíba, onde sua atuação se deu de forma mais direta.

Uma irmã de Raimundo Góes. Deu uma denúncia minha. Porque a merendeira, coitada, era uma pessoa honestíssima. A merendeira era muito boa, muito honesta que existia lá em Sambaíba Apesar de jovem... Se não me engano, era Josefa. Era um nome comum. Eles recebiam gêneros lá. E era feita lá. Aí tinha uma senhora lá que fazia cocadinha pra vender. Gente pobre... Aquela cocadinha dura que partia no tabuleiro, de madeira. Aí essa senhora que fazia essas cocadinhas, pediu a merendeira pra quando usasse o macarrão, dar a ela o invólucro. Do macarrão, porque ela ali

cortava e rolava a cocadinha naquilo pra vender. Aí uma irmã de Raimundo Góis, disse que a moça estava dando merenda. Tava dando macarrão ao povo. Não era. Ela dava, depois de vazio, ela dava. (a professora completa o relato com um semblante raivoso dizendo). A mulher fuxiqueira! Uma Letícia!... A moça tadinha, chorava, porque ela era honesta. Ela pediu demissão do cargo. A merendeira. De tão injuriada ela ficou. (Caldas, 2025, informação oral).

A narrativa da professora Caldas (2025), sobre o episódio ocorrido no Distrito de Sambaíba, envolvendo a acusação contra a merendeira escolar. Nesse caso, a prática cotidiana da merendeira, reutilizar restos de macarrão para ajudar uma vendedora local de cocadas, não carregava em si nenhum desvio ético ou prejuízo à escola. No entanto, a representação construída por determinados membros da comunidade, alimentada por disputas pessoais e políticas, transformou esse gesto em motivo de denúncia e perseguição. Essa situação evidencia como as práticas aparecem não apenas como espaço de ensino, mas como território de conflitos simbólicos, onde reputações, cargos e relações interpessoais eram atravessados pelas disputas políticas e sociais do município.

Ao analisar essa memória, percebe-se que o sofrimento da merendeira, injustamente acusada, ultrapassa o plano individual, tornando-se revelador de um modo de funcionamento da sociedade local. Como sublinha Chartier (1990), são justamente essas práticas e representações, em sua interdependência, que possibilitam compreender a historicidade das relações sociais e o modo como se constroem valores e legitimidades em um dado tempo e espaço.

A trajetória profissional da professora Maria Valdete Anunciação, teve início em 1977, quando assumiu uma turma da primeira série na escola Ana Nery em Sambaíba, em substituição a uma professora que precisou se ausentar. um político local deu seu nome na prefeitura sem antes combinar com ela ou com seus pais, quando veio a ordem da Itapicuru já foi para ela assumir a turma de primeira série. em 1º de agosto de 1977, a professora recorda bem desse momento, no seu relato a professora lembra que:

Eu tive que assumir a primeira série que a professora saiu, encontrou um lugar lá na cidade dela, que é Itapicuru, ficava mais fácil para ela, Era Marli, não sei sobrenome, mas era Marli, aí eu fiquei no lugar dela, Eu fiquei no lugar pra terminar o ano com as crianças, graças a Deus, as crianças, ninguém perdeu nada. (Anunciação, 2025, informação oral).

A professora Maria Valdete Anunciação sempre atuando nas turmas das primeiras séries. Ela própria reconhecia não se sentir preparada para acompanhar

estudantes de séries mais avançadas, pois identificava-se com as necessidades das crianças em seus primeiros contatos com a leitura e a escrita, se via nelas, pois também passou por dificuldades nesse processo. Apesar de inicialmente só ter o curso primário e não ter paciência com crianças, considerava a profissão de professora bela e digna, mas nunca imaginou que se tornaria uma profissional nessa área. Desse modo, sua prática em sala de aula se deu da mesma forma que aprendeu, ensinando primeiro as letras e a formação de palavras com o uso de material didático a exemplo dos livros e ABC, fornecidos pelo governo. A professora lembra que:

Eu não sabia como dava aula, mas aí teve reunião, explicação, e tinha as professoras de Itapicuru, elas vinham dar explicação, as professoras vinham e a gente ia pra Itapicuru, tinha as reuniões pra todo mundo ir pra receber as aulinhas pra saber como dar aula e receber, o papel, como é que chama? A papelada pra saber como ensinar as crianças. Tinha planejamento. Foi assim que eu dei conta, porque eu tive explicação e ensinamento, senão como é que ia dar, né? Ficava sem saber o que é ensinar aquilo que a criança não tinha capacidade, né? Porque quando a gente não é professora formada, tudo era difícil, já a formada sabe pra que se formou e já sabe o que vai fazer. E quando a gente não tem, aí vai assumir o lugar difícil, né? Então, quando eu comecei a ensinar, a diretora que tinha, era Gorete, lá de Itapicuru. Ela ensinava que era pra ensinar as crianças a ler letra por letra, depois juntar as letras e formar as palavras quando terminasse aquela na primeira letra, chegasse na cartilha, B, O, L, E, A. C, A, S, A, casa, né? Assim, era pra ensinar. E com os números também, do mesmo jeito. Chamava para tomar lição assim um por um. Eu usava na escola o método de cobrir letra, fazer ditado das palavras. Eu não senti muita dificuldade para ensinar, apesar de não ter o diploma de professora primária, pois tinha muito acompanhamento das supervisoras de ensino que vinham da cidade de Itapicuru para ajudar aos professores a organizar a sua prática em sala de aula. e também participava em Itapicuru de reuniões com essa mesma finalidade. (Anúnciação, 2025, informação oral).

Mortatti (2000) evidencia que os métodos não são neutros, pois carregam concepções ideológicas e pedagógicas que moldam as práticas escolares e os sujeitos alfabetizados, revelando, assim, a complexidade e historicidade do processo de alfabetização no Brasil. Segundo a autora, desde o período colonial, a alfabetização era restrita às elites, com métodos baseados na memorização e repetição, como o alfabeto ou soletração. Ao longo do século XX, surgiram propostas que buscavam tornar o processo mais significativo e funcional, refletindo diferentes concepções de linguagem e de ensino-aprendizagem. A partir da década de 1980, com a valorização da psicogênese da língua escrita e da pedagogia construtivista, os métodos passaram a enfatizar o letramento, reconhecendo a

alfabetização como prática social. O início da prática em sala de aula a professora Maria Valdete relembra que:

Aí eu dava um bom dia às crianças e rezava, fazia uma oração. E também cantava, e... Tinha uma cançãozinha eu ensinava as crianças, aí quando eu chegava que eles estavam sentadinhos, levantava tudo e cantava que eu ensinava pra eles quando eu ia chegando, era assim: (cantando e balançando a cabeça) 'Bom dia, professora, como vai a nossa amizade, nunca sai, faremos o possível para sermos sempre amigo, bom dia professora como vai?...É, aí tem mais coisa que eu não tô lembrando. Era bonitinho, dando bom dia pro professor, né? (Anunção, 2025, informação oral).

O relato da professora Maria Valdete Anunção (2025) evidencia aspectos significativos de sua prática docente no início da carreira, marcada pela valorização de rituais cotidianos como o bom-dia, a oração e o canto coletivo. A canção entoada com os alunos revela uma forma de recepção afetuosa e disciplinadora ao mesmo tempo, criando um ambiente de acolhimento, vínculo e pertencimento. Como destaca Tardif (2014), às práticas docentes são compostas por saberes experienciais, construídos nas interações diárias com os estudantes e atravessados pela cultura escolar e pela subjetividade do professor. de acordo com o autor

Os saberes experienciais se originam da prática cotidiana da profissão docente e são validados pela experiência. Esses saberes constituem o alicerce da identidade profissional, pois se desenvolvem nas interações com os alunos, com os colegas e com o ambiente escolar” (Tardif, 2014, p. 39).

Nesse sentido, o uso da música por Anunção não apenas cumpria um papel de organização da rotina escolar, mas também reforçava laços afetivos e a dimensão formativa da convivência em sala de aula. Visto que, sua postura evidencia uma concepção de ensino que alia disciplina e alegria, em contraste com métodos mais rígidos relatados por outras docentes do mesmo período. Assim, a professora, ao iniciar sua aula com cantos e orações, materializa o que Nóvoa (1995) denomina de “gestos fundadores da docência”: práticas cotidianas que marcam a identidade profissional e deixam rastros duradouros na memória dos alunos.

Com relação aos cursos para dar continuidade a sua prática docente, a professora Maria Valdete Anunção se recorda com muito entusiasmo do curso de Catecismo. Na sua narrativa ela recorda que:

Fizemos curso de catecismo, o curso de catecismo em Itapicuru com as freiras. gente participava do curso para dar aula na escola. Fui eu, Eduardo e Raimundo de João Gato e outros professores daqui na época. Aí o dia de quinta-feira dava aula às crianças de catecismo. Rezava, cantava, eu

gostava muito de cantar com eles, era muito bonito.(Anúnciação, 2025, informação oral).

A fala da professora Maria Valdete Anúnciação evidencia a forte relação entre a escola e a religiosidade no contexto educacional de Itapicuru, especialmente por meio do ensino do catecismo ministrado por freiras e professores locais. Essa prática reflete o entrelaçamento entre educação e valores religiosos, característica marcante da formação escolar no interior do Brasil durante o século XX. Segundo Hilsdorf (2006), a presença da Igreja Católica no campo educacional brasileiro foi determinante para a consolidação de práticas pedagógicas que buscavam não apenas a instrução formal, mas também a formação moral e espiritual dos alunos. Nesse sentido, o relato da professora demonstra como a dimensão religiosa se articula ao cotidiano escolar, reforçando a centralidade da fé como elemento estruturante das experiências educativas e da socialização infantil.

Ao longo de sua trajetória, Maria Valdete presenciou importantes mudanças na legislação educacional brasileira. Até meados do século XX, era comum a presença de professores leigos, pessoas sem diploma de magistério, nas escolas do interior, sobretudo em municípios menores como Itapicuru. Essa realidade começou a ser transformada de forma mais incisiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692/1971), que reformulou o ensino de 1º e 2º graus e determinou a obrigatoriedade da formação específica em nível de magistério para atuar nas séries iniciais.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 reforçou o princípio da valorização do magistério e a necessidade de habilitação para o exercício da docência. A consolidação desse processo veio com a nova LDB (Lei nº 9.394/1996), que estabeleceu como formação mínima exigida para o professor das séries iniciais do ensino fundamental o nível médio, na modalidade Normal, e, progressivamente, o nível superior, no curso de Pedagogia ou licenciaturas específicas. Essas mudanças impactaram diretamente o cotidiano escolar e o perfil docente, extinguindo gradualmente a figura do professor leigo e promovendo a profissionalização do magistério. O que não aconteceu com a professora Maria Valdete que optou por não dar continuidade aos seus estudos, justificando que já se encontrava em fase de cansaço, afirmando “não ter mais cabeça para estudar”.

Contudo, como observa Arroyo (2011), não se pode desconsiderar a relevância desses professores na história da educação brasileira: em muitos lugares,

foram eles que garantiram o acesso à escolarização em contextos de escassez de professores habilitados. Ainda assim, sua trajetória evidencia como a escola de Itapicuru, assim como tantas outras do país, foi atravessada por uma transição histórica: de práticas marcadas pela tradição e pelo improvisado para uma educação cada vez mais regulamentada, exigente e pautada na formação profissional docente.

Por outro lado, no relato da professora Helena Nascimento Almeida, que iniciou sua prática docente na mesma década da professora Maria Valdete, percebe-se um cenário de mudanças significativas. Ao ingressar na docência, em 1970, contratada pela Prefeitura Municipal de Itapicuru, Almeida recorda que, como à época a escolarização formal chegava apenas até a quinta série, os professores precisavam passar por uma avaliação antes de assumir a sala de aula. Essa avaliação era realizada pela supervisora de ensino, professora Maria Antônia Moreira Caldas, que verificava a aptidão dos docentes no município. A memória de Almeida também revela os desafios enfrentados no Distrito de Sambaíba, envolvendo desde a organização do ensino até as perseguições políticas locais, que frequentemente colocavam em risco a permanência dos professores em suas funções. Sua narrativa evidencia, portanto, não apenas os conflitos iniciais da carreira, mas também as estratégias de resistência e superação que marcaram sua trajetória docente, conforme será apresentado a seguir:

Ah, eu fui ser professora em 1970, quando chegava na escola, tinha que fazer filha, rezar e cantar o hino nacional. Era a primeira coisa que fazia antes de chegar na sala. Tinha todo dia. Todo dia hasteava a bandeira. Tinha um local para hastear bandeira. E nessa época tinha supervisão escolar. Aí comecei a ensinar somente com a quinta série, em 1970. Mas, para ensinar, a gente tinha que fazer um teste. Se passasse, trabalhava. Esse teste foi aplicado já na época em que dona Maria Antônia era supervisora. Foi ela quem corrigiu a prova. Na minha portaria, que é a nomeação, constava o nome dela. Eu tive essa portaria até um dia desses, mas depois encontrei rasgada — de tanto tempo que passou. A portaria de nomeação trazia meu nome, o da supervisora — que era dona Maria Antônia — e também o da testemunha, Carminha, a professora Carminha, que trabalhava na prefeitura. Quando eu fui fazer o teste, fui eu, Lúcia e Aldinha num dia só. Todas as três passaram. Quando eu comecei, tinha muitas supervisoras lá de Itapicuru, elas vinham aqui de mês em mês. A escola que eu comecei a trabalhar foi a Ana Nery, o prédio próximo da igreja católica, na época estava terminando a construção, em 1970. Era escola Ana Nery. Essa escolinha aí (apontando para o local), que hoje funciona o posto de saúde improvisado, é a matriz, muitos anos depois, no governo de Dr. José reformaram e construíram outra escola na parte superior da rua da igreja e lá colocaram o nome dessa, como anexo da Ana Nery que não puderam mudar. Depois, em 1974, eu fui estudar, na cidade de Cipó/BA. Aí terminou em 1977. E em 1978 recebi o diploma para a professora primária. E continuei trabalhando aqui sempre com contrato. Nessa época que eu comecei a trabalhar, tinha outra escola que foi construída pelo estado chamada Luiz Viana Neto era a antiga escola de Sambaíba. Que estava

desativada. os políticos foram quem resolveram falar lá com a Secretaria da Educação no Estado que nesse tempo já funcionava em Alagoinhas, para ceder o espaço dessa escola, para a escola Ana Nery porque só tinha escola Ana Nery do município e a escola Luiz Viana que era do estado e estava desativada, fechada. Ai, depois que o espaço foi cedido, a gente trabalhou lá, mas com o nome de Ana Nery. Porque as professoras eram todas municipais. Só tinha duas professoras do estado aqui, que eram, Talita e Marluce. Já no município tinha muitas...umas seis ou oito professoras, deixa vê (a professora e começa a contar nos dedos e gesticulando) tinha Eduardo, Aldinha, tinha Maria de Zé guarda, tinha Mirá de Nelson, Raimunda, minha irmã e outras. Aí ficaram trabalhando umas lá no Luiz Viana e as outras no Ana Nery. tempos depois, eu também assumi a direção da escola por alguns anos sob a orientação das diretorias de Itapicuru. E no final da minha prática em sala de aula, veio a dona Moema. Foi a minha última diretora aqui...deixa-me ver, ela foi no último ano. Mas, nós sempre comemoramos as datas cívicas, cantando o hino nacional, o hino da bandeira, todas essas datas eram comemoradas. No dia da árvore a gente plantava na escola, tudo era comemorado (Almeida, 2025, informação oral).

O relato apresenta a dinâmica escolar em uma localidade do interior baiano, revelando os arranjos institucionais e políticos que envolviam a estruturação do ensino público em nível municipal e estadual nas décadas finais do século XX. A narrativa evidencia uma prática comum em muitos municípios do Brasil, no caso de Itapicuru, especialmente no distrito de Sambaíba a interferência das decisões políticas locais no desdobramento da política educacional, para a cessão do prédio da escola Luiz Viana à Escola Ana Nery mostra como o funcionamento da educação pública, especialmente no meio rural, depende de articulações informais entre gestores locais e instâncias do Estado.

Sobre a escola estadual Luiz Viana Neto, que existiu no distrito de Sambaíba por algum tempo foi desativada, a professora Maria Antônia Moreira Caldas, também se recordou dessa escola e, revela em sua narrativa sobre os motivos da desativação da escola ela lembra que:

Eu não sei bem o motivo... mas, foi negócio de política. Porque o doutor Antônio Fontes era da política de Luiz Viana filho e Neto, que foi governador da Bahia... E... arranhou a verba, construiu no governo dele e deram o nome dele. Aí mudou de política, não usaram a escola, deixaram, abandonaram, desativaram, que eu achei um erro. Desativaram, em vez de aumentarem, né? Mas foi aproveitada no governo de Zé Filho quando foi prefeito aqui do município. (Caldas, 2025, informação oral).

De acordo com Carvalho, 2008, o prefeito José Caldas de Almeida filho, citado pelas professoras Maria Antônia de Almeida Caldas, Helena Nascimento Almeida, Maria da Glória e também Maria Valdete Anunciação, governou Itapicuru por duas gestões sendo a primeira no ano de 1997 a 2000, sendo reeleito em seguida, permanecendo no cargo até 2004. Sobre as salas multisseriadas no

município de Itapicuru, especialmente em Sambaíba, a professora Helena relata a idade escolar dos alunos que:

Quando eu fui trabalhar em 1970, era tudo junto Idade de oito anos até, 18 anos, elas todas foram minhas alunas. Porque queriam aprender, né? Então as turmas eram muito misturadas. depois, antes da gestão do prefeito Bento, tinha muito aluno. Aí, quando eu fui diretora, a dona Maria Antônia que era supervisora na época, me dava as folhas de matrícula e surgiu a liberdade de eu fazer toda a matrícula de todos os alunos e dividir por série. Aí foi eu quem dividi pra todos os alunos, para todos os professores. não eram mais multisseriados. Aí teve a primeira série. Aí tinha o pré, quem nunca foi na escola, o pré, tudo certinho. Tudo separadinho. A supervisora me dava as fichas de matrícula tudo prontinho, Aí eu matriculava todos e cada quem com a sua série. Agora aqui em sambaiba, acabou as turmas de multisseriado, na década de 1980. (Almeida, 2025, informação oral).

A narrativa da professora Helena evidencia a presença marcante das turmas multisseriadas especialmente no distrito de Sambaíba, durante as décadas de 1970 e início da década de 1980. A professora relata que era comum reunir alunos de idades variadas, entre oito e dezoito anos, na mesma sala de aula, devido à escassez de recursos humanos e à demanda por escolarização. Esse tipo de organização, segundo Tardif (2014), exige do professor a mobilização de saberes práticos e experiência pedagógica diferenciada, pois ele precisa adaptar conteúdos e estratégias para atender simultaneamente alunos em diferentes níveis de aprendizagem.

A professora Helena destaca que, com a ampliação da autonomia da direção escolar e a distribuição das matrículas, foi possível organizar os alunos por série, eliminando gradualmente as turmas multisseriadas. Esse processo reflete a transição histórica de uma organização baseada no improviso e na adaptação a limitações locais para uma estrutura escolar mais organizada e regulamentada, em que a separação por série favorece uma progressão curricular mais clara e a especificidade pedagógica. Segundo Nóvoa (1995), mudanças como essa reforçam a importância da gestão escolar e da supervisão pedagógica na organização do ensino, mostrando que o papel da supervisora e da diretora foi determinante para implementar a separação das turmas, garantindo maior adequação das práticas educativas às necessidades dos alunos.

Sobre sua prática de ensino, a professora Helena Almeida relatou muito pouco, mas afirmou que ensinou como aprendeu, “Eu ensinava as letras depois que eles aprendiam eu passava para as sílabas, depois palavras e frases e também uns

alunos ensinavam os outros, por conta da mistura de idade e escolaridade uns sabiam mais do que os outros” (Almeida, 2025, informação oral).

Em minha recordação, enquanto aluna da professora Helena Nascimento Almeida, da escola Ana Nery no ano de 1988, a professora se destacava por seu semblante rígido e por ser uma mulher de poucas palavras. Sua prática pedagógica seguia os métodos tradicionais adotados por outros professores da sua época. Dentre suas estratégias, destaca-se o exercício da repetição: erros de escrita exigiam que a palavra fosse copiada diversas vezes no caderno, além de, em algumas ocasiões, os estudantes serem chamados ao quadro negro para reescrever as frases corretamente. Essa lembrança foi emocionante, pois a minha professora primária, Helena do Nascimento Almeida, tempos depois fez o concurso público na mesma sala que eu em Itapicuru, passamos na avaliação e comecei a trabalhar na mesma escola que ela, a escola Ana Nery.

A década em que a professora Helena começou a sua prática na escola, foi a mesma década da chegada da professora Maria da Glória Barreto Dantas no município de Itapicuru na década de 1970, ela veio juntamente com sua madrinha que já conhecia a cidade de Itapicuru, pois costumava passar temporadas na cidade, sobretudo no período de veraneio, em busca de melhores condições de vida e, em especial, pela qualidade da água local. Com o tempo, decidiu fixar residência no município, onde adquiriu uma casa e estabeleceu-se. Nesse contexto, Maria da Glória Barreto Dantas com 16 anos, prosseguiu seus estudos, concluindo a 7^a e a 8^a séries (atuais 8^o e 9^o anos), bem como o segundo grau no magistério, no Colégio João Carlos Tourinho Dantas, em Itapicuru. A professora se orgulha de ter sido aluna da professora Moema Andreza Virginiano Caldas, Maria Antônia Moreira Caldas e também da professora Florinda Caldas Barreto de Oliveira entre outras, as quais se tornaram suas colegas de trabalho, como fica evidente em sua narrativa:

Tive professores maravilhosos aqui em Itapicuru, como a professora Moema, né? Maria Antônia Caldas, Florinda e Teresinha Silva, professora Madalena. Eu me espelhava muito nelas, principalmente Moema Andreza Virginiano Caldas, Porque Moema quando ela trabalhava com a gente, ensinava a gente, né? Ela se preparava para ser um bom profissional. Aí, aquele profissional que queria seguir os passos dela, a mesma trilha dela, sempre se dava bem, né? Eu também gostei muito de Maria Antônia Moreira Caldas, me deu aulas de português, ela deixava a gente muito bem preparado, a gente ia na carteira dela. Ela acompanhava a leitura, a pontuação, tudo. Não era ler só por ler não, entendeu? A gente tinha que ler corretamente, fazendo as pontuações. E Moema, que era professora da didática, né? Então essas duas, ah, os outros todos foram importantes, mas essas duas deixaram marcas. E nesse ponto, eu me espelhei muito nela e segui sempre os passos dela. (Caldas, 2025, informação oral).

A escolha da professora pelo magistério ocorreu de maneira natural, uma vez que sempre se identificou com a área educacional. Motivada pelo gosto e afinidade com as crianças, compreendia na docência uma forma de interagir com elas. Após concluir sua formação no início da década de 1980, iniciou sua trajetória profissional como professora. Em 1982, obteve sua primeira oportunidade de trabalho no magistério municipal por meio de contrato, durante a gestão do prefeito Gilberto José de Góes, a quem atribui a concessão de seu primeiro emprego. Em sua narrativa, a professora recorda não apenas o início de sua prática em sala de aula, mas também o vínculo estatutário que conquistou posteriormente tanto no município quanto no estado. Nesse sentido, ela relembra:

Eu comecei a trabalhar em turmas pequenas, de infantil como professora contratada, da prefeitura, na época o prefeito era Gilberto José de Góis (seu Gil), agora o colégio era do estado. era o colégio Antônio Carlos Magalhães, era escola para alunos maiores, e tinha uma salinha, com uma turma dos menores, que chamava até Donald. Que a farda era bonitinha, tinha até um desenho do Pato Donald, né? Aí foi ensinar meninos de, de quatro anos, eu substituí Florinda, porque foi ser a coordenadora, aí eu fiquei ensinando de manhã e outra professora à tarde. Ah! foi, foi muito bom....eu me identifiquei mais ainda, porque eu só gostava de crianças pequenas. Eu nunca gostei de alunos maiores, não. Eu fazia as letras do alfabeto e números pequenos na folha ou no caderno e pedia para eles cobrirem, desenhava muito e também cantava e brincava muito com as crianças. Eu sempre gostei dessa fase. Tempos depois passei a dar aulas para alunos maiores e ampliei a minha carga horária no município, passei a ensinar em dois turnos. Depois veio aquela lei, que depois de um determinado tempo de contrato, você se passava a ser estatutário. Aí quem tivesse trabalhado até 1988 aí passaria a ser estatutário, sem precisar fazer concurso, entendeu?, aí foi abrangido todos os professores dessa época que trabalhavam, foram como se fosse agraciado né? Foi assim no, no estado, foi assim na prefeitura. Eu não, eu não fiz concurso não. (Dantas, 2025, informação oral)

A narrativa da professora remete ao início da década de 1980, em um cenário em que a educação infantil ainda não possuía políticas estruturadas no interior da Bahia. A presença de uma “salinha” para crianças pequenas dentro de um colégio voltado para alunos maiores evidencia a precariedade da organização escolar da época, marcada pela improvisação e pela carência de espaços pedagógicos específicos. Segundo Campos e Rosemberg (2009), esse período anterior à Constituição Federal de 1988 ainda se caracterizava pela invisibilidade da educação infantil nas políticas públicas, ficando a cargo de iniciativas locais ou comunitárias a responsabilidade por acolher as crianças. O relato da professora confirma essa realidade, pois sua prática estava baseada no improviso, no desenho, na música e

nas brincadeiras, estratégias fundamentais para introduzir os alunos ao universo escolar, mesmo sem suporte institucional adequado.

Mais recentemente, autores como Didonet (2017) e Kishimoto (2018) têm destacado que a educação infantil precisa ser compreendida não apenas como espaço de cuidado, mas como direito da criança e campo fundamental da educação básica. A narrativa da docente, ainda que situada em um período de carência normativa, já antecipava práticas que valorizavam a ludicidade e o vínculo afetivo, elementos hoje reconhecidos como centrais na pedagogia da infância. Portanto, a experiência relatada pela professora revela como, em contextos interioranos, à docência se sustentava na criatividade, no afeto e na resistência às condições adversas, nas políticas educacionais voltadas à infantil.

Em suas narrativas, a professora destaca que na década de 1980 muitos docentes em Itapicuru foram “agraciados” pela lei que transformava contratos temporários em vínculos estatutários, dispensando a realização de concurso público. Ao assumir o regime estatutário, a professora passou a integrar formalmente o quadro efetivo da educação municipal e estadual. Portanto, a experiência narrada não apenas remete a memórias individuais, mas também ilumina um processo coletivo de transformação da docência em Itapicuru e em todo o país, marcado pela passagem da precarização à regulamentação e pela luta por valorização profissional.

As professoras entrevistadas iniciaram suas atividades docentes no município de Itapicuru em períodos distintos, o que evidencia diferentes gerações e trajetórias de atuação. A professora mais idosa, Maria Antônia Moreira Caldas, iniciou sua prática em 1955, enquanto a mais jovem, Maria da Glória Barreto Dantas, começou a lecionar apenas em 1982, revelando um intervalo de quase três décadas entre o início de suas carreiras. Já as professoras Maria Valmira Cândida dos Santos, Maria Valdete de Anunciação e Helena Nascimento Almeida iniciaram sua prática docente nos distritos de Sambaíba e Lagoa Redonda, localidades mais afastadas da sede em uma década aproximada.

Enquanto Dantas (2025) demonstra satisfação e segurança no trabalho com turmas iniciais, a professora Caldas, revela sentimentos de angústia e insegurança, refletindo a complexidade da formação docente e a necessidade de preparo específico para a alfabetização. Conforme discutido por Tardif (2014) sobre os saberes docentes e a experiência prática acumulada na relação com os alunos.

Essa comparação evidencia como a experiência prévia, a afinidade pessoal e o contexto formativo influenciam a percepção do professor sobre seu próprio desempenho em sala de aula, ressaltando que a prática pedagógica é atravessada tanto pelo prazer e identificação com a função quanto pelas lacunas de formação inicial do docente.

4.3 O curso Casinha Feliz e a prática pedagógica

Ainda dentro do contexto sobre a alfabetização no município de Itapicuru, durante o início da prática docente, e buscando aprimorar seus conhecimentos, a professora Maria Antônia Moreira Caldas, participou de diversos cursos, destacando-se o curso "Casinha Feliz", realizado em Salvador. Esse curso foi fruto de um convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estadual e municipal de educação, visando formar alfabetizadores por meio do método Iracema Meireles, desenvolvido na década de 1950. A Figura 19 mostra Maria Antônia Moreira Caldas com uniforme escolar, juntamente com suas colegas de estudo.

Figura 19 - Maria Antônia Moreira Caldas



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Antonia, 1965.

Apesar de ter participado do curso *Casinha Feliz*, a professora Maria Antônia Moreira Caldas não se identificava com o ensino da alfabetização, preferindo atuar com turmas de terceira e quartas séries. Os cursos de formação sobre o método foram oferecidos com a participação de professoras multiplicadoras credenciadas, e, em 1963, chegaram a Salvador por intermédio da professora Carmen Spíndola Teixeira, diretora do Centro Educacional. A cartilha teve ampla divulgação no Brasil e, em 1972, Lourenço Filho emitiu parecer técnico favorável ao seu uso, integrando-a ao catálogo de distribuição gratuita de livros didáticos pela Fundação de Amparo ao Estudante (FAE) do MEC.

Quanto ao curso *Casinha Feliz*, a professora Valmira Cândida dos Santos também participou em Salvador. Com os conhecimentos adquiridos, fundou escolinhas para crianças na cidade sergipana de Tobias Barreto, que faz divisa com o distrito de Lagoa Redonda, em Itapicuru. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação do Jardim de Infância Joana Ramos, na década de 1970, escola que permanece em funcionamento até os dias atuais, demonstrando a continuidade das práticas educativas iniciadas pelas professoras na região.

Conforme Bosi (1995), o estudo da memória dos mais velhos possibilita o acesso a uma história social distinta daquela registrada oficialmente, uma vez que suas narrativas seguem uma lógica própria, baseada nas experiências vividas. Dessa forma, emergem acontecimentos, nomes e datas que, embora ausentes nos registros oficiais, compõem um importante tecido da memória coletiva.

4.4 “Ensinar o aluno a ler e escrever”: Reflexões sobre a educação e as práticas

Ao refletir sobre o papel da educação na vida dos indivíduos, Maria Antônia Moreira Calda enfatiza que a escola sempre foi vista como um caminho essencial para a prosperidade dos alunos, uma vez que a educação era considerada o maior bem é fundamental para a formação do caráter. Com relação aos Desafios do Magistério, a professora expressa descontentamento com a desvalorização da profissão ao longo dos anos. Nota a dificuldade de se manter a qualidade do ensino nas escolas atuais. Porém, enfatiza que durante sua trajetória posicional não foi bem

reconhecida. E tece críticas ao ensino atual, ressalta sobre o mandonismo local muito presente no município de Itapicuru, recordando que:

Na educação... Só tinha vez, como só tem até hoje, os privilegiados. Só dão 40 horas as piores professoras através dos prefeitos. Porque pra lhe dar 40 horas devia ser através de uma pesquisa. Se você era boa de sala de aula, se você era uma professora atuante, atuante, se era uma professora assim, assídua, que não andava perdendo a aula. Porque eu vi ali em Sambaíba muita gente, eu gostava de... Quando eu tinha aula vaga, eu via o professor calado. Nunca vi um professor calado. Professor tem que falar muito. (Caldas, 2025, informação oral).

A professora ressalta sobre o mandonismo local muito presente no município de Itapicuru. Destaca, ainda, a importância do respeito e da valorização dos professores, ressaltando que a educação tem o poder de transformar vidas e é indispensável para o desenvolvimento da sociedade.

A professora Maria da Glória Barreto Dantas, destacou mudanças significativas na relação entre professores e alunos ao longo do tempo, na sua lembrança:

Houve mudanças, porque no tempo que eu fui educada, os alunos eram educados para respeitar o professor. Quando eu fui ser professora, aí já era diferente, os alunos já não tinham mais aquele comportamento de, de antes, né? Porque a gente estudava muita disciplina de educação moral e cívica, né? Depois foi retirado do currículo, né? Aí os meninos também não tinham mais aquela noção de respeito. Os pequenos do primário, eles tinham, mais respeito do que os do ginásio, esses já eram um pouco rebeldes, né? A gente tinha que saber lidar para poder não desrespeitar a gente. (Dantas, 2025, informação oral).

A narrativa da professora Maria Da Gloria Barreto Dantas, evidencia um aspecto central da docência no Brasil: a mudança na autoridade docente e no perfil disciplinar dos estudantes. Durante o período de escolarização da professora, prevalecia o ensino marcado pela presença de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), instituídas pelo regime militar por meio do Decreto-Lei nº 869/1969, com o objetivo de reforçar valores de disciplina, obediência e civismo (Cunha, 2017) De acordo com a professora, atualmente no ensino em Itapicuru tem alguns fatores que precisam ser mudados assim urgentemente. Com muita reflexão a professora relata que:

Primeiro tem que ensinar o aluno a ler e escrever. Porque você sabe que os alunos hoje, eles entram no ginásio, muitos não sabem nem escrever seu nome direito, né? Isso é falta de uma boa alfabetização. Teria que ter uma, uma alfabetização boa com professores capacitados, porque não é qualquer pessoa que sabe, saiba alfabetizar, né? Que geralmente o professor quando entra para trabalhar, ele quer logo as turmas pequenas, porque eles não dão trabalho, mas é errado. É a turma que dá mais trabalho. E se você não se preparar bem, aí aquele aluno vai ficar com problema, né? Ele não vai

saber ler, não vai saber escrever, não vai saber fazer uma redação, não vai saber fazer nada. Então o menino tem que ser conscientizado a ler muito, incentivar muita leitura para poder, porque se você lê bem, você discerne, né? Você sabe fazer uma redação, você sabe falar bem, né? Mas tudo depende das séries iniciais, uma boa preparação, né? E essa preparação depende dos professores também. Professores mais preparados. Teria que estar nas séries iniciais para preparar melhor os futuros estudantes. (Dantas, 2025, informação oral).

A professora segue rememorando sobre sua contribuição quando esteve à frente da secretaria de educação no município de Itapicuru entre os anos de (1994 a 2000) recordando que:

Quando eu estava na Secretaria de Educação, existia na época muitos auxiliares de disciplina que não tinham formação, né? Mas eu me preocupei em que eles concluíssem o primeiro grau, concluísse o segundo, e depois eles entrassem na faculdade, né? Aí, quer dizer, criamos o curso de Proformação⁸, né? E incentivei muito a que eles fizessem faculdade, né? Eu dizia a eles: sigam em frente, porque obstáculos vai ter muitos. E se cair no primeiro, tem que levantar. E muitos seguiram. Então, eu não me enaideci do cargo, eu queria sempre que os professores estivessem bem e tivessem capacitados para enfrentar a educação do município, porque a gestão passa e os efeitos ficam, né? E é melhor você deixar coisas boas plantadas do que deixar coisas ruins, né? Mas, graças a Deus, eu guardo comigo, que se eu não deixei muitas coisas boas, mas também ruins eu não deixei. E aí eu saí da Secretaria com uma sensação maravilhosa de dever cumprido. (Dantas, 2025, informação oral).

A narrativa de Dantas permite compreender que sua atuação na Secretaria de Educação foi marcada por um compromisso ético e formativo, priorizando a valorização e a qualificação dos profissionais da educação no município de Itapicuru. Ao incentivar a continuidade dos estudos e criar condições para que auxiliares e professores pudessem avançar em sua formação, sua gestão deixou como legado a crença de que a educação se fortalece por meio da preparação e do estímulo à superação de desafios. Nesse sentido, sua memória revela não apenas ações administrativas, mas também a sensibilidade de uma educadora que, ao ocupar um cargo público, buscou plantar sementes duradouras em prol da coletividade e do futuro da educação local.

⁸ O Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO) foi um curso de nível médio, destinado à formação de professores leigos que atuam nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, pré-escolar e classes de alfabetização, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Na primeira fase do Programa, de 2000 a 2002 foram atendidos cerca de 27.000 professores. Operando na modalidade de educação a distância.

4.5 Entre o Reconhecimento e a Invisibilidade: Considerações sobre a aposentadoria.

A narrativa da professora Maria Antônia Moreira Caldas traz à tona a rica história de vida e de trabalho de uma educadora que dedicou quase 40 anos ao magistério, enfrentando desafios e celebrando conquistas. Sua narrativa revela saberes, práticas sociais, modos de ser e fazer-se professora, isso implica colocar o sujeito em contato com suas experiências formadoras. Dentre os ex-alunos se destacam a maioria dos professores locais, além de políticos, médicos, advogados, entre outros. Porém, enfatiza que durante sua trajetória profissional não foi bem reconhecida no município, possuindo assim um sentimento de invisibilidade. Sua visão crítica sobre a educação passa pela desvalorização profissional, rememorando que:

Tive quase 40 anos de estrada. Hoje ganho o salário mínimo. Bota aí no seu negócio [apontou para os papéis e sorriu]. Trinta e seis anos numa sala de aula para me aposentar com mil e quatrocentos reais. Isso é brincadeira? (Caldas, 2025, informação oral)

Durante a realização da pesquisa realizada no APEB, entre outros documentos, foi encontrada uma folha de pagamento que registra os gastos com a educação em Itapicuru na década de 1960. O documento contém os nomes das 6 professoras atuantes no município, na década de 1960, entre os nomes está o da entrevistada Maria Antônia Moreira Caldas e sua irmã, Maria Lígia Moreira Caldas, bem como o valor do salário da época, que correspondia a 56,00 Cruzeiros. Figura 20 apresenta um relatório de gastos de Itapicuru na década de 1960:

participar desse estudo pois comunga com o desejo de preservar a memória de Itapicuru e seus educadores, com o intuito de inspirar as futuras gerações.

A professora Valmira Cândida dos Santos considera o magistério uma vocação que exige amor, dedicação e sensibilidade às necessidades dos alunos e de suas famílias. Em sua narrativa, destaca-se que cada período escolar possui aspectos positivos e negativos: em sua juventude enquanto professora, prevaleciam o compromisso e a dedicação para ensinar, mesmo diante das dificuldades; na atualidade, embora existam mais recursos, como merenda e material didático, surgiram novos desafios, como a violência escolar e a falta de valorização da profissão docente. Ao rememorar sua breve trajetória em sala de aula, a professora guarda com orgulho o diploma de formação, símbolo de sua jornada na educação.

Contudo, em 1983, ao abdicar da carreira no magistério, entregando seu cargo de professora primária em Itapicuru, para se dedicar à vida religiosa, pautada no serviço e no testemunho bíblico, pode experienciar viagens pelo mundo que foram transformadoras em sua vida, as viagens pela Europa e pela África, ampliaram sua visão de mundo e fortaleceram seu compromisso com a educação, o serviço social e a missão religiosa. Atualmente, realiza visitas a orfanatos e asilos nas cidades de Estância e Tobias Barreto, no estado de Sergipe, levando conforto e esperança às pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesses encontros, a professora aposentada segue ensinando, utilizando as histórias das mulheres da Bíblia para inspirar a resistência e a luta de mães e filhas separadas pelo destino.

O significado da aposentadoria para as professoras entrevistadas evidencia-se a partir das mudanças vivenciadas após esse período, revelando tanto aspectos positivos quanto negativos. Entre os principais resultados, destaca-se a rotina como a maior alteração, sendo a flexibilidade de horários percebida como ponto positivo, enquanto o sentimento de invisibilidade social se apresenta como aspecto negativo. Contudo, observa-se que para as professoras Maria Cândida dos Santos, Maria Valdete Anunciação e Helena do Nascimento Almeida, a aposentadoria possibilitou momentos de lazer e maior cuidado pessoal. No caso das professoras Maria Antônia e Maria da Glória, ambas dependem de cuidadores para se locomover e realizar atividades de seu interesse, em decorrência de enfermidades que as deixaram fisicamente paralisadas. Apesar das limitações, suas memórias, ainda que por vezes fragilizadas, permanecem vivas, sustentando uma lucidez significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (Bosi, 2023, p. 55).

A citação de Ecléa Bosi (2023, p. 55), ao afirmar que “a memória não é sonho, é trabalho”, oferece um fundamento teórico potente para articular as lembranças das professoras aposentadas de Itapicuru, como registradas nos depoimentos orais analisados. Bosi nos convida a compreender que as lembranças dessas professoras não são simplesmente registros fiéis de um passado “tal como foi”, mas narrativas construídas a partir do presente, filtradas por valores, sentimentos e compreensões construídas no tempo saturado de “agoras”. Assim, a memória é menos um espelho do passado e mais uma lente com que se olha e interpreta aquilo que foi vivido.

As trajetórias das professoras de Itapicuru revelam percursos marcados pela construção de saberes desde a formação inicial até os momentos finais da carreira docente. Suas narrativas, que abordam desde os espaços escolares improvisados, a intermediação política para o funcionamento das escolas, até práticas disciplinares como o uso da palmatória, ganham densidade histórica e subjetiva quando compreendidas como construções afetivas e simbólicas. Assim, essas professoras primárias, elaboraram sentidos não apenas sobre suas próprias trajetórias profissionais, mas também sobre o papel desempenhado pela escola em suas comunidades.

Exemplo disso foi a atuação da professora Helena do Nascimento Almeida, que assumiu uma sala de aula na Escola Municipal Ana Nery, no distrito de Sambaíba, após concluir apenas a quinta série. Na ocasião, para ocupar o cargo, foi avaliada pela professora Maria Antônia Moreira Caldas, então supervisora de ensino

no município, a quem cabia a responsabilidade de elaborar avaliações básicas de escrita e leitura, visando assegurar a qualidade mínima do ensino. De modo semelhante, a professora Maria Valdete Anunciação iniciou a carreira por indicação política local, sendo considerada leiga por não possuir formação para o magistério, nos anos finais de sua carreira, para conseguir se aposentar, contou com o apoio da professora Maria Glória Barreto Dantas, que, como secretária de educação, incentivou a formação continuada de docentes em condições semelhantes.

A professora Maria da Glória por sua vez, se orgulha de ter sido aluna da professora Maria Antônia Moreira Caldas quando obteve sua formação no magistério no referido município e posteriormente de ser colega de trabalho, onde dividiu e compartilhou com elas os saberes recebidos anteriormente.

A síntese desses achados permite compreender que a produção humana e, conseqüentemente, a produção do conhecimento são orientadas por fatores históricos, políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, a escolha do objeto de estudo desta dissertação justifica-se pela necessidade de aprofundar reflexões que possibilitem construir instrumentos teóricos capazes de compreender, analisar e revelar contextos até então ocultos da realidade educacional de Itapicuru.

O trabalho partiu de indagações centrais: o que revelam as narrativas das professoras aposentadas sobre si e sobre a prática docente em Itapicuru entre 1960 e 1980? A esta se somaram questões complementares: Como se configuram os percursos de vida, formação e atuação profissional dessas professoras primárias? De que maneira se expressam as relações entre o prescrito pelos documentos oficiais e o vivido no cotidiano escolar?

Os limites da pesquisa permitem concluir que as trajetórias de vida e formação dessas professoras foram condicionadas pelas circunstâncias materiais e intelectuais de seu tempo. Suas práticas de ensino foram constituídas tanto pelas normativas educacionais quanto pelos saberes da experiência. As professoras desempenharam papel ativo no processo de institucionalização da educação no município, e seus depoimentos revelam as conexões entre educação e política, mostrando como essas dimensões se entrelaçam com suas histórias pessoais e jornadas na Educação Básica.

As narrativas apontam pontos de convergência e divergência: a apropriação inicial da leitura, da escrita e do cálculo no âmbito doméstico; o ingresso na docência por contratos temporários e, muitas vezes, por indicações políticas; a relevância do

curso Normal no ICEIA na formação de algumas docentes; e a escolha da docência em detrimento da vida conjugal, reforçando a imagem da professora abnegada e dedicada ao magistério. Essas trajetórias confirmam que muitas práticas se desenvolveram à margem das políticas centralizadas, mas constituíram saberes pedagógicos próprios.

Mesmo em contextos de precariedade de materiais didáticos, em turmas multisseriadas e unidocentes, a escola em Itapicuru consolidou-se como um espaço de civilização e disciplinamento, sobretudo no meio rural, em que a professora era compreendida como agente de transformação de costumes, práticas de higiene e valores morais. A escuta atenta de suas narrativas possibilitou identificar a interseção entre memória, experiência e prática pedagógica. Nesse processo, a pesquisa se constituiu como guardião de memórias que, conforme enfatiza Bosi (2023), representam um patrimônio vivo, capaz de fornecer fragmentos significativos para a compreensão da história da educação local.

Por fim, não se pretende encerrar a temática com conclusões definitivas. O objetivo é que este estudo se constitua em propulsor de novas pesquisas e contribua para o preenchimento de lacunas ainda existentes sobre a história da educação em Itapicuru, evitando seu apagamento e trazendo-a à luz das reflexões sobre nossa própria história. Almeja-se, ainda, que este trabalho inspire outras conexões sobre os modos de se fazer e ser, de professores aposentados em diferentes estados brasileiros e até mesmo em contextos internacionais, ampliando o debate e fortalecendo a historiografia da educação.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **História oral e memória: a subjetividade no tempo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Helena do Nascimento. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista cedida a Jilmária Marques Ramos. Sambaiba, 2025.
- ANUNCIACÃO, Maria Valdete. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista cedida a Jilmária Marques Ramos. Sambaiba, 2025.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Tensões nas condições e no trabalho docente: tensões na formação. **Movimento – Revista de Educação**, ano 2, n. 2, p. 1-34, 2015.
- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Do respeito à obediência, da palmatória à diversão: escola primária rural no estado de Pernambuco (1940). **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 3, n. 9, p. 7-21, mai./ago. 2013
- BAHIA. **Escola Normal da Bahia: da criação ao Instituto Central de Educação** Isaías Alves (ICEIA). Salvador, 1836-1968. Disponível em: <https://www.iceia.ba.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2025.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O livro didático e a construção do saber escolar**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. (com Jean-Claude Passeron).
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- CALDAS, Maria Antônia Moreira. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista cedida a Jilmária Marques Ramos. Itapicuru, 17 fev. 2025.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Políticas de educação infantil no Brasil: lutas, avanços e desafios**. São Paulo: Cortez, 2009.
- CARDOSO, Mayra Paniagio Spínola. Mulheres contam suas histórias: produção de fontes a partir da História Oral. *In: XXVII Simpósio nacional de história*. 27., 2013. **Anais [...]**, ANPUH, 2013.
- CARVALHO, André Monteiro Pinto Dantas. **O velho Itapicuru: a história de um passado de glórias**. Salvador: Graf Color- gráfica e editora, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil: o legado da ditadura militar**. São Paulo: Editora XYZ, 2014.

DANTAS, Maria da Glória Barreto. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista cedida a Jilmária Marques Ramos. Itapicuru, 2025.

DIDONET, Vital. **Educação infantil:** o direito da criança ao desenvolvimento integral. Brasília: Liber Livro, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História e cultura escolar no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Instrução Elementar no Século XIX.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramallete. Imprensa: Petrópolis, Vozes, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Professora negra:** identidade, afetividade e conhecimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares. **Memórias de educadoras sergipanas:** práticas escolares e cultura escolar no município de Umbaúba/SE (1995-1989). [S.l.: s.n.], [s.d.].

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9–43, jun. 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Puericultura e educação: saberes médicos na constituição da infância escolarizada. *In:* NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Corpo e escolarização:** cultura escolar, práticas corporais e saberes médicos. São Paulo: Autêntica, 2006. p. 137–158.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Cartilha do povo:** para ensinar a ler rapidamente. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

MESQUITA, Ilka Miglio de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SILVA, Rony Rei do Nascimento. O coser das memórias de aluna, de operária e de professora na roça: as experiências de Luzia Honória dos Santos. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 101-127, 2013. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/312> Acesso em: 7 maio 2025.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo, 1876 – 1994. São Paulo: Unesp, 2000.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Entrevista temática**. Entrevista concedida a Rony Rei do Nascimento Silva e Laísa Dias Santos, SEGRASE, Aracaju. 16 set. 2014.

RAMOS, Jilmária Marques; SILVA, Rony Rei do Nascimento. “Documentos em chamuscas”: história da escola rural “Luiz Viana Neto” em Sambaíba/Bahia. *In*: 13ª ENFOPE/15ª FOPIE. 2024. **Anais** [...].

RAMOS, Jilmária Marques. Entre o aprender e o ensinar: desafios da alfabetização na minha jornada pelo magistério (1995-2000). *In*: SOBRAL, Maria Neide; SANTOS, Yone Oliveira dos; VIANA, Sayonara Rodrigues (org.). **Escritas de si**: memórias escolares e de formação docente. Aracaju: Criação Editora, 2025. p. 211-230.

SANTOS, Valmira Candida. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista cedida a Jilmária Marques Ramos. Tobias Barreto, 2025.

SANTOS, Laísa Dias; SILVA, Rony Rei do Nascimento. Dos castigos e da disciplina: práticas escolares no território sergipano. *In*: VI Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”, 6., São Cristóvão, **Anais** [...], 2012.

SILVA, Luzinete Moreira da. **As Irmãs Militão e a Escola Santa Terezinha em Senhor Do Bonfim, Bahia**: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola. 2022. 162 f. Tese (Doutorado) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2022.

SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Memórias caleidoscópicas**: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe (1947-1951). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016

SILVA, Rony Rei do Nascimento; GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares. “Para ensinar a ler rapidamente”: a Cartilha do Povo e os seus leitores no meio rural sergipano (1940-1950). 244. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 9. 2017. João Pessoa. **Anais** [...], 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1vVImmMHMKniTKJWj36SyEONLM5MAdJv0>. Acesso em 16 mar. 2020.

SILVA, Rony Rei Nascimento; MESQUITA, Ilka Miglio. A Apropriação do Ruralismo Pedagógico e a Materialidade da Escola Rural no Estado de Sergipe (1947–1951). **Educação em Revista**, v. 19, n. 1, p. 9-32, 2018.

SILVA, Rony Rei do Nascimento. Dos castigos e da disciplina: práticas escolares no território sul sergipano. **Interfaces Científicas - Educação**. Aracaju, v. 1, n. 1, p. 77-87, out. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). 1. ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

SOUSA, Ione Celeste; SANTANA, Elizabete; SILVA, José Carlos; LIMA, Solyane; BRITO, Gilmário. *A cor da escola: 1810–1980. Projeto interinstitucional coordenado por Ione Celeste Sousa (UEFS/IGHBA)*. Salvador: Modos de Fazer Educação na Bahia / Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo (DPEC), 2020.

SOBRAL, Maria Neide; FRANCISCO, Deise Juliana. O lugar do aposentado na instituição: memórias de docentes. **Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 56, p. 157–179, jan./abr. 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, Paul. **Vozes do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O exame de admissão ao ginásio: uma forma seletiva de acesso ao ensino secundário. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 4, n. 8, p. 11–39, jul./dez. 2004.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Educação matemática no Brasil: história e políticas de formação de professores**. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

VIDAL, Diana. Escola elementar e cultura escolar no Brasil (1870-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 10, p. 77-104, 2005.